SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

ERICK FRANCISCO GAIOSO MACHADO

MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS DA VOLTA GRANDE DO XINGU: RESISTÊNCIAS FACE AOS PROJETOS DE MINERAÇÃO

MARABÁ - PA
JULHO - 2018

ERICK FRANCISCO GAIOSO MACHADO

MEMÓRIAS E TERRITÓRIO DA VOLTA GRANDE DO XINGU: RESISTÊNCIAS FACE AOS PROJETOS CONTEMPORÂNEOS DE MINERAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado em Educação do Campo – ênfase em Ciências Humanas e Sociais ao Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Jerônimo Silva e Silva

MARABÁ - PA
JULHO - 2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Machado, Erick Francisco Gaioso

Memórias e território da Volta Grande do Xingu: resistências face aos projetos contemporâneos de mineração / Erick Francisco Gaioso Machado; orientador, Prof. Dr. Jerônimo Silva e Silva. — 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Marabá, 2018.

1. Natureza - Influência do homem - Pará. 2. Conflito social - Pará. 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais - Pará. 4. Recursos naturais - Pará. I. Silva, Jerônimo Silva e, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 333.715098115

Elaborada por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

ERICK FRANCISCO GAIOSO MACHADO

MEMÓRIAS E TERRITÓRIO DA VOLTA GRANDE DO XINGU: RESISTÊNCIAS FACE AOS PROJETOS CONTEMPORÂNEOS DE MINERAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado em Educação do Campo – ênfase em Ciências Humanas e Sociais ao Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Jerônimo Silva e Silva

Data de aprovação: _____

BANCA EXAMINADORA

Jerônimo Silva e Silva - Orientador

Ailce Margarida Negreiros Alves

Hiran de Possas Moura

Conceito:

MARABÁ – PA
JULHO - 2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à toda a minha família, em especial mãe *Maria das Dores*, *Kalynne Nunes (*companheira e amiga de todas as horas*)* e *Ícaro Machado (*minha preciosidade*)*, pois sempre estiveram ao meu lado seja fisicamente, ou através das orações que sempre me fortaleceram e deram condições para que eu pudesse me manter firme na luta.

AGRADECIMENTOS

Sempre pensei que esta seria a parte mais fácil, mas me enganei. Uma parte de mim quer cair em lágrimas e ser acolhido nos braços de cada um e uma que contribuíram direta u indiretamente no meu processo de formação socioeducacional, que começou há muito tempo, bem antes de entrar na universidade. Neste processo a faculdade foi elemento complementar de grande importância para ampliar os saberes já existentes, mas principalmente para analisar e compreender minimamente o mundo, através de uma ótica alternativa que identifica as verdadeiras preciosidades da sociedade que são os atores sociais que a constituem e todos os cenários nos quais atuam diariamente.

Três pessoas merecem destaque, pois representam toda a minha vida. Irei começar agradecendo a minha avó MARIA DAS DORES, que representa toda a minha família e todo o meio em que vivi no municipio de Altamira, pois foi quem possibilitou que eu chegasse neste momento, jamais medindo esforços, juntamente a cada familiar, para garantir que eu me tornasse uma pessoa de bem: só queria dizer agora que "EU CONSEGUI", graças a cada um de vocês e agradeço em nome desta mulher guerreira que sempre esteve presente seja fisicamente ou nas orações que fortalece-nos.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a Kalynne Nunes que foi esposa, amiga, companheira, que viveu diariamente as vitórias, alegrias e tristezas deste curso, sempre me dando apoio, sendo um ombro amigo presente e que representa a segunda fase da minha vida, quando adentrei na fase de responsabilidades, saindo da "saia da mãe" e indo para o mundo, no municipio de Souzel, onde estão pessoas maravilhosas que me acolheram e me fizeram família e que também tiveram enormes contribuições na minha formação.

E por fim, ao meu querido e maravilhoso filho ***Ícaro Machado***, minha maior preciosidade, meu príncipe, que a partir da sua existência me motivou a tornar-se melhor, principalmente como ser humano, "serzinho" que me dá condições para resistir a cada etapa deste curso, enfrentando a distância, a saudade, os problemas, por saber e ter a esperança de dias melhores, ele representa todo o meio na qual estive inserido nesta minha terceira fase da vida, representa o mundo acadêmico e toda Marabá, a FECAMPO, e cada professor dos quais levo algo, alguma mania, alguma palavra, alguma memória, em especial aqueles professores com quem mais tive contato, mas que não irei citar. Representa também a cada estudante que ajudaram não só na vivencia coletiva, mas que foram afetuosos com o meu filho. Minha turma 2013, em especial à ênfase em Ciências Humanas e Sociais, e as outras turmas com quem com quem aprendi a viver coletivamente, mesmo que em alguns momentos alguém quisesse arrancar meu pescoço por conta das minhas chatices, de fato eu tenho os meus preferidos e preferidas

de cada turma e ainda aquele povo insuportável, mas que são necessários para balancear a vida e não menos importante, representa cada criança que futuramente estão constituindo as novas trincheiras de luta.

À todos só gostaria de deixar claro que assumirei meu objetivo com amor e carinho, pois acredito no poder que este curso possui para transformar a realidade dos povos da floresta, das águas e da terra.

Que tenhamos nossas asas sempre abertas para alçar voo, mas que sejamos sempre prudentes para que não caiamos nas armadilhas do sol, por romantizarmos o processo de transformação social. A caminhada é árdua, mas necessária. E no dia que eu cair lembrem-se de mim.

Erick Machado

RESUMO

Durante a década de 1970, a Amazônia será o palco da implantação dos chamados Grandes Projetos, tal processo resultou na intensificação de conflitos entre grandes empresas e povos indígenas, populações ribeirinhas e imigrantes que residiam em áreas de interesse do investimento nacional e internacional. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar elaborações e reelaborações de memórias sobre a formação histórica e da ocupação territorial da Volta Grande do Xingu, os impactos relativos à construção da hidroelétrica de Belo Monte e as representações associadas à presença da empresa canadense Belo Sun Mining. Através da memória desses sujeitos, busca-se evidenciar os principais conflitos socioambientais que marcaram a práticas de garimpagem a ações de grandes mineradoras no passado e no presente. À luz do aporte teórico e metodológico da História Oral, a pesquisa evoca entre os moradores da Vila da Ressaca e Ilha da Fazenda, município de Senador José Porfírio, estado do Pará; entre atos de violência, impunidades e desigualdades sociais, inúmeras práticas de resistências e estratégias de populações que reconfiguram seus modos de vida para garantir a permanência no lugar, atualizando a luta que novamente se faz necessária contra as ameaças de inúmeros projetos de exploração mineral.

Palavras-chaves: Memória; Mineração; Território; Volta Grande do Xingu.

Sumário

INTRODUÇÃO 8

CAPÍTULO I – DESCRIÇÃO DO LOCUS DE PESQUISA 19

1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO 19
1.2 HISTÓRICO DO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO HUMANA NA FRONTEIRA SUDOESTE DO PARÁ 21
1.3 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO DA VOLTA GRANDE DO XINGU, MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO 23

CAPÍTULO II – CENÁRIOS E NARRATIVAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS..... 40

2.1 O SOM DAS VOZES (IN)AUDIVEIS A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL 42
2.2 AS MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS COMO ELEMENTO DE (RE)EXISTÊNCIA 47
2.2.1 GARIMPANDO CONFLITOS 51

CAPÍTULO III – RESISTÊNCIA E LUTAS PELO DIREITO AO LUGAR NA EXPLORAÇÃO DO OURO..... 67

3.1 O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO PELA MINERAÇÃO: ARTIMANHAS E ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR O SEU LICENCIAMENTO AMBIENTAL 73
3.1.1 BENEFÍCIOS PRIVADOS, PREJUÍZOS PÚBLICOS 79
3.2 "NA AMAZONIA ACONTECE PRIMEIRO": EMBATES E DESAFIOS REALIZADOS ATUALMENTE NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO 84
3.2.1 O REFLEXO HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA DOS GRANDES PROJETOS NA ATUALIDADE 89

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 102

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA 109

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estudar o processo de formação histórica e ocupação territorial da Vila da Ressaca a partir das memórias dos garimpeiros que há décadas residem na localidade, enfatizando as relações sociais e conflitos socioambientais provocados pela presença de empresas de mineração que atuaram nos garimpos da Volta Grande do Xingu, no período de 1980 a 1996, motivados especialmente pelo controle e direito de exploração do minério de ouro existente em toda a região e evidenciar a violência praticada pela empresa durante este período que afetou não apenas os garimpeiros, como ribeirinhos e indígenas.

Tal delimitação temporal foi realizada tendo como motivação a forma como a empresa mineradora chegou se estabelecendo nesta região, expropriando os trabalhadores e desterritorializando garimpeiros e ribeirinhos. A partir de 1970, inicia-se um período de avanço do capital na região, marcado pela abertura da Transamazônica, através de investimentos em projetos de infraestrutura que mais tarde deram condições para que grandes empresas pudessem se estabelecer e se territorializar.

É fundamental que no desenvolvimento de uma pesquisa o pesquisador ou historiador realize um recorte temporal para que possa elaborar e fundamentar seus questionamentos e delinear a trajetória de sua pesquisa, sem ignorar que este recorte não significa que outros tempos, outros momentos sejam ou possuam menos importância. Dessa forma, é preciso ressaltar que apesar do recorte temporal está submetido entre as décadas de 1980 a 1990, serão realizadas analises que possivelmente remetam ao passado mais longínquos e ainda contribuam para compreender as situações de conflitos atuais que estão postas e que não se restringem apenas à época do recorte, o que ficará mais perceptível nos capítulos posteriores.

Apesar do recorte, a pesquisa trará fragmentos do passado, tendo em vista que para compreender o hoje é fundamental realizar uma análise sobre os inúmeros fatores que contribuíram para que a região e a população estejam na situação em que se encontra com todos os serviço públicos deficientes e abandonado totalmente até mesmo pelo poder público que não concede um serviço de qualidade, mesmo diante do fato do território possuir uma grande riqueza mineral.

O uso de acontecimentos do passado se dá pela importância das relações socioeconômicas que foram construídas ao longo do tempo entre as comunidades Ilha da Fazenda e Vila da Ressaca, que garantiu a construção de uma história atrelada, com suas especificidades, marcadas especialmente pelas animosidades e conflitos por territórios entre os múltiplos povos que ali existem e coexistem. É nesta conjuntura que serão destacados os conflitos mais exacerbados e visíveis na memória dos moradores da localidade.

Além disso, busca-se realizar uma reatualização das lutas e resistências travadas pelos garimpeiros que, atualmente, organizados na Cooperativa Mista de Garimpeiros da Ilha da Fazenda, Ressaca, Gallo e Ouro Verde (COOMGRIF), travam uma nova batalha contra a empresa canadense Belo Sun Mining pelo controle e exploração do minério. Para isso é preciso analisar o discurso de desenvolvimento da empresa e as estratégias e artimanhas usadas para convencer e ganhar o apoio da população afim de legitimar a implantação do empreendimento e identificar de que forma os moradores da comunidade, que moram na beira do rio e dele utiliza como meio de subsistência, físico e cultural, se encaixam nesse processo de luta pela sua permanência, pelos seus modos de vida, por suas histórias, suas conquistas, suas identidades, suas culturas num cenário em que grandes projetos os ameaçam.

Antes de mais nada é preciso expor em linhas gerais o percurso para se chegar até este momento e compreender as minhas motivações para a produção deste trabalho, todas as situações e momentos vividos individualmente e coletivamente, que apesar de difíceis, serviram de apoio e motivação para se manter firme no processo de formação sócio educacional tanto na minha realidade quanto na universidade. Para isso, é preciso pontuar alguns elementos que serviram de inspiração para a conclusão deste trabalho como: minha trajetória de formação pessoal e meio no qual vivi durante meus 27 anos de idade, imerso num contexto de lutas e debates acerca dos grandes projetos na Amazônia, que, talvez, de forma inconsciente ou consciente contribuiu no meu direcionamento para esta temática de conflito e desigualdade.

Durante toda minha infância e adolescência acompanhei as lutas dos movimentos sociais contra a construção da Hidroelétrica no Xingu, durante as reuniões e manifestações que a minha avó e mãe Maria das Dores participava. Foi a experiência pessoal dela dentro de organismos sociais que tinham como objetivo a conquista e garantia de direitos, que fundamentou em mim a vontade de lutar, de se manter firme nos projetos que poderiam garantir ganhos coletivos e não apenas individuais ou apenas para determinados grupos como sempre fora realizado. Mesmo não compreendendo a importância política, social e cultural que envolvia aqueles debates dos quais eu participava, ouvia as vozes daquelas e daqueles inúmeros sujeitos que gritavam contra grandes projetos e a favor da vida do rio e das comunidades tradicionais.

Foi então que pude perceber a grande necessidade de compreender a história do local onde me criei. Foi nesta etapa da vida que tomei partido das discussões amadurecendo meu pensamento acerca da desigualdade social que assolava os povos da Transamazônica e Xingu, que historicamente estiveram em segundo plano, por não fazer parte da lógica do capital que sempre fortaleceu uma elite regional que até hoje se mantem hegemônica por conta do poder político e econômico que possui sobre as populações e as comunidades.

As história contadas sobre conflitos que aconteceram envolvendo mineradoras e garimpeiros na localidade pesquisada somado a experiência dentro das pastorais da igreja católica e dos movimentos sociais me motivavam a tentar evidenciar e trazer à tona, como forma de garantir a justiça nunca conquistada, a violência praticada contra os moradores desta localidade, afim de transformar a realidade destes sujeitos. Isso tudo somado aos desafios enfrentados para conquistar direitos nutria uma vontade de fazer a diferença e de não ser apenas mais um, mas de estar à frente contribuindo na produção de saberes e na formação de novas pessoas comprometidas de fato com o processo de transformação social tão necessário atualmente.

No entanto, mesmo inserido nesta realidade vendo e vivendo as dificuldades diárias, possuía um senso crítico limitado, que limitava a minha capacidade de criar mecanismos que pudessem mudar a minha realidade. Ouvir as histórias de pessoas que viveram em função da luta por direitos, pela garantia do mínimo de dignidade, de pessoas que defendiam a vida, não apenas humana, mas também da floresta, do rio, que pensavam formas estratégicas do uso dos recursos naturais de forma sustentável, a fim de garantir que novas gerações pudessem usufruir era ótimo, mas não compreendia o que de fato as motivava. Não compreendia que tudo aquilo era uma reação a ambição humana e principalmente de grupos específicos que sempre visaram o aumento das suas riquezas sem se importar com as consequências ou com o futuro de outras pessoas, que não era algo apenas local, mas que era uma realidade muito mais ampla do que sempre pensei.

Não compreendia os porquês que alimentavam a história local, ouvia as histórias sempre procurando respostas, muitas das vezes sem fundamentação, explicadas de qualquer forma a partir da percepção e convicção de terceiros. Somente pude começar a compreender a realidade na qual vivia, quando comecei a realizar reflexões teóricas sobre o que não era apenas a minha realidade, mas que imperava em toda a região amazônica. Compreender que não vivíamos, mas sim sobrevivíamos condicionados por um sistema que avançava sem importar-se com nada, a não ser com o que poderia ser obtido a partir do seu avanço.

Foi quando entrei na Universidade no ano de 2013, através de um processo de seleção especial que tinha como foco um perfil especifico no qual me encaixei perfeitamente, por conta da minha trajetória de formação pessoal, que aprofundei tudo aquilo que vivi, mas, que não compreendia. A minha inserção no curso de Educação do Campo foi o principal nutriente para desenvolver o senso crítico e compreender que a realidade em que eu vivia fazia parte de um sistema muito maior. A partir das disciplinas, da estrutura do curso, da relação com os professores e estudantes e diante de tudo que era exposto por cada um, pude perceber que os

problemas vividos na minha realidade, eram apenas a fração de um problema maior, que afetava a vida de milhares de pessoas, e que a tendência era intensificar mais ainda como atualmente estamos vivendo.

A quantidade de material bibliográfico sobre a localidade pesquisada foi um ponto que também motivou a escrita visto a necessidade de dar visibilidade a esta população, que atualmente vive os impactos gerados pela construção da hidroelétrica de Belo Monte e está sendo ameaçada pela implantação do projeto de exploração de ouro, denominado Volta Grande Mineração, da empresa canadense Belo Sun, e dessa forma serão atingidas, social, econômica, cultural e ambientalmente por um "modelo de desenvolvimento[1] implementado na região amazônica que tem sido historicamente pautado nos grandes projetos de exploração vegetal, mineral, e hídrica" (MONTEIRO, 2010) e do qual não se possui a mínima noção dos impactos que podem ser gerados sobre a flora, fauna e vida das comunidades que vivem e dependem do rio, já que o projeto teve seu Estudo de Impacto Ambiental – EIA realizado em 2009 antes mesmo da construção da hidrelétrica de Belo Monte, visto que não existem estudos atualizados após os impactos sofridos pela construção da hidrelétrica.

A VGX e suas riquezas vem sendo exploradas ao longo dos anos por diversos projetos de diferentes atores que se dividem de dois lados – os grandes projetos dos grandes grupos econômicos capitalistas versus os pequenos projetos das comunidades tradicionais. Atualmente, nesta região dois grandes projetos assustam e tiram o sossego dos moradores que constituem as diversas comunidades deste entorno – Belo Monte e Belo Sun, projetos distintos, mas que possuem uma estreita relação, principalmente quando se trata da sinergia dos impactos. O projeto de exploração de ouro da empresa Belo Sun vem terminar o que se iniciou com Belo Monte, a porta de entrada para os projetos de mineração. Estes dois projetos são os 'carrascos' das comunidades e recursos existentes na região.

O percurso realizado para atingir o objetivo do trabalho foi realizado seguindo as etapas, 1) pesquisa e análise bibliográfica e documental 2) observações sistemáticas na realidade pesquisada 3) Entrevistas 4) Análise do discurso. Através de pesquisas bibliográficas e documentais buscou-se compreender como se deu o processo de ocupação territorial da

[1] Isto pode ser verificado nas hidrelétricas de Tucuruí (PA); Curuá-Una (PA); Balbina (AM); Samuel (RO); nos projetos de exploração de ouro em Serra Pelada, no município de Curionópolis, realizado por uma cooperativa de garimpeiros; na exploração de ferro em Parauapebas, realizado pela Vale; na exploração de bauxita em Juruti, realizado pela Alcoa; exploração de níquel em Ourilândia do Norte, pela Vale; exploração de bauxita em Oriximiná, pela Mineração Rio do Norte/Vale; exploração de Cobre em Canaã dos Carajás (Vale); e exploração de bauxita em Paragominas (mais uma vez, Vale). Todos os projetos citados estão localizados no Pará (MONTEIRO, 2010).

realidade pesquisada tendo o garimpo como alicerce e como se deu o início das atividades de mineração industrial neste espaço, os impactos gerados, assim como a reconfiguração da dinâmica sócio espacial motivadas pela atividade mineradora. Autores como Silva (2015), Malheiro (2015) e Canto (2016), foram fundamentais para compreender que a Amazônia é vista internacionalmente como fronteira de recursos, um almoxarifado natural muito cobiçado, onde grandes projetos como a mineração industrial produzem inúmeros cenários de destruição social e ambiental acirrando as disputas territoriais grande geradora de conflitos e impactos socioambientais em toda a Amazônia.

O uso de documentos oficiais e bibliográficos não eram suficientes pra dar conta de alcançar o objetivo deste trabalho, até porque os sujeitos que há décadas vivem na localidade não possuíam parte nessa construção, por isso foram realizadas visitas as comunidades desta região que possuem intima relação de dependência, a partir das quais foram realizadas observações sistemáticas sobre a organização e forma de vida dos moradores, com quem realizei, onde estes relataram as principais dificuldades enfrentadas por conta da proibição da atividade garimpeira por parte dos garimpeiros, o que consequentemente paralisou toda a economia local e regional, além da precariedade dos serviços públicos e o abandono do poder público.

A incerteza e o medo são os sentimentos presentes no cotidiano e na memória dos moradores da vila da Ressaca, que demonstram não conseguir olhar o futuro por conta da angustia de terem seus modos de vida ameaçados através da proibição de exercer suas atividades produtivas, da redução da vazão do rio, da redução do pescado, da falta de sistema de abastecimento de agua, do desemprego, da insegurança entre outras questões, que não são sanadas pela inexistência de políticas governamentais e empresarias que de fato atuem para resolver os problemas já existentes e os novos que surgiram como consequência de Belo Monte, que ainda hoje possui condicionantes que não foram cumpridas pela empresa Norte Energia, responsável pela obra, o que prejudica ainda mais a condição dos moradores da comunidade.

Tendo em vista que no geral a versão histórica dos fatos ocorridos que vigora é a versão daqueles que venceram, daqueles que sobreviveram ou que se sobressaíram, aqueles que historicamente, detém o poder econômico e por consequência, o social. Decidi trabalhar sobre a memória e como esta contribui para fundamentar e legitimar processos que ferem a diversidade e o dinamismo social das amazônias. Para compreender a questão da memória foi necessário estudar autores como Maurice Halbwachs e Michael Pollak, que apesar de algumas especificidades, definem a memória como algo coletivo, construído socialmente e Le Goff (1990, p. 366) para quem “o conceito de memória é crucial “por compor um “conjunto de

funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Para Halbwachs (2004) a memória seria uma construção social, na qual o indivíduo só poderia manter uma lembrança se apoiada por outros, para o autor o sujeito é um instrumento das memórias e não poderia constituir uma lembrança vivendo isolado, a memória individual seria uma fração que constitui a memória coletiva. Já para Pollak, a memória é de fato coletiva, porém ao contrário do que afirma Halbwachs, o indivíduo é sim capaz de acessar memórias de determinados grupos, tendo em vista que a constituição de memórias não se dá apenas pelas experiências vividas, mas também através da transmissão oral.

Verifica-se que a memória individual possui uma relação quando está associada a um determinado grupo, pois mesmos em diferentes posições, as pessoas recordam das mesmas coisas, apesar de existir algumas divergências a essência da memória é a mesma e em muitos casos uma memória se complementa à outra. E esta memória, individual é um ponto de vista existente sobre a memória coletiva que pode ou deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social (HALBWACHS, 2004). É fato que a memória coletiva é construída por memórias individuais que se combinam, para Pollack (1992), os acontecimentos vividos pessoalmente são elementos que vem em primeiro lugar, seguido daqueles vivenciados coletivamente pelo grupo a que pertence o indivíduo.

A princípio a memória pode parecer ser um fenômeno de cunho pessoal, pois cada indivíduo possui lembranças sobre sua trajetória de vida, no entanto, os trabalhos de Maurice Halbwachs demonstraram que, talvez, o aspecto mais importante da memória seja o seu caráter social, como um fenômeno que é construído de forma coletiva, sendo, portanto, submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes. (HALBWACHS, 2004).

Foi com base em tudo isso que realizei uma articulação entre estas narrativas, que expressam não apenas o individual dos sujeitos, mas que constituem uma memória coletiva que vai se complementando em diferentes sujeitos. É possível "reconstituir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências" (HALBWACHS, 2004, p.29).

Le Goff (1990, p. 368) afirma que "a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder", porque possibilita determinar o que pode ou não ser esquecido. O autor ainda complementa que se tornar "senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas", pois possibilitou que apenas a versão histórica do grupo dominante fosse aceita como história oficial. Desta forma, a história oficial é contada

pelos colonizadores e não pelos colonizados e atualmente pelos dominantes e não pelos dominados.

Le Goff (1990, p. 368) conclui dizendo que "os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva", que consequentemente eleva as memórias de determinados grupos a um plano hegemônico, suprimindo as memórias de outros grupos e as condicionando a marginalidade. Para este autor uma das formas de abordar os problemas do tempo e da história é através do estudo da memória social.

Através disso possibilita-se que novas vozes possam expressar suas memórias. É importante destacar ainda que um mesmo cenário pode torcer a narrativa da memória oficial, pela narrativa da resistência de determinados espaços, tendo em vista que determinada história é construída a partir de pontos de vistas que refletem a posição ocupada pelo sujeito no espaço social (HENCHEN, LIMA e RODRIGUES, 2016). "E sabemos que haverá pontos de vistas divergentes, antagônicos, conflitantes, já que a visão que cada agente social possui do espaço depende de sua posição no espaço" (ibidem 2016, p. 210). As narrativas destes sujeitos estão permeadas de significados que podem ser atribuídos a sua formação e trajetórias individuais, mas que somadas constituem a memória coletiva.

Para Pollack (1989, p. 9) as narrativas dos sujeitos dos garimpos da Volta Grande do Xingu vão compor o que chama de "memória coletiva subterrânea da sociedade dominada" que faz fronteira com a "memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor", é nessa fronteira que estão o "dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável" que vai tornar possível reconhecer a que ponto o presente colore o passado, a partir do ponto em que se distingue as conjunturas que favorecem ou desfavorecem às memórias marginalizadas (POLLACK, 1989).

Diante disso e de tudo o que foi exposto, tornou-se fundamental realizar o processo de investigação sobre as narrativas dos garimpeiros, tendo em vista que "as memórias subterrâneas tendem a sobreviver e a transmitir-se por vias informais, como redes de sociabilidade que abrangem o âmbito da família ou de pequenos grupos (RIOS, 2013).

Para isso foi preciso desenvolver o método da História de Vida de determinados sujeitos que formam as comunidades da vila da Ressaca e Ilha da Fazenda, a fim de identificar os conflitos socioeconômicos entre os sujeitos sociais e as empresas de mineração, as lutas e resistências pela garantia de direitos das comunidades e pela sua permanência tanto física quanto do seu modo de vida e quais as transformações sociais sofridas, e consequentemente de que forma a comunidade consegue se reconfigurar para manter-se existindo.

Foi fundamental o estudo de autores como Queiroz (1983), Meihy (1996), Thompson (1998) e Freitas (2002) que se debruçam sobre a técnica de História de Vida na qual são realizadas entrevistas com os sujeitos locais, em que estes relatam as suas experiências pessoais, fatos importantes que dão condições para a reconstrução da vida individual e coletiva dentro do espaço em que vivem. Ao todo foram realizadas 5 entrevistas e várias conversas informais com moradores das comunidades pesquisada e da sede do municipio, através das quais foi possível obter informações sobre o cotidiano, sobre as atividades econômicas e culturais desenvolvidas que deram margem para a compreensão do espaço e das relações que estes sujeitos possuem com o meio e, diante disso, poder traçar o perfil destes dentro de uma esfera maior de organização que é o campesinato amazônico.

O campesinato da localidade possui suas especificidades, porém foi constituído assim como em toda a Amazônia a partir de inúmeras temporalidades, territorialidades e pluralidades das diversas comunidades e sujeitos que coexistem neste espaço, tendo em vista os sujeitos que originalmente habitavam a região e os que foram se inserindo ao longo da história e as suas diversas dinâmicas econômicas, de acordo com o tempo e a necessidade apresentada. Wolf (1976, p.27) faz uma observação quanto ao papel do camponês conforme os contextos históricos, em que foram "relegados a um segundo plano" enquanto noutros contextos a massa camponesa constituiu uma grande população que conquista um papel importante na estrutura social".

A realidade do campesinato desta região é um caso no qual os povos que o constituem sempre estiveram em segundo plano, como defende José de Souza Martins (1975), sobre a existência de uma classe camponesa que corresponde aos agricultores excluídos do pacto político, os sem vozes. É este campesinato que apesar de suas características mais gerais, possui suas especificidades, entre elas por apresentar uma grande diversidade de sujeitos, em que se encaixa a figura do garimpeiro que foge dos padrões de outras realidades, por ter se enraizado no local e que luta não apenas para garantir o acesso aos recursos naturais mas também por ter a terra, o rio e floresta como sua fonte de subsistência, tentando conquistar direitos e uma melhor qualidade de vida. O garimpeiro aqui se encaixa na diversidade de sujeitos que representam e constituem o campesinato amazônico, como um sujeito pluriativo, onde, para além de exercer a atividade garimpeira também exerce outras atividades como a pesca, a agricultura, entre outras, que combinadas garantem a subsistência e a sobrevivência destes.

A história oral possui dois aspectos de suma importância: a obtenção de informações orais que em muitos casos não existe em nenhum outro lugar e ainda como complemento para os documentos e arquivos bibliográficos já existentes. É através das narrativas destes sujeitos

que inúmeros detalhes podem ser esclarecidos tornando a evidencia oral um corretivo poderoso (THOMSON, 1995)

A História Oral apresenta-se neste sentido não apenas como metodologia de pesquisa, mas possui ainda uma dimensão política de contribuir no processo de produção de histórias com as narrativas dos sujeitos que historicamente tiveram suas vidas e memórias até então marginalizadas e ainda como complementação à documentação histórica sobre a localidade ela também permite trazer o sujeito para o bojo do processo histórico como protagonista da história que ele é. (MEIHY, 1996). Deste modo, pode-se partir das vozes daqueles que sempre estiveram na condição de silencio, que foram excluídos, esquecidos e oprimidos, esta técnica possibilita que a história assuma uma forma mais democrática a fim de eliminar a opressão e o silenciamento causado pela história oficial.

O uso da História Oral é uma forma de estar apreendendo a complexa e multifacetada realidade expressa num mesmo cenário (THOMPSON, 1992, p. 26), e seus aspectos tendo em vista que é uma forma mais democrática que ainda oportuniza a recriação de "uma multiplicidade original de pontos de vista"(ibidem) e não mais apenas o ponto de vista "oficial", que determina e homogeneíza comunidades inteiras difundindo-as e introjetando-as através dos meios de comunicação em massa, mas principalmente por um modelo de educação tecnicista.

As narrativas obtidas através da história oral, conforme Thomson (1995) possibilita que novas histórias sejam criadas, e desta forma possam literalmente contribuir para dar voz às experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos e marginalizados das narrativas históricas oficiais, evidenciando tantos os indivíduos quanto os fatos que marcaram o processo de formação histórico da comunidade. Essas narrativas constituem um importante elemento de re-existência, pois é a partir delas que torna-se possível o evidenciamento das contradições existentes nesta realidade.

A história oral é o mecanismo utilizado para chegar as memorias individuais das pessoas. Quando um sujeito narra um acontecimento ele expõe suas experiências pessoais sejam do tempo presente ou do passado, porém com a bagagem de experiências de vida. Para Halbwachs (2004, p. 75) "a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente". A memória coletiva está exposta quando nas narrativas dos sujeitos de determinado grupo é possível notar informações recorrentes em torno do mesmo assunto.

São essas memórias individuais e coletivas que dão corpo a este a trabalho. Cada narrativa se materializa nos capítulos que sucedem este trabalho. Além da introdução e das considerações finais está estruturados em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a

descrição do lócus de pesquisa através da apresentação do contexto de ocupação humana na fronteira do sudoeste paraense, mediante material bibliográfico pesquisado, somado com as narrativas obtidas através das entrevistas realizadas, enfatizando as duas dinâmicas de ocupação territorial como identificado por Porto-Gonçalves (2005), o padrão de organização *rio-várzea-floresta* e *estrada-terra firme-subsolo,* que ainda hoje segue o padrão de ocupação das economias de fronteira, orientadas por demandas e iniciativas externas (BECKER, 2001), para atender interesses específicos de expansão do capital. A partir disso apresenta-se a configuração territorial do municipio de Senador José Porfirio e do território da Volta Grande do Xingu, onde fica a comunidade pesquisada.

No segundo capitulo me limito a tratar dos **cenários e narrativas de lutas e resistências** expondo para isso as vozes dos garimpeiros e a importância da história oral e da memória coletiva como instrumento de re-existência, e de auto reconhecimento, além de expor as memórias de violência e desrespeito praticada pela empresa Oca Mineração na década de 1980, contra os moradores da comunidade da Vila da Ressaca e arredores. Neste capítulo será realizado uma tentativa de compreender a apropriação e o controle do subsolo enquanto território e dos conflitos entre garimpeiros, indígenas, empresas mineradoras nacionais e transnacionais e cooperativas envolvidos nas tramas subterrâneas de caráter espoliativo tanto dos recursos naturais quanto das formas de sobrevivência das comunidades e meios de produção dos trabalhadores garimpeiros que permeiam o movimento nas áreas de garimpos que são representados nestes cenários através de narrativas das memórias de lutas e resistências para sobreviver diante do contexto histórico de sobreposição de territorialidades que se mesclaram aos tantos outros e que causaram tanto derramamento de sangue, destacando as sequelas sobre os sujeitos que mesmo ameaçados e fragilizados vivem (re)existindo. Em seu livro “Servo de Cristo Jesus: memórias de luta e esperança”, Krautler (2009, pág. 192), explicita que a história do Xingu, assim como da Transamazônica, é uma história de sangue derramado, que sempre foi contada sob a ótica da classe dominante que certamente omite os fatos que possam ser usados contra eles.

E no terceiro capitulo intitulado **resistência e lutas pelo direito ao lugar na exploração do ouro** apresento de que forma a comunidade de garimpeiros se organiza e se articula para se manter no território e principalmente continuar exercendo sua atividade num cenário de ameaça por conta da presença da empresa canadense Belo Sun Mining e do projeto de mineração de ouro a céu aberto, que já possui a Licença de Instalação, mas que até o momento encontra-se paralisado por conta de uma liminar.

Neste capitulo é apresentado ainda o Discurso de Desenvolvimento pela Mineração e as estratégias e artimanhas da empresa visando o convencimento da população a fim de legitimara viabilidade do empreendimento, em meio a isso expõe-se ainda os últimos acontecimentos que demonstram quem são os principais interessados e o que estes fazem para garantir a efetivação do projeto, mostrando que a violência contra a comunidade permanece sendo praticada só que de forma diferente com uma nova roupagem.

Ao final, são apresentados as minhas considerações e tentativas de sínteses sobre a realidade pesquisada que não possui ainda um desfecho.

CAPÍTULO I – DESCRIÇÃO DO LOCUS DE PESQUISA

1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO

Antes de mais nada, é preciso levar em conta as temporalidades, territorialidades e pluralidades das diversas comunidades e sujeitos que compõem o campesinato na Amazônia e que coexistem no espaço amazônico, tendo em vista os sujeitos que originalmente habitavam a região e os que foram se inserindo ao longo da história com novas dinâmicas econômicas que se alteravam de acordo com o tempo e a necessidade apresentada.

> Os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco - babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (Conselho Editorial, Camponeses Brasileiros, WELCH, 2009.p. 11)

Adiciona-se a esta diversidade de sujeitos sociais e plurais que compõem o campesinato amazônico, o garimpeiro local, que se enraizou, ao contrário do que é característico deste sujeito que possui tempo determinado em determinados espaços de acordo com a existência e possibilidade de exercer sua atividade. Mas quem é o garimpeiro? A Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008, que instituiu o Estatuto do Garimpeiro diz no art. 2º que garimpeiro é "toda pessoa física de nacionalidade brasileira que, individualmente ou em forma associativa, atue diretamente no processo da extração de substâncias minerais garimpáveis". Para Wanderley (2015, p.5)

> Os garimpeiros artesanais, em geral, são pobres e estão longe dos circuitos superiores de poder e da economia, isto é, da produção e de mercado formal. O horizonte do garimpo artesanal é limitado. O garimpeiro é, em geral, pobre, ou empobrecido, lhe faltando capital e tecnologia avançada. É, portanto, fragilizado financeira, política e socialmente.

O garimpeiro da Volta Grande do Xingu é semelhante ao descrito por Wanderley, e se caracteriza ainda pela forma de lutar pela conquista do espaço, pelo reconhecimento, pela resistência de permanecer em seu local de origem, pela construção histórica e de proteção contra a destruição, expropriação e espoliação de seus direitos e de seus territórios, e que se diferem entre outras coisas, por sua pluriatividade ou polivalência, ou seja, técnicas especificas de produção transmitidas ao longo dos anos de geração para geração, estes possuem a atividade garimpeira como atividade central, mas que se encadeia com outras como a pesca, agricultura familiar, caça, extrativismo entre, desenvolvidas especificamente em sua maioria pela mão de

obra familiar e que somadas garantem a subsistência e o sustento das famílias e da comunidade refletindo assim uma relação intrínseca com a terra e o rio.

O garimpeiro José Pereira Cunha, 53 anos, o Pirulito. Maranhense da cidade de Mirador, garimpeiro em Serra Pelada, chegou à região no início dos anos noventa e atualmente é vice-presidente da cooperativa local, é bom exemplo desse *camponês polivalente* ou pluriativo. Conforme ele informa, o mesmo possui uma identidade principal que se mescla às demais atividades de forma a garantir a subsistência e o sustento de sua família.

> e hoje eu moro aqui nesta região, cheguei pra cá em 92, tenho minha propriedade rural, tenho meu cacau, tenho minha pimenta, plantei café, o café não tinha fundamento aqui, plantei cacau dentro e tudo que o agricultor tem de plantar na terra eu tenho, não é muito, por que plantar sozinho não é fácil e estou no garimpo trabalhando e não pretendo sair do garimpo, só quando morrer e é uma cultura que eu gostei. Eu tenho minha carteira da pesca também, eu sou pescador, mas eu pesco só para consumo, que hoje se você tiver um trabalho e não tiver, não apresentar a sua origem, que é o documento, uma carteira, aí fica difícil como eu já relatei para várias justiças, a você... O delegado mesmo da polícia federal falou que a gente não podia ter mais de uma atividade, eu falei pra ele 'doutor, eu vejo a gente, o trabalhador braçal, o civil no caso e lá no Congresso, um senador, um deputado tem quatro, cinco atividades ganhando muito e nós porque somos extrativistas temos direito na pesca, tenho direito na caça, tenho direito na roça, no garimpo, eu tenho direito em várias opções que eu quiser e me qualificar nela'. (CUNHA, 2016).

Percebe-se desta forma, a polivalência das atividades executadas pelos moradores da Amazônia, em especial da região que é o foco desta pesquisa, em que expressam a necessidade e as características de um povo formado a partir da miscigenação de diferentes povos e culturas, entre elas, dos povos indígenas, que possuem uma relação de interdependência com o meio em que vivem e que ao longo da história foram seringueiros, castanheiros, caçadores de pele de gato, garimpeiros e pescadores, muitas vezes concomitantemente.

Este sujeito, não é mais apenas o simples garimpeiro que acompanha as veias auríferas até que se esgotem, ele é também assentado, agricultor, pescador e extrativista, ou Xinguara, como classifica Umbuzeiro e Castro (1999), sobre aqueles migrantes nordestinos que habitaram as margens do Xingu e protagonizaram sua exploração, seja vegetal, animal ou mineral. Com o garimpeiro, não foi diferente, apesar de suas características e interesses específicos, ele assume uma identidade que possui uma variedade de funções que garantem sua sobrevivência, ele vive e sobrevive das atividades sazonais, assim como outros povos tradicionais que de acordo com Arruda (1997, p.79-80).

> Apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável (...) Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual,

> sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

A sobrevivência destas populações depende especificamente e exclusivamente do acesso aos meios de produção e reprodução como a terra, o rio, a mina para que possam sobreviver e se reproduzir. A perda do acesso a estes meios significa uma ameaça e consequentemente a anulação das possibilidades de permanência no local, resultando na maioria das vezes, no abandono do território e a necessidade de oferecer, quando possível, sua força de trabalho, fora da região.

Essa pluriatividade dos sujeitos foi fundamental para garantir a sobrevivência e a permanência das famílias em territórios marginais, ao longo do tempo, durante os grandes ciclos econômicos. Assim pode-se afirmar que quando um ciclo declinava, e toda a sua estrutura entrava em ruinas, os grupos familiares conseguiam se sobressair tendo como base o trabalho familiar doméstico atrelado a atividades agrícolas, de caça e de pesca. As atividades principais vão se modificando de acordo com o processo de expropriação dos meios de produção e reprodução da comunidade que vão se ressignificando através das outras atividades que são possíveis de serem desenvolvidas

1.2 HISTÓRICO DO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO HUMANA NA FRONTEIRA SUDOESTE DO PARÁ

A ocupação da região, foi organizada historicamente pelos de fora para atender as demandas de exportação e os mercados externos através da implantação de projetos produtivos pensados e instalados estrategicamente. O início do processo de ocupação acontece através de dois padrões de organização como identificado por Porto-Gonçalves (2005), os padrões *rio-várzea-floresta* e *estrada-terra firme-subsolo,* que ainda hoje segue o modelo de ocupação das economias de fronteira, orientadas por demandas e iniciativas externas (BECKER, 2001), para atender interesses específicos de expansão do capital.

Consequentemente este processo de ocupação do território amazônico, a partir destes dois padrões de organização, resultou na formação sociogeografica e identitária das populações da Amazônia. No passado o povoamento ocorria principalmente nas margens dos rios, lagos e igarapés, sob o padrão *rio-várzea-floresta* que aconteceu durante a colonização europeia até a década de 1960, quando o deslocamento fluvial era a principal forma de mobilidade utilizada para que os colonizadores e outros viajantes pudessem navegar e chegar a seus destinos dando origem assim, ao caboclo amazônico e aos ribeirinhos.

A partir de 1960, o povoamento foi reorientado, através da abertura dos grandes eixos rodoviários, estradas vicinais e ramais, sob o padrão de organização *estrada-terra firme-*

subsolo, quando o governo visava a integração da Amazônia ao restante das regiões demográficas pautado na implantação de grandes projetos de "desenvolvimento" de exploração vegetal, mineral e hídrica, inserindo novos personagens de diversas partes do país que reconfiguraram as dinâmicas das populações já existentes e seus modos de ser e viver, intensificando mais ainda os conflitos socioambientais devido a sobreposição de territorialidades hegemônicas em detrimento de territorialidades já existentes historicamente, ou de tempos diferentes, produzindo novas contradições, e acirrando assim a disputa pelo uso e apropriação dos recursos naturais existentes no território.

Até hoje, diversos tipos de conflitos de interesses protagonizados por diferentes sujeitos, de distintas temporalidades e territorialidades que constituíram e deram forma ao espaço amazônico através destes dois padrões de organização espacial é intenso e irregular, principalmente para as populações tradicionais locais e para os trabalhadores migrantes e suas famílias, marginalizadas, deixadas sem nenhum tipo de assistência ao longo das estradas que integram o território amazônico ao restante do país.

Silva (2015, p. 20) argumenta que a Amazônia é muito mais que simplesmente uma grande fronteira de recursos naturais, ela se constitui como "fronteira de outras significações e simbolismos" como os saberes tradicionais milenares transmitidos de geração para geração. No entanto, a Amazônia em sua multiplicidade permanece uma região desconhecida, até mesmo pelo próprio Estado brasileiro que não a conhece ou não quer conhecer. Silva (2015, p. 20) conclui este pensamento afirmando que "o conhecimento, no contexto da revolução técnica, científica, cultural e da gestão pública, é sem dúvida, a grande fronteira a ser desbravada para reconfigurar as singularidades e o futuro da Amazônia no presente século". Chaves (2017, p. 83), em seu artigo "Volta Grande do Xingu: entre a barragem e o ouro" diz,

> A relação estabelecida com a região amazônica, tanto pelo Estado brasileiro, quanto pelo capital nacional e internacional, está marcada pela compreensão da natureza como recurso, reserva de capital a ser explorada em função da expansão do processo de acumulação capitalista. O olhar para Amazônia carrega o entendimento da região como espaço de atraso tecnológico, baixo desenvolvimento humano, pobreza e falta de acesso à produtos e mercados, carente de investimentos.

Nestes dois padrões de organização, como bem explicitado por Silva (2015, p. 27), a história da Amazônia foi conduzida sob a lógica mercantil do modelo colonial que a colocou como "fornecedora de commodities para alimentar a expansão da economia mundial" e consequentemente criou o estigma de território de atraso, concepção esta que contribui fortemente para justificar a instalação de grandes projetos sem levar em conta as práticas tradicionais, fundamentais para a sobrevivência das populações que vivem nesta região.

1.3 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO DA VOLTA GRANDE DO XINGU, MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

A história de ocupação territorial da região da Volta Grande do Xingu - VGX integra um conjunto de diversas outras histórias de comunidades tradicionais que se consolidaram atreladas ao processo comum de ocupação territorial que aconteceu na Amazônia, através dos dois padrões de organização já apresentados anteriormente. A área da Volta Grande do Xingu pertence a cinco municípios paraenses: Altamira, Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Brasil Novo.

Mapa 1-Regiões de Integração do Estado do Pará. Fonte: (FAPESPA, 201?)

Estes municípios fazem parte do conjunto de 144 municípios que constituem o Estado do Pará, pertencendo à mesorregião do sudoeste paraense e à microrregião de Altamira. Além disso, pertencem a uma das 12 (doze) Regiões de Integração (RI) figura 01: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu, criadas para fins de planejamento territorial do estado paraense.

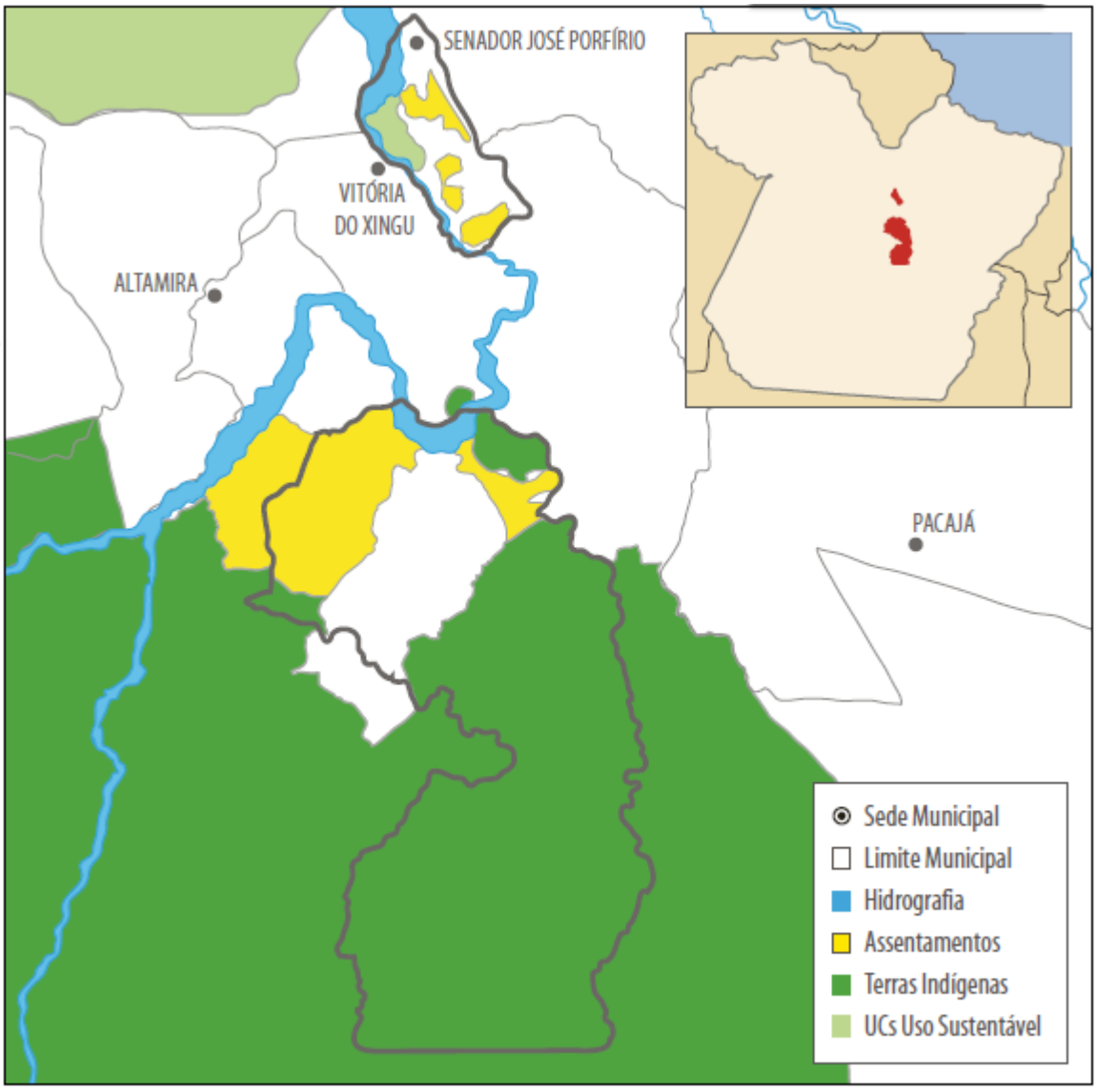
Estas regiões "comportam em seu interior várias amazônias" (CANTO, 2016, p. 121) que conforme Silva (2015, p. 17) "com a imensidão de suas culturas, águas e florestas, [...] conformam arcos de territorialidades socioculturais e universos ecossistêmicos, constituindo-se num dos grandes enigmas da contemporaneidade". Cada uma dessas 'amazônias' possuem características territoriais especificas que as diferem umas das outras e possuem singularidades

em suas configurações como o caso da RI Xingu, composta pelos municípios de Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Pacajá, Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas, figura 02. Esta região equivale a 21% da área do Estado, da qual 70% é protegida por nove Unidade de Conservação e 14 terras indígenas, e ainda uma população equivalente a 400 mil habitantes, 5% da população do Pará.

Mapa 2-Fonte: Região de Integração Xingu. Fonte: (SEMA/PA, 2013)

A VGX equivale a um trecho em curva de aproximadamente 100 km de extensão que atualmente vem sendo duplamente atingido por dois grandes empreendimentos: UHE Belo Monte e Projeto Volta Grande Mineração da empresa canadense Belo Sun Mining. As diversas famílias de ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, garimpeiros artesanais e indígenas da região da VGX, vem denunciando a falta de condições de manter os seus modos de vida. A ocupação desse território por não índios se deu a partir da localidade da Ilha da Fazenda, situada à margem direita do rio Xingu, cerca de 50 km a sudeste de Altamira e a 750 km da capital

Belém, no sudoeste paraense, destaca-se ainda pelo fato de pertencer a parte descontínua do município de Senador José Porfírio, distante mais de 200 km.



Mapa 3-Detalhe da descontinuidade do Município de Senador José Porfírio. Fonte: (GOMES, 2017)

O processo de formação histórico e econômico desta região faz parte de um sistema maior, onde sua realidade histórica se originou envolvida dentro de um contexto macro, sob suas influências e fatos históricos que refletem as ações de diversos sujeitos e que possibilitam uma possível compreensão de como se deu o processo de formação socioeconômica das diversas comunidades existentes a partir da exploração dos recursos existentes no território em que estão inseridas, entre elas, a Vila da Ressaca, foco deste estudo. Atualmente, a sede do município, ao qual pertence esta comunidade, está localizado quase na embocadura do grandioso rio Xingu, na sua margem direita, abaixo da Volta Grande e Terra do Meio entre dois igarapés: Croatá e Maxiacá, com as seguintes coordenadas: 02° 34’ 45’ Sul e 51° 57’ 15” oeste.

Souzel é um dos primeiros povoados criados ainda na época da colonização que mais tarde tornaram-se municípios, sendo um dos maiores, senão o maior município do estado em extensão territorial (LESSA, 2007).

Com a intensificação do processo de municipalização do território paraense, estimulado pela implantação de grandes projetos de infraestrutura, mineração, madeireiros e agropecuários, Souzel perdeu grande parte do seu território através das mudanças territoriais realizadas para dar origem a outros municípios como Altamira, Porto de Moz, Vitória do Xingu e Anapu, o que, consequentemente, ocasionou a retirada do município da Transamazônica e a descontinuidade do território municipal, sendo um dois únicos municípios brasileiros a possuir esta característica de serem totalmente separados (LESSA, 2007).

Figura 1-Vista área do município de Senador José Porfírio. Fonte: (http://www.amazoniahoje.com/wp-content/uploads/2014/10/senador-jose-porfirio.jpg)

Antes do desmembramento, realizado para dar origem aos municípios de Vitória do Xingu e Anapu, possuía uma extensão territorial estimada em 21.951 km², atualmente sua área territorial é de 13.346.600 km². Pela legislação federal, o município faz limites com os municípios de Porto de Moz ao norte, Portel a leste, São Félix do Xingu ao sul e Vitória do Xingu e Altamira a oeste. Para efeito administrativo, o município está estruturado com a seguinte configuração geopolítica dos distritos: Sede, Alto Brasil, Vila Nova, Ilha da Fazenda e Distrito da Ressaca (LESSA, 2007, p. 72).

Em linha reta, a sede municipal de Souzel fica distante 450 km da capital Belém e aproximados 70 km do principal polo regional, Altamira. Com relação aos meios de circulação e deslocamento, o município não se difere de outros municípios antigos da Amazônia, por conta do rio que continua sendo a principal via de circulação e de interligação com outros municípios e comunidades ribeirinhas, o que provavelmente intensifica as relações sociais, econômicas e culturais. O município, ainda dispõe da rodovia estadual PA-167, com 81 km de estrada sem asfalto, que liga o município à rodovia federal BR-230, Transamazônica. Infelizmente devido a precariedade da PA 167, a mesma é pouco utilizada, na maioria dos casos por famílias assentadas que não possuem uma alternativa para deslocamento.

Para ter acesso a esta região da Volta Grande do Xingu, saindo de Souzel, é necessário ir até onde hoje é Altamira, pois esta parte do rio Xingu, está localizada acima de um trecho em que existe diversas cachoeiras, corredeiras e pedrais, que impossibilitou o deslocamento das várias expedições realizadas pelos colonizadores e consequentemente, que estes pudessem exercer qualquer tipo de poder sobre o território ou seus recursos, permitindo assim, que o domínio do território fosse predominantemente indígena, até o início do século XX (UMBUZEIRO, 1999).

O desassossego fez parte do cotidiano dos primeiros povoadores não índios por conta das disputas de diferentes territorialidades pelo domínio do território. As principais vítimas dessas disputas e do processo de ocupação não indígena desta região, assim como de toda a Amazônia foram os povos indígenas, que sofreram de todas as formas, os diversos tipos de violência física, cultural, social e ambiental praticados pelos não índios, através da escravização, exploração, guerras, epidemias e dos aldeamentos missionários. Inicialmente, estes povos resistiram ao avanço da expansão colonial sobre seus territórios, ora lutando e em outros momentos fugindo para locais mais distantes, mas no decorrer deste processo, e do avanço das frentes de ocupação, os mesmos foram sendo integrados, dominados ou mortos.

Os povos da tribo indígena Jurunas, conhecidos como "donos do rio", se destacam, por terem sido a população mais numerosa, exercendo forte domínio ao longo do rio, além destes, outros grupos indígenas também foram registrados como habitantes. Hoje, ainda é possível perceber a existência de alguns remanescentes desta tribo que vivem isolados na região.

Esta região foi alcançada pelo avanço da ocupação não indígena, através de um caminho terrestre aberto, pelos missionários religiosos, por meio da qual fundaram a Missão Tavaquara, a primeira missão fundada acima do trecho encachoeirado da VGX, especificamente, onde atualmente fica a Altamira (UMBUZEIRO, 2007).

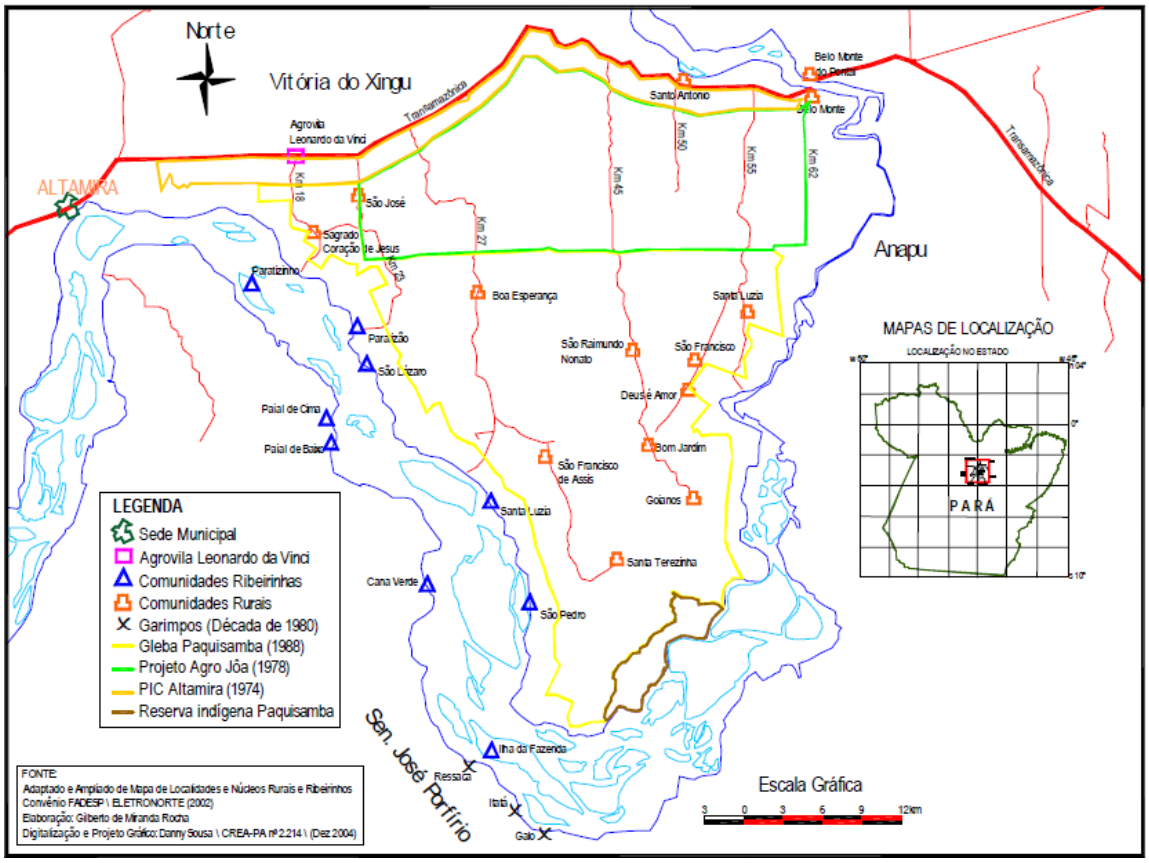
Mais tarde, na segunda metade do século XIX, um pequeno entreposto comercial surgiu nas proximidades de onde foi criada a missão religiosa. O crescimento motivado pela extração da borracha, deu origem a cidade de Altamira. Seu entorno continuou sendo habitado por povos indígenas que foram sendo aldeados, os chamados *tapuios*, que viviam se deslocando pelos seringais existentes na região. O avanço da ocupação dos não índios sobre o território do Médio e Alto Xingu, só se tornou possível a partir do desenvolvimento da economia gomífera, nos anos finais do século XIX e anos iniciais do século XX, quando começaram a explorar o caucho e principalmente a seringa.

1.3.1 VILA DA RESSACA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL TRADICIONAL

As memórias que relatam processo de formação da Vila da Ressaca exprime inúmeras disputas territoriais que configuraram e reconfiguraram a dinâmica socioeconômica local que possuía uma grande diversidade em torno do extrativismo, que tem regido a economia da comunidade desde as primeiras populações existentes. A sobreposição de territorialidades motivadas pelo controle territorial provocou inúmeros conflitos entre índios e não-índios, que atualmente vivem do mesmo lado, lutando para permanecer neste território em que aprenderam a coexistir diante de suas especificidades.

A vila da Ressaca está situada na parte descontinua de Souzel, na margem direita do Xingu em sua Volta Grande. Ela é uma das múltiplas comunidades ribeirinhas existentes, de diferentes protagonismos como pescadores, agroextrativistas e garimpeiros, que coexistem com os índios das Terras Indígenas – TIs, Arara da Volta Grande e Paquiçamba, cada um com diferentes modos específicos de ser e viver, concepções de vida e visões e interesses distintos, que sobrevivem das atividades sazonais, durante o período de cheias e secas característicos do clima regional, como a pesca, a caça, o extrativismo e a agricultura familiar. Estas atividades estiveram ligadas, umas às outras, sendo predominante a produção da borracha, porém, no momento de declínio dos seringais, outras atividades econômicas como a coleta da castanha, pesca, caça de gatos para obtenção e venda da pele e posteriormente a exploração aurífera garantiram que a economia não se estagnasse. Conforme conversas informais e relatos dos moradores da comunidade vivem hoje cerca de 300 famílias na Ressaca e mais 60 famílias na comunidade da Ilha da Fazenda, na margem esquerda do rio, defronte, a vila, que depende diretamente da vila da Ressaca, além do território localizado a margem direita do Xingu, a área da Ressaca abrange um dos quatro projetos de assentamentos da Gleba Federal Ituna e outras áreas de garimpos de grande importância, como o Galo e Itatá.

Mesmo diante da queda da produção de ouro e da diferença na sua divisão, o garimpo continua sendo uma atividade executada por garimpeiros que não querem perder o que foi conquistado a duras penas, após décadas de dificuldades enfrentadas nas quais sobreviveram sem nenhuma estrutura, sofrendo com doenças, e sozinhos por terem se deslocado de outros lugares, deixando para trás suas famílias, para poder tentar uma nova vida, até obter condições para busca-las. Esta localidade corresponde a um pequeno núcleo urbano, servindo de área residencial e comercial para esta população que ocupa e depende das diversas atividades econômicas da região como a agropecuária, a pesca, o comércio e principalmente, o garimpo, além da pequena minoria que trabalha nas empresas prestadoras de serviço para a subsidiária canadense Belo Sun Mining e no funcionalismo público, que possui uma forte relação de interdependência histórica, econômica e comercial com a localidade da Ilha da Fazenda, que fica defronte, cerca de 500 metros de distância.



Mapa 4 – Dinâmica territorial da Volta Grande do Xingu. Fonte: (ROCHA, 200?)

De todas as atividades desenvolvidas a atividade garimpeira se destaca, pois conforme explicita seu Pirulito, toda a vila e região depende direta e indiretamente do garimpo. É o garimpo que dá condições para que haja a circulação econômica de toda a região.

> Toda essa região que você está vendo, que você está por aqui, depende do garimpo direto ou indiretamente, todos precisam. A Belo Sun, ela pediu em 2015 para nós apresentar as nossas condicionantes. Eu digo: "não! vocês estão vendo a nossa

> condicionante aqui, se tem escola aqui, é trazido pelo garimpeiro, se tem aluno, é filho do garimpeiro, se tem professor vem pra ganhar dinheiro, porque tá ensinando o filho do garimpeiro, se tem comercio, veio pra vender pro garimpeiro, se tem transporte fazendo linha, veio pra ganha o dinheiro do trabalhador garimpeiro. Então todas as atividades que você vê aqui em volta, veio tudo através do garimpo. [...]Então, é uma área que dá uma sobrevivência muito grande e aqui são mais de 4 mil famílias que depende dessa região, são mais de 4 mil famílias que tem aqui no município de Senador e isso é só do meu conhecimento, tirando, não incluindo os que chegaram agora a pouco tempo, que tão ai há 40, 50 quilômetros, que esses eu já não posso dizer que depende do garimpo que eles já estão mais distante, mas quem está aqui num raio de 30, 40 quilômetros depende do garimpo. O agricultor ele vem vender o boi, a carne do gado dele, [...] ele traz a farinha, não dá pra quem quer, ele traz a macaxeira pra vender por quilo, ele vende, ele traz abacaxi ele vende, ele traz o abacate, ele vende, ele traz a melancia vende, traz o arroz vende, traz a galinha vende, traz o ovo vende, se ele traz a caça ele vende, o pescador do mesmo jeito, se ele traz o peixe ele vende, se traz o ovo da tracajá, quando tinha que esse ano não tem mais o ovo, até as tracajá tão magra. Tudo eles vendem, se traz a castanha ele vende. Então, os indígenas, tudo que eles trazem aí da aldeia para vender aqui eles vendem, até os indígenas dependem do garimpo aqui e quase diretamente, porque muitos deles lá, vem para trabalhar no garimpo, quando eles estão numa fase ruim, eles correm para o garimpo, 'o garimpo está bom? Está rapaz! vambora lá no garimpo? Bora!' Trabalha uma semana, duas e volta para a casa. É porque o índio, eles são uma população que eles não têm, como se diz, assim aquela ambição para enricar não, eles tendo para comer eles só vão preservar, brincar e viver a vida deles sem perturbação. (CUNHA, 2016)

Hoje essa população busca novas alternativas de sobrevivência trabalhando principalmente na agricultura familiar, produção de cacau, criação de galinhas e pecuária. Atividades geradoras de renda que como explicita seu "Piauí" já são bem desenvolvidas.

> Hoje já tem uma parte de agricultura já bem desenvolvida já no nosso município que é.... como pecuária, é, na parte vamos dizer assim de agricultores de produzir feijão, arroz, milho, essas coisas assim. Hoje o povo é mais desenvolvido assim na parte cacaueira, na produção de cacau, quer plantar cacau, e não se liga muito pra arroz, feijão, porque ele acham que o cacau se mantem (SILVA, 2017).

Por conta da crise e redução da atividade garimpeira, base da economia local, a região sente as consequências, seu Piauí relata que a classe agrícola é a que mais sofre, pois tudo que produziam vendiam para os garimpeiros, após a redução das atividades eles reduziram a prática da lavoura branca que foi substituída pela produção de cacau e criação de gado.

O processo de urbanização da vila da Ressaca e arredores acontece no auge da exploração aurífera na década de 1980, quando milhares de garimpeiros e outras pessoas se estabeleceram juntamente a toda estrutura comercial e humana que acompanha o desenvolvimento de garimpos, além da chegada de empresas como a Oca Mineração. As transformações foram radicais principalmente para o meio. Em conversa informal durante a apresentação de fotos de seu arquivo pessoal a moradora da Vila da Ressaca, Maria diz que "o garimpeiro é o maior destruidor da natureza", pois ele altera a paisagem, altera a localização do que existe e inverte tudo que existe, deixando para trás um rastro de poluição e destruição.

Este processo tem início no começo da década de 1970, com a expansão econômica realizada por meio da implantação dos grandes projetos de infraestrutura e abertura de estradas,

neste caso a abertura da BR-230. Que traz consigo inúmeros sujeitos interessados em explorar as riquezas vegetais e minerais existentes na região, o que consequentemente intensifica os conflitos socioambientais e a degradação do meio ambiente.

A maior parte da infraestrutura local se concentra na Vila da Ressaca, quando se trata dos serviços públicos como saúde e educação. O atendimento de saúde é realizado na Unidade Básica de Saúde, uma das condicionantes da empresa Norte Energia, nela são executados atendimentos básicos por um enfermeiro e uma técnica de enfermagem, quando se trata de algo mais sério, as pessoas são encaminhadas para a cidade de Altamira. A escola fornece a modalidade regular do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e o Ensino Médio no Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME.

O que se vê hoje nesta área é o retrato do descaso de uma administração avessa aos interesses da população ou abandono do poder público nas suas demais esferas. A mesma carece de infraestrutura urbana e saneamento básico. Esta carência e precariedade na infraestrutura da vila, nas casas, nas ruelas e currutelas existentes expressam materialmente, o passado que ainda sobrevive subjetivamente nas lembranças que vivem nas memórias dos moradores locais.

1.3.2 DISPUTAS TERRITORIAS: CONFIGURAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA VILA DA RESSACA

Todo o processo de configuração e reconfiguração socioeconômica da Vila da Ressaca e comunidades garimpeiras que são atreladas a mesma, teve início na localidade da Ilha da Fazenda e na Vila do Itatá, fundada na margem do igarapé Itatá, próximo onde hoje fica a Ressaca. Conforme material produzido, por professores e estudantes da EMEF Luiz Rebelo que fica na vila da Ressaca, através do desenvolvimento do Projeto: “Resgatando nossa história”, o histórico de ocupação dessa região teve início em meados da década de 1920, com a chegada de migrantes nordestinos, motivados pela extração da borracha, chegaram em toda a região amazônica, se estabelecendo às margens dos rios e igarapés. Na Volta Grande não foi diferente, e sobretudo nas ilhas, como a Ilha da Fazenda onde podiam trabalhar na extração da borracha, sem grandes preocupações com ataques indígenas.

Em artigo produzido por De Francesco *et al* (2017), seu Eládio Pessoa, morador da região do Palhal que fica nas proximidades da área pesquisada relata que as constantes ameaças de conflitos e ataques indígenas levavam o estabelecimento das moradias não indígenas nas ilhas, tendo em vista que os índios preferiam a terra firme. “Nesse tempo ninguém morava na terra “mode” os índios, que atacavam por todo canto, então morávamos nas ilhas”. Consequentemente, com o avanço do extrativismo sobre os territórios indígenas, estes ora

entravam em conflitos para defender seus territórios, ora adentravam mais ainda para lugares de difícil acesso, às margens dos rios, em terra firme.

Em 1943, conforme Braga et. al. (2003), chegaram os srs. Pedro Sousa, Ademar e Nicácio, que se deslocaram da Ilha da Fazenda subindo o igarapé Itatá afluente da margem direita do Xingu, local em que encontraram bastante ouro. O relato ouvido de um morador da Ilha da Fazenda, durante conversa informal pode ser confirmado segundo pesquisa dos estudantes,

> Numa noite estavam os três companheiros em um barraco e o Sr. Pedro ao dormir sonhou que alguém lhe avisava para pegar suas coisas e saírem da área o mais rápido possível. No dia seguinte, o Sr. Ademar pegou sua parte do ouro explorado e foi embora, o Srs. Pedro Sousa e Nicácio continuaram garimpando, pois não acreditavam em sonhos. Em poucos dias os índios atacaram o barraco e mataram os dois, causando terror aos poucos garimpeiros que ali estavam e logo se mudaram para as ilhas próximas e a própria Ilha da Fazenda (BRAGA et. al., 2003).

Ainda conforme Braga et. al. (2003), os ataques indígenas eram constantes, o que impedia a ocupação, povoamento e exploração da margem direita do rio, por não índios, por conta disso e depois de muitas lutas com indígenas, em 1960, os moradores da região, dirigiram-se de canoas para Altamira, aproximadamente 80 km de distância, para solicitar auxílio para o prefeito de Altamira na gestão de 1959-1963, o senhor José Burlarmaque de Miranda. Após a audiência com o prefeito, ficou acordado que os extrativistas retornassem para suas atividades, desenvolvidas com temeridade por conta dos ataques indígenas. A região começou a tranquilizar para não índios, com a chegada do Sr. Salu de Almeida que começou a matar os indígenas (BRAGA et. al., 2003). Além disso, o prefeito entrou em contato com o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, chefiado por Francisco Meirelles, que deliberou aos seus homens, que capturassem os índios e os levassem para Altamira para serem “civilizados”. (LEITE, 2016). Entre os homens que ajudaram na captura dos índios estava o Sr. Raimundo Briginato, que relatou para os estudantes que antes que a diligência do SPI chegar os indígenas conseguiram matar três homens.

A sobreposição de territorialidades causou inúmeras baixas de ambos os lados, de um lado sujeitos que tentavam defender seus territórios e do outro sujeitos que tentavam se territorializar para explorar os recursos vegetais e minerais como o ouro. Os indígenas eram vistos como um obstáculo a ser superado para que o "desenvolvimento" e "aproveitamento" econômico da região, pudesse acontecer, para isso, o massacre de índios era tido como necessário. Segundo Barbosa e Portel (2014, p. 41) os povos Jurunas que também habitaram esta região, guardam em sua as dolorosas lembranças dos deslocamentos forçados que tiveram

que enfrentar e os traumas vivenciados neste processo, "como o abandono de parentes idosos e doentes pelo caminho, assassinatos e estupros".

Em trabalho de pesquisa realizado no ano de 2003, pelos estudantes do ensino médio da Vila da Ressaca, foi realizado entrevista com o senhor Sebastião de Menezes, conhecido como “Sabá Meireles” que chegou a região com 14 anos de idade, o mesmo relatou que a exploração de ouro começou com mais firmeza na época em que chegou a localidade com seu pai, o senhor José Alexandre de Menezes e outros exploradores como Manoel Gréia, Manoel Torrói, Adalberto e Alexandre. Com a abertura dos garimpos na área da Ressaca, o pouco rendimento da atividade de extração da seringa foi sendo substituída pelo ouro. (BRAGA et. al., 2003).

O Sr. Francisco Pereira da Silva, mais conhecido como "Piauí", morador da região há quase 40 anos, confirma a existência de outras atividades como a extração da seringa e a caça de animais silvestres, que foram primordiais na garantia de manutenção das famílias que se estabeleceram inicialmente na região.

> [...] existiu um tal de marisco que o ribeirinho, esse pessoal, eles caçavam gato. Na época era um tipo de sobrevivência. Matava gato, matava onça [...] A onça eles matavam, tirava o couro, espichava, secava para vender, o gato da mesma forma, a lontra, uma série de animais entendeu. [...] na época do gato e na época do marisco eles já mexiam com seringa né, que foi o primeiro, vamos dizer assim, o primeiro meio que eles acharam para sobreviver. (SILVA, 2017)

Nesta época, os confrontos entre índios e garimpeiros eram constantes, já que alguns se arriscavam na busca de ouro, enquanto outros se dedicavam a extração da seringa, coleta da castanha do Pará e caçando gato do mato para vender sua pele, que na época possuía alto valor monetário no mercado internacional. Pode-se perceber, segundo depoimento do seu Pirulito, que relata o que foi transmitido para ele através de histórias dos garimpeiros mais velhos, como ocorreu as primeiras tentativas de exploração aurífera na área de terra firme e os desafios enfrentados por conta da presença e ataque dos indígenas, em defesa de seu território.

> Aqui, começou em 1940, em [19]35 aqui já era garimpo, só que era... Garimpeiro trabalhava escondido por causa do índio, o índio matava, o índio já mata[va] e jogava no Xingu, e garimpeiro foi correndo, correndo, correndo, ai quando foi em 1940 já foi mais, já começou a se unir um pouco. (...) E aí foi indo, foi indo, foi indo até que em 1942, aí foi publicado mesmo. Aí começou a descer gente, naquele tempo era no remo, não existia motor. Aí foi se aproximando, ‘rapaz o garimpo lá é bom, o ouro lá tá fácil’ (CUNHA, 2016).

Neste período as atividades de extração da seringa e caça de gatos entravam em crise. A borracha entrava em declínio devido fatores econômicos internacionais e principalmente pela produção racional das seringueiras na Malásia, que derrubou a exploração da borracha na Amazônia que era de difícil acesso. Enquanto isso, os primeiros passos sobre a preservação da

fauna e flora eram dados, dificultando a caça de animais silvestres e tornando-a uma prática ilegal, que mesmo com a proibição continuou a ser praticada e comercializada ilegalmente em regime de contrabando.

Diante deste contexto econômico da época, a região da VGX, especificamente a área da Ressaca e Ilha da Fazenda cresceram e se desenvolveram a partir das múltiplas atividades produtivas que foram desenvolvidas por eles, destaque para seringueiros, gateiros, coletores, pescadores e garimpeiros. Mesmo localizada próximo ao município de Altamira e possuindo grandes riquezas, pode-se dizer que os produtores desta região se desenvolveram por conta própria, sem muito apoio do poder público, em qualquer das suas esferas. Conforme relatos da população a infraestrutura básica para saúde e educação e estradas para interligar os povoados e áreas de garimpo só se tornaram possível por conta da união e esforço da comunidade.

Com a abertura da rodovia Transamazônica, nos anos de 1970, a região recebeu um novo incremento populacional. Estes novos atores sociais, foram se estabelecendo em toda a região da Transamazônica e Xingu, provocando, consequentemente, a criação de projetos de assentamentos, surgimento de novos povoados, abertura de estradas vicinais, diversificação das atividades econômicas e um dito "desenvolvimento" tanto da economia quanto dos problemas socioambientais.

O auge da exploração só aconteceu no início da década de 1980, depois que indígenas e garimpeiros, após conflitos iniciais começaram a se apaziguar. Com o tempo alguns povos indígenas se incorporaram as atividades de extração da seringa e do ouro, outros, submetidos a este processo de sobreposição dos seus territórios, foram adentrando na floresta, tentando se distanciar do avanço das frentes de ocupação cada vez mais próximas e violentas.

A ‘pacificação’ entre estes sujeitos tornou possível o estabelecimento das áreas de garimpo na margem direita do rio, nos arredores da Vila da Ressaca, que além de garimpeiros, abriga hoje, diversas famílias de beneficiários do Projeto de Assentamento – PA Ressaca. A primeira escola foi fundada na localidade, em 1983, pelo prefeito Willy de Souza Viel com o nome de Escola Municipal Dom Eurico para atender os filhos dos produtores (BRAGA et. al., 2003).

Conforme, De Francesco *et al* (2017, p. 48), “apenas em 1985, com a chegada das primeiras duas “chupadeiras” (dragas) na região, esses garimpos começaram a ser mais explorados, dando início à “fofoca” do ouro na região”. Nesta época, a pesca artesanal também ganhou visibilidade, sendo fundamental para a reprodução social, assim como a agricultura e extrativismo, fazendo valer a pluriatividade uma marca que contribuiu fortemente para estruturar este campesinato.

1.3.3 O AUGE DA MINERAÇÃO NA VGX

Até o fim da década de 1970 o povoamento e a exploração dos recursos naturais desta região e de toda a Amazônia foi desenvolvido lentamente, de forma predominantemente rudimentar, constituindo-se, portanto, em um pequeno vilarejo de extrativistas e coletores de práticas tradicionais. O auge da mineração na VGX aconteceu nos anos iniciais da década de 1980 até meados de 1990, que foram os mais expressivos da exploração aurífera, devido a abundância de ouro encontrada na época que atraiu o interesse de muitas pessoas e empresas mineradoras que promoveram inúmeras mudanças na com figuração socioeconômica da região.

Pode-se considerar três fatores como fundamentais para a intensificação da exploração e ocupação da Volta Grande, especificamente o território da margem direita do Xingu, onde fica a Ressaca. A dita "pacificação" da região através da captura de indígenas, considerados incivilizados, realizada pelo SPI com autorização do governo para que fossem civilizados. O que consequentemente possibilitou que os habitantes pudessem ocupar e explorar a região sem se preocuparem com ataques indígenas. O segundo fator foi a abertura da Transamazônica que tornou possível o acesso de milhares de pessoas que foram se estabelecendo as margens da rodovia, somado a expansão dos comentários sobre a riqueza dos garimpos, os migrantes que vieram em busca da terra e que não conseguiram se assentar ou ocupar terras foram para as áreas de garimpo que serviram como meio de amenizar as tensões por conflitos de terras e a elevação da cotação do ouro no mercado internacional.

A população regional cresceu consideravelmente sendo necessário a criação de novos núcleos para abrigar a grande massa demográfica atraída para a região. "Esse povoamento inicial teve o caráter próprio das áreas de garimpo, ou seja, de permanência incerta" (PASSOS, 201?). A área da Ressaca surge, então como local de trabalho para garimpeiros e aos poucos foi ganhando forma através da construção de pequenos barracos cobertos de lona ou palha. Além de garimpeiros, foram atraídos para a localidade outros personagens e atividades que se agregaram ao longo do processo e que também são dependentes do garimpo, dinamizando assim, a economia local.

Com a febre do ouro, a Ilha da Fazenda também cresceu em número de habitantes, tornando-se o centro comercial do garimpo através de suas *currutelas*, onde o ouro era gasto com mantimentos, mulheres, jogos e bebidas a preços geralmente elevados. Os testemunhos dos moradores que vivenciaram este contexto retratam a Ilha da Fazenda, como ambiente de grande prosperidade por conta da grande circulação de pessoas que iam e vinham dando vida ao pequeno lugarejo.

Neste contexto a Ilha da Fazenda era o polo de relações sociais e econômicas da região, tornando-se o centro comercial de apoio a atividade garimpeira, enquanto a área da Ressaca se constituía em polo de relações trabalhistas e atividades produtivas como garimpos e pequenos roçados. Segundo Braga et. al. (2003), até 1986 a Ilha já possuía mais de 200 famílias e aproximadamente 5 mil garimpeiros trabalhando na exploração do ouro nos garimpos da Ressaca e arredores. Conforme relato de Silva (2017), morador da Ressaca conhecido como Piauí, quando o mesmo chegou a região em 1980, mais ou menos com 21 anos de idade "a Ressaca era onde o povo mais trabalhava, porque a atividade garimpeira era aqui [lá]", pois "era um ponto de trabalhar [...] era dos comerciantes, de compradores de ouro", na Ilha não eram desenvolvidas atividades como garimpo ou extração de seringa, "a Ilha da Fazenda era um ponto mais da onde tinha bebida, entendeu? O cara que não tinha mulher, ia procurar mulher na Ilha da Fazenda, era uma coisa assim". O mesmo ainda complementa que nos fins de semana haviam festas nos bares e cabarés e enquanto alguns estavam no garimpo era possível escutar "aquela zuadona, aquele sonzão o dia inteiro tanto aqui como na Ilha da Fazenda". Seu Isaias Freitas ainda adiciona o fato de confusões fazerem parte da rotina e que inclusive haviam pessoas que no desespero das confusões de brigas e tiros, acabavam se jogando ao rio para atravessar para a Ressaca.

Em 1984, os comentários sobre a existência de ouro na região haviam se expandido atraindo outros garimpeiros e pessoas de várias regiões e garimpos do país em busca de ouro e de enriquecimento. Entre elas prostitutas e donos de cabarés (bordeis), destaque para o maior cabaré da Ilha conhecido como "Bar Sereia" que na época chegou a trazer vários cantores famosos como Adelino Nascimento, Oswaldo Bezerra, Geraldo Nunes e Reginaldo Rossi entre outros (BRAGA et. al., 2003). Segundo depoimento de um morador, presente no material do projeto de pesquisa Resgatando Nossa História (SEMED, 2015),

> Era mais lazer, cantores famosos, aqui já vieram cantar como Reginaldo Rossi, Adelino Nascimento, vinham cantar no bar Sereia, que pertencia ao seu Raimundo, dançávamos até o dia amanhecer, chegava em casa com os pés só calos, mas alegre por meu lugar receber pessoas tão famosas.

Dessa forma, como polo de relações socioeconômicas a infraestrutura da Ilha se desenvolveu minimamente para ofertar os serviços básicos e de lazer necessários para a região. Igrejas, supermercados, cabarés, escola, farmácia, bares, cantinas, posto de saúde, entre outros, proporcionou um ar de urbanização a pequena localidade. Nesta época, estas duas localidades somavam juntas uma população bem maior que a atual com cerca de seis mil habitantes.

Com a abundância do ouro, e a intensificação da exploração por meio dos múltiplos garimpos criados, a área da Ressaca foi se constituindo um pequeno vilarejo e ganhando forma e infraestrutura, sendo moldada através da multiplicação de pequenos barracos, ruelas, boates e comercio, de apoio a atividade garimpeira e a antiga Vila do Itatá foi reocupada, depois de abandonada na época dos ataques indígenas. Seu Piauí relata como era a estrutura local quando chegou em 1980, mais ou menos com 21 anos de idade.

> [...] hoje tem uma infraestrutura melhor entendeu, mas na época... porque garimpeiro não está muito aí para a estrutura, essas coisas aí não. Na época quando eu cheguei aqui, vários barracos aqui eram feitos de lona, lona plástica, outras eram de palha de coco babaçu, entendeu? Esse negócio de estrutura de casa, de telha, veio ter de um tempo para cá. (SILVA, 2017)

Apenas uma pequena parte da área da Ressaca possuía estrutura de moradia, a outra parte era área de garimpo, "maquinário que trabalhava lá dentro e pra área rural aí não tinha nada, era só mato isso tudo, você só via floresta, não tinha nada" (SILVA, 2017).

Com as políticas do governo federal que incentivavam os grandes empreendimentos entre eles os minerais, instala-se na VGX, especificamente na área do garimpo do Itatá, a empresa Oca Mineração, que segundo moradores da localidade era de propriedade do Senador Jader Barbalho que na época era governador do estado do Pará. Esta empresa detinha os direitos de propriedade do subsolo enquanto os garimpeiros apenas desenvolviam suas atividades na área e trabalhavam com maquinas pesadas realizando escavações para a retirada do ouro do subsolo.

Com a instalação a empresa provocou a desapropriação dos meios de produção de milhares de garimpeiros, proibindo a atividade garimpeira, o que gerou a revolta dos trabalhadores que entraram em conflitos gerando mortes, humilhações e torturas de homens, mulheres e crianças. Muitos foram embora com medo, os que restaram foram absorvidos por outros garimpos da região.

Nos anos de 1990, com o declínio da cotação do ouro no mercado internacional, somado a diminuição do ouro fácil, a produção garimpeira caiu, diminuindo assim, a quantidade de migrantes, que foram embora em busca de novas jazidas. De acordo com Braga et.al. (2003), em 1989 a 1992, o número de garimpeiros era reduzido, por conta da precariedade da exploração do ouro e da presença de policiais que prendiam e espancavam os que cometessem algum tipo de desordem que na maioria das vezes só eram liberados após o pagamento de propinas em ouro. Ainda neste período, ocorreu a proliferação de doenças com maior intensidade, como a malária, devido ao acumulo de água empoçada nos barrancos deixados

pelos garimpeiros após a lavra do ouro. A SUCAM foi mobilizada para combater a epidemia que tempos depois foi reduzindo.

Em 1993, após conflitos e prejuízos o garimpo do Itatá foi reativado por meio de acordo firmado entre a empresa e os donos de maquinários que desejavam explorar a área, tendo que pagar em torno de 10% sobre a lavra de ouro na área supostamente de propriedade da empresa Oca. Com a reativação do garimpo cerca de 2 mil garimpeiros foram atraídos para a referida localidade (BRAGA et. al., 2003). Seu Pirulito relata que quando chegou a localidade em 1992, "já estava manso" havia chegado numa fase boa.

Braga et. al. (2003) informa que em 1998, foi construída na Ressaca a EMEF Luiz Rebelo, assim a Ilha perdia ainda mais sua centralidade, restando apenas a escolinha de ensino fundamental no local onde ficava o supermercado em condições precárias, o posto da SUCAM, e as igrejas, uma quadra de futsal, a casa de apoio aos professores, estruturas que ainda resistem ao tempo e a resistência dos moradores que mesmo diante das dificuldades e desafios permanecem reexistindo através de algumas atividades como a pesca dos poucos peixes que ainda sobrevivem e do fraco garimpo que só dá para o alimento como relatado por diversos moradores.

Com o decorrer do tempo a "febre aurífera" diminuiu, o ouro fácil foi se tornando escasso, reduzindo assim o número de garimpeiros que afetou profundamente as relações socioeconômicas da região. O movimento do comercio, igrejas, bares foram diminuindo e apenas as lembranças dos tempos áureos e da vida permaneceram, podendo ser experienciado através das narrativas transmitidas entre as gerações que expressam conquistas e derrotas desta região e destas duas localidades que ainda hoje vivem coexistindo interdependentes. (BRAGA et. al., 2003) O depoimento de uma moradora publicado no material produzido através do Projeto de pesquisa "Resgatando Nossa História" (SEMED, 2015), expõe as lembranças deste auge que é passado adiante através da oralidade e trabalhos de pesquisas.

> Quando fecho os olhos ainda posso ver aquele alarido, aquela movimentação grande devido o garimpo de ouro, o pequeno lugar rodeado pelo rio Xingu chamado Ilha da Fazenda. Muitos comércios, farmácia, um bom posto de saúde, quando meu marido trabalhava como garimpeiro era melhor que hoje e, porque tínhamos jamais recursos, dinheiro não era o problema. Agora a vilazinha não tem quase nada, a antiga pracinha o Xingu destruiu, ainda resiste a quadra de esportes a qual todo fim de semana havia várias atrações como danças, torneios de futebol, eu ficava animada, por mais que já fosse casada me sentia feliz. (SEMED, 2015)

Os poucos garimpeiros que ainda permanecem estão trabalhando sobre os rejeitos de outros exploradores garimpeiros, como informa Silva (2017), "hoje quem trabalha nessa área aqui, ele sobrevive de um rejeito que que foi largado a 20, 30 anos pra trás". Os que possuíam

mais condições faziam uso de máquinas e explosivos para extrair o ouro direto da rocha, antes de serem proibidos pelo DNPM.

Hoje, a região passa por sérias dificuldades econômicas, devido aos grandes projetos que estão sendo implantados na região que impossibilitam e proíbem, principalmente, as práticas pesqueiras e garimpeiras, principais atividades destas duas localidades, que agora vivem de atividades secundarias como agricultura e pecuária. Seu Pirulito relata a grande diversidade de produtos existentes em sua roça que contribuem para sua subsistência.

> Porque, ce vai... ontem mesmo, antes de ontem, domingo, eu tive que dar duas viagens lá na roça, lá eu trouxe melancia, eu trouxe melui, eu trouxe abacate, eu trouxe quiabo, eu trouxe o maxixe, eu trago a graviola, eu trago a biriba, eu trago o cacau, entendeu? eu trago a laranja, eu tenho laranja lá que dá de seca e de vez. Está lá os pés tudo amarelo de laranja, desse laranjão da cida que chamam, a laranja pequena não, essa comum, mas a laranja da cida lá tem dez, seis pés produzindo direto, quer dizer, não vou dizer que tenho para a exportação para exterior, mas para um consumo eu tenho. E lá na minha terra eu plantei o bacuri que é uma planta lá do Maranhão, do sertão do Maranhão, eu tenho a tamarinho, eu tenho a pitomba e muita planta que não tem aqui no Pará, maranhense que vem de lá para cá traz. A gente tem espécie de inhame, tem ata que vem... aqui no Pará tem, mas é sempre trazido do Nordeste né, vários tipos de espécies de manga a gente têm plantado e está tudo produtivo graças a Deus. (CUNHA, 2016)

É importante destacar o papel destas atividades que mesmo sob crise, são usadas como estratégias de subsistência, já que apenas uma parcela da população está empregada, seja em empresas terceirizadas que prestam serviço para a empresa Belo Sun, no funcionalismo público ou no pequeno comercio, enquanto a maioria vive dependente das atividades informais e irregulares, como a pesca, práticas agrícolas, bicos ou pequenas vendas.

A construção da hidrelétrica de Belo Monte em fase final e já em operação afetou drasticamente o ambiente desta área que ficou com nível de agua reduzido em 80%, afetando as condições de vida e reprodução da flora, fauna e das comunidades que em algumas épocas do ano chegam a ficar ilhadas. E como senão fosse suficiente, novos projetos ameaçam a possibilidade de permanência nesta área, que mais uma vez torna-se palco de novas disputas territoriais envolvendo empresas mineradoras e comunidades tradicionais. Com a redução do nível de agua na área de garimpos da Ressaca e da energia gerada pela barragem de Belo Monte, Belo Sun vai poder extrair toneladas de ouro do subsolo xinguano. Na Ilha da Fazenda o caso é emblemático, pois enquanto na Ressaca os garimpeiros lutam para permanecer no local e continuar exercendo sua atividade de lavra, os moradores da Ilha já não veem possibilidade de sobrevivência com vazão reduzida que impossibilitará a navegação e a pesca, tendo que lutar para serem reconhecidos como atingidos, assim como aqueles que habitam as áreas que serão alagadas por Belo Monte.

CAPÍTULO II – CENÁRIOS E NARRATIVAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS

Em toda a América Latina há casos de inúmeros conflitos gerados por conta das atividades mineradoras, sejam elas em pequena ou larga escala, elas são geradoras de conflitos socioambientais envolvendo territórios e os recursos naturais existentes no mesmo. Neste cenário é preciso dar destaque a Amazônia, por ser detentora de depósitos minerais de grandes proporções (CANTO, 2016). Esses conflitos decorrem dos graves impactos sociais, econômicos, ambientais e territoriais que a extração massiva de recursos naturais causa, gerando consequências a curto, médio e longo prazo nos territórios. O Instituto Brasileiro de Mineração – (IBRAM, 2015), conforme apuração realizada pelo DNPM em 2013, informa que o número de empresas mineradoras em atividade no país era de 8.870 em um total de 8.400 minas.

> Os principais atingidos por atividades de extração mineral são as populações locais, ribeirinhos, populações indígenas, como pescadores artesanais e quilombolas. Entre os impactos socioeconômicos mais observados, encontram-se a proliferação de doenças, problemas trabalhistas, questões fundiárias, crescimento desordenado, inchaço populacional e ausência de infraestrutura. Também ocorrem o aumento da violência e da prostituição. No âmbito dos impactos ambientais, é muito comum a poluição da água, prejuízos ao ecossistema local, assoreamento de rios, poluição do ar, disposição inadequada de rejeitos e escórias, desmatamento, poluição do solo e do lençol freático e extinção de espécies vegetais e/ou animais. Além disso, ocorrem casos de atuação em área de preservação ambiental e a contaminação por substâncias perigosas. (IBASE, 201?).

Esta atividade industrial controla o ritmo, as dinâmicas e os modos de vida condicionando-os ao processo global de produção, atendendo os interesses das grandes corporações através da expansão do lucro sem levar em conta a garantia efetiva dos direitos das populações locais. (IBASE, 201?). Conforme Leroy e Malerba (2010, pág. 44),

> a exploração mineral industrial iniciada em meados do século XX até o início do século XXI na região se assemelha a outras formas de exploração dos recursos naturais regionais como as drogas do sertão, o cacau, a borracha, a castanha, a madeira e outros produtos da floresta, que deixaram violentas marcas na história e na geografia.

As comunidades locais e de garimpeiros da Ilha da Fazenda e Vila da Ressaca, são exemplos em que a mineração industrial impactou e continua impactando. Estas localidades integram um espaço que foi apropriado e constituído por múltiplas territorialidades que tem sido compartilhado e disputado por diferentes atores sociais que ao longo do seu processo de ocupação territorial sofreu inúmeras transformações. Quando as ocupações não indígenas, atualmente representadas pelos ribeirinhos começaram a acontecer através da migração

associada aos ciclos da borracha na região, inúmeras sociedades indígenas já protagonizavam o seu mais antigo processo de ocupação territorial.

Desta forma, é preciso destacar antes de mais nada que a apropriação social do espaço se dá mediante disputas territoriais carreadas por relações de poder. Para Montenegro Gómez (2006, pág. 104), "o território está relacionado com a disputa na apropriação do espaço, portanto, com interesses conflitantes que convergem num mesmo espaço. A apropriação do espaço por um grupo ou indivíduo entra em disputa com as aspirações de outro grupo ou indivíduo".

Ainda hoje, é comum crimes, guerras, invasões, ameaças e conflitos fazerem parte do cotidiano das comunidades, estados e países, causando incertezas e desesperança. No Brasil, as riquezas minerais estão sob controle e domínio de grandes capitais nacionais e internacionais, graças ao intermédio do Estado, grande aliado dos interesses hegemônicos e da classe dominante que através de suas ações no âmbito executivo, legislativo e judiciário legitimam o poderio capitalista. O que constitucionalmente deveriam ser bens da União, ao contrário, são apropriados de forma desigual, fragilizando ainda mais as camadas populares. Segundo IBASE (201?)

> em diversos territórios onde projetos de extração mineral são instalados, emergem resistências. Elas são baseadas na busca pela garantia de direitos, os quais são sistematicamente violados no contexto dos projetos minerários. As violações ocorrem em diversos âmbitos, desde a desconsideração dos usos e ocupações do território anteriores ao projeto, passando pela violação do direito à consulta prévia, por remoções forçadas ou em troca de indenizações irrisórias, as quais implicam na destruição de vínculos comunitários.

A região da VGX se constitui como um desses territórios donde a resistência foi uma estratégia para garantir a sobrevivência de sua população, diante de grandes empreendimentos, além disso, já foi cenário de muita violência, motivada por diferentes processos de territorialização de índios e não índios que foram se sobrepondo, desterritorializando os já existentes e, desta forma, reconfigurando sua dinâmica territorial. Hoje, depois de anos de lutas e resistências num cenário de múltiplas perspectivas e conquistas, mesmo que precárias na maioria dos casos como estradas, atendimento médico, saúde, educação, energia, onde os moradores estão organizados em associações comunitárias e os trabalhadores em cooperativas, visando o desenvolvimento local sem impactar tanto quanto a empresa, é preciso que estes povos encontrem novas estratégias para permanecer no lugar, resistindo contra a imposição das grandes empresas e do Estado, representado aqui pelas três esferas de poder, que possuem parte na situação de abandono quando as comunidades mais precisaram.

Rogério Almeida em entrevista realizada em 2014 pela IHU – On line afirma que é necessária uma leitura contextual dos grandes projetos na Amazônia, que para serem viabilizados contam com a importante ajuda do Estado que desde o início da exploração mineral no território amazônico, desenvolvida por grandes empresas, possui presença forte e decisiva, investindo em grandes obras de infraestrutura e logística, e criando condições políticas e institucionais que atendem as necessidades destas empresas (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2014).

Silva (2015) afirma que estas ações do Estado na periferia subdesenvolvida do capitalismo refletem sua natureza contraditória, que ao mesmo tempo que fomentam as condições favoráveis de reprodução do capital, estabelecem formas institucionais de legitimação dos interesses das classes menos favorecidas economicamente. A união entre grandes projetos e o Estado, ainda hoje geram divergências e lutas desiguais entre populações locais e grandes empresas, nas quais os primeiros sempre foram derrotados ao longo de toda a história secular do país, sofrendo todo tipo de violência como a expropriação, espoliação, massacres e desrespeito, o que atualmente continua acontecendo sem que tenham acontecido mudanças significativas no processo de implantação destes projetos. Por isso, faz-se necessário ouvir e fazer ecoar as vozes silenciadas destes povos que mostram-se cansados, mas ainda resistindo nesta sociedade que naturaliza as condições e o modelo de desenvolvimento que se tem planejado para a Amazônia e todas as formas de vida que sobrevivem nela e dela.

2.1 O SOM DAS VOZES (IN)AUDIVEIS A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL

"A Amazônia é uma região cujo traço mais geral é o de ter sido construída por um pensamento externo a ela" (PIZARRO, 2012, pág. 31), a construção de um lugar através de uma miríade de discursos, dos quais sempre predominou aqueles expressos através das vozes do homem ocidental, de momentos distintos e funcionais aos interesses europeus. Sabe-se que a memória, "historicamente construída" (POLLAK, 1992), é um elemento de disputa, pois legitima e fundamenta a história contada por determinados atores que narram o processo de ocupação deste território do seu ponto de vista, e que ainda, se fixa nas lembranças de garimpeiros e garimpeiras por ter sido construído em um cenário marcado pela disputa mineral e pela resistência.

Mesmo diante do fato da Amazônia possuir vários elementos como a natureza, o rio, a selva que a unificam, "ela está longe de ser uma unidade homogênea" (PIZARRO, 2012, p. 25). É neste espaço em que estão aglutinadas várias vozes, e é sobre a noção de voz que pode-se explorar sua diversidade, pois ela expressa os múltiplos pontos de vista de um determinado

lugar, porém, apenas as vozes de determinados sujeitos e grupos foram ouvidas e ecoadas por todo o mundo, enquanto as vozes da maioria permanecem a esmo em constante silencio, aguardando a oportunidade de ser ouvida.

Como infere o bispo emérito Dom Erwin Krautler (2013) que há mais de 30 anos se dedicou à luta pela vida e a garantia dos direitos dos povos do Xingu, a história desse povo é de sangue derramado e contada sob a ótica de determinados grupos sociais, de forma estratégica a fim de atender interesses específicos dos "de fora", invisibilizando ou anulando outras memórias sociais e silenciando as vozes "dos daqui". No geral, a versão histórica dos fatos ocorridos que vigora é a versão daqueles que venceram, daqueles que sobreviveram ou que se sobressaíram, daqueles que historicamente, detém o poder econômico e por consequência, o social tendo em vista a posição que ocuparam e ainda ocupam dentro do espaço social.

A História Oral apresenta-se neste sentido não apenas como metodologia de pesquisa, mas possui ainda uma dimensão política de contribuir no processo de produção de histórias com as narrativas dos sujeitos que tiveram suas vidas e memórias até então marginalizadas. Aqui a História Oral possui finalidades diferentes da história contada pelos privilegiados, representados pela elite local e regional. Partindo das vozes daqueles que foram excluídos, esquecidos e oprimidos ela faz com que a história assuma uma forma mais democrática a fim de eliminar a opressão e o silenciamento causado pela história oficial difundida e introjetada através dos meios de comunicação em massa, mas principalmente por um modelo de educação tecnicista. Conforme análise realizada por Silva e Rolkouski (2006, p. 2) sobre as obras de Paul Thompson e Philippe Joutard em "A(s) voz(es) do passado - História Oral"

> A finalidade social da história, nesse sentido, é apenas a busca do conhecimento pelo próprio conhecimento.
> Ainda pior que isso, a finalidade social da história pode estar atrelada a justificativas para guerras, dominações, revoluções, domínio de uma classe ou raça sobre a outra. A história pode ter a finalidade de servir de apoio para políticos que veem nela fonte de alegoria para suas promoções.

A história tida como oficial é perigosa, pois não visa a compreensão do porque as coisas serem como são, é simplesmente uma forma de saber, que naturaliza a posição dos sujeitos dominantes e dominados, é um saber determinado, que silencia e anula a existência de uma gama de vozes que ficam às margens da história, sofrendo e sendo considerados os vilões, os perigosos. O papel da história neste sentido se resume numa forma de justificar uma realidade que, ainda hoje impera, a de que as desigualdades são normais, de que basta querer que se é possível, de que cada um está no lugar que está ocupando determinado espaço, apenas por querer está ali, por uma opção pessoal.

Os testemunhos obtidos através da história oral, conforme Thomson (1997) possibilita que novas histórias sejam criadas, e desta forma possam literalmente contribuir para dar voz às experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos e marginalizados das narrativas históricas oficiais, evidenciando tantos os indivíduos quanto os fatos que marcaram o processo de formação histórico da comunidade.

É importante ainda, levar em conta as críticas sobre a veracidade das narrativas e fontes consultadas. Na análise realizada por Silva e Rolkouski (2006, p.7), Thompson e Joutard não desconsideram que as fontes orais estejam carregadas de parcialidade, porém como expresso pelas autoras Joutard infere que quando algo é verdadeiro para determinado indivíduo, ele também o é, e com maior razão, para um coletivo, que possui mais força para elaborar sua história oficial.

Segundo Thomson (1997, p. 56) "compomos nossas reminiscências[2] para dar sentido à nossa vida passada e presente. (...) de certa forma, nós a compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura". A composição de nossas lembranças não se dá do nada, elas são motivadas e acontecem processualmente de acordo com o momento e a necessidade que temos. As narrativas dos sujeitos refletem suas memórias que giram em torno da relação passado-presente, e um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências que são relembradas, além disso, as memórias que escolhemos para recordar e relatar, e o sentido dado a elas, são coisas que mudam ao passar do tempo. Essas lembranças vão variar de acordo com as alterações sofridas pela nossa identidade pessoal, que nos condiciona a compor uma história com a qual pode-se viver (THOMSON, 1997).

> Nossa identidade é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com a própria vivência. Construímos nossa identidade através do processo de contar história para nós mesmos, ou para outras pessoas, no convívio social (THOMSON, 1997, p. 57).

Ao narrar uma história o indivíduo consegue identificar-se e sentir-se parte dela. Identificando o que pensávamos ser no passado, o que pensamos que somos no presente e o que almejamos ser no futuro. É possível perceber durante a composição das reminiscências algumas características como sentimentos e impulsos reprimidos, que são manifestados "através de sonhos, erros, sintomas físicos e piadas, que permitem vislumbrar os dolorosos e fragmentados significados pessoais ocultos" (THOMSON, 1997, p. 57), quando a composição das memórias é fundamentada em bloqueios, exclusões e não é plenamente alcançada (THOMSON, 1997).

[2] Segundo Thomson (1997, p. 57) "(...) reminiscências são *passados importantes* que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes".

Às vezes, ainda segundo o autor, acontece de os historiadores orais ouvirem as narrativas e se descuidarem desses pequenos detalhes e dos seus significados (THOMSON, 1997). Significados esses, que quando percebidos, podem revelar sentimentos e experiências pessoais que em muitos casos são reprimidos e silenciados "porque não se ajustavam às normas usuais ou à própria identidade da pessoa" (THOMSON, 1997, p. 58).

Conforme reflexão feita por Silva e Rolkouski (2006, p.8) sobre a obra de Joutard,

> uma das raízes da dificuldade em realizar este tipo de análise é o fato de que os historiadores positivistas nos ensinaram a apenas distinguir o verdadeiro do falso, mas não a considerar o falso como significativo. Se a fonte oral é carregada de parcialidade, ao menos se conhece o depoente para sabermos de que lado ele está. Assumir esta subjetividade é indicar claramente as condições de cada projeto, a perspectiva considerada, o roteiro implícito ou explícito considerado, as circunstâncias precisas de cada encontro, a preparação do depoente, lugar da gravação, incidentes ocorridos.

A sensibilidade do pesquisador diante destes aspectos com certeza será fundamental para identificar fatores que podem tanto enriquecer a pesquisa quanto descobrir informações que servirão para compreender questões que ficam nas entrelinhas do processo da pesquisa e da história.

O uso da História Oral é uma forma de estar apreendendo a complexa e multifacetada realidade expressa num mesmo cenário, como nos afirma Paul Thompson (1992, pág. 26), e seus aspectos tendo em vista que é uma forma mais democrática que ainda oportuniza a recriação de "uma multiplicidade original de pontos de vista" numa pesquisa histórica que situe suas fontes no contexto social vivido no recorte histórico pesquisado, apoiada por documentos históricos textuais que darão mais confiabilidade e coerência às fontes orais, a fim de compreender melhor a história e a própria narrativa do entrevistado.

A história oral, também permite que o passado seja construído de forma mais realista e imparcial, ao mesmo tempo que o espaço, para contestação das versões oficiais sobre como são relatados determinados fatos que são tomados como verdadeiros. Pois ainda conforme Thompson (1992, pág. 18), é da natureza dos múltiplos registros que existem que refletem o ponto de vista a partir da posição ocupada pelas autoridades, sendo assim não dar para se surpreender que o julgamento da história tenha defendido na maioria dos casos, a sabedoria dos poderes existentes.

É importante destacar que um mesmo cenário pode torcer a narrativa oficial, pela narrativa da resistência de determinados espaços, tendo em vista que determinada história é construída a partir de pontos de vistas que refletem a posição ocupada pelo sujeito no espaço social (HENCHEN, LIMA e RODRIGUES, 2016). "E sabemos que haverá pontos de vistas divergentes, antagônicos, conflitantes, já que a visão que cada agente social possui do espaço

depende de sua posição no espaço (ibidem 2016, p. 210). As narrativas destes sujeitos estão permeadas de significados que podem ser atribuídos a sua formação e trajetórias individuais.

Soma-se a estes pontos de vistas, a existência de um ponto de vista oficial, que é o ponto de vista das autoridades, que independe de nossas vontades. Este ponto de vista oficial possui três funções, conforme Bordieu (1990): como diagnóstico de conhecimento ou reconhecimento do que alguém, objeto ou fato é; o de discurso administrativo que colabora através de documentos definindo o que as pessoas devem fazer de acordo com o que elas são; e dizer o que as pessoas fizeram do ponto de vista oficial, usando para isso questionários, formulários, entrevistas e relatórios, que fortalece a legitimidade do discurso oficial.

Conforme Jerônimo da Silva e Silva (2017), em introdução feita para o livro "Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental" e influenciado pelos ensinamentos de Walter Benjamin, a narrativa realizada pelos explorados e injustiçados é e sempre será uma contra narrativa, pois se trata de uma narrativa feita para desarticular o relato imperioso e hegemônico dos poderosos. Ainda conforme Silva (2017)

> A potência da memória não reside apenas na construção das lembranças, mas principalmente na capacidade de lembrar sob outra perspectiva, de assumir o compromisso ético na dissonância dos discursos totalizadores. É a força do desfiar, do dizer uma memória em oposição à.… que permite torcer a escuridão da violência em disfarce de resistência. A luta pela memória é a maior cobiça ao término de uma guerra.

As ações humanas de lembrar e narrar estão vinculados politicamente, pois é através destas ações que os sujeitos se tornam presentes re-existindo enfrentando as narrativas oficiais que omitem fatos e atendem interesses específicos. É através das narrativas que torna-se possível usar os mesmos detalhes e o mesmo cenário para narrar a resistência daqueles que estavam do outro lado, sofrendo as violências, a repressão e que vivem silenciados, pois os grandes veículos de comunicação em massa, não se preocupam em ouvi-los e quando ouvem selecionam o que vai ao ar. Segundo Bordieu (1983) em sua obra Questões de Sociologia umas das formas de anular verdades que perturbam e causam incertezas é dizendo que elas não possuem base científica, significando que estas verdades estão atreladas a interesses políticos de um grupo social específico, e portanto devendo ser interpretadas de forma relativa.

Atualmente é o que continua ocorrendo, e mesmo diante do fato do anúncio dos grandes impactos que os projetos que estão sendo implantados podem gerar, não está havendo conflito, existe apenas silêncio, e quem tenta expor é silenciado. Rafael Calazans em "Territórios da utopia", reforça a importância do conflito para que não sejamos devastados juntos com o meio e os modos de vida que temos, e é isso que está ocorrendo.

> Temos que travar essa "guerra", dizer o que se passa nos nossos territórios porque os territórios são territórios narrativos, são territórios falados, narrados, cantados e escritos. Não basta anunciar o impacto dos projetos de desenvolvimento. Há lugares que têm muito impacto, mas não têm conflito. Outros conflitos são tão invisíveis que ficam no soluço no quarto escuro, à noite, não saem pra rua, não fazem enfrentamento. Nem sempre onde há impacto, há conflito. E é muito importante que haja conflito, porque se não houver conflito, os impactos vão correr sem ninguém falar, e os territórios vão ser devastados. É isso o que está em jogo, hoje (CALAZANS, 2015, pág. 87).

Somente desta forma os territórios e consequentemente as populações que ali se territorializaram ao longo do tempo poderão sobreviver e conforme Calazans (2015, pág. 88) não apenas os "territórios espaciais, mas também os territórios mentais, dos valores e das culturas". É extremamente necessário que façamos com que estes territórios resistam ao processo de devastação, pois o sistema trabalha com a função de apagar a memória, tendo em vista que a única forma desse modelo de exploração continuar se propagando é através do apagamento da memória expressa através das lembranças de como o território era antes de sua chegada (ibidem).

"Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional" (POLLACK, 1989, pág. 2). Percebe-se por trás das narrativas, as marcas das experiências, das trajetórias e dos dilemas vivenciados armazenados pelos sujeitos da comunidade que formam o contexto social em que estão inseridos. As memórias que guardamos e o que excluímos depende relativamente da formação e experiências sociais e coletivas que tivemos.

Calazans (2015) afirma que a transição deste modelo econômico que vivemos atualmente, que expropria, violenta, destrói não virá mais adiante como uma dádiva divina, ou por si só, precisamos resistir na caminhada. E conforme o autor "o primeiro passo é a defesa das pessoas, dos povos, das narrativas, dos territórios, sem isso não vamos para lugar nenhum" (CALAZANS, 2015, p. 90).

2.2 AS MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS COMO ELEMENTO DE (RE)EXISTÊNCIA

Lembrar, relembrar as memórias de um grupo social ou comunidade devem ser compreendidos como documentos históricos com mesmo peso e valor que os documentos escritos, pois estes permitem que outras versões de uma mesma história, que neste caso específico da comunidade de garimpeiros da Vila da Ressaca, é definida, atualmente pela empresa Belo Sun, sob um estereótipo negativo como relata Seu Pirulito "eles dizem que só tem velho gagá, dependente químico, pedófilo e criminoso", sem levar em conta a importância que estas populações tiveram na formação da região.

As narrativas dos sujeitos dos garimpos da Volta Grande do Xingu vão compor o que Pollack (1989, p. 9) chama de "memória coletiva subterrânea da sociedade dominada" que faz fronteira com a "memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor", é nessa fronteira que estão o "dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável" que vai tornar possível reconhecer a que ponto o presente colore o passado, a partir do ponto em que se distingue as conjunturas que favorecem ou desfavorecem às memórias marginalizadas (POLLACK, 1989).

É importante que percebamos a importância destas memórias através da história oral para o processo de reconhecimento individual e coletivo presente nas falas dos sujeitos, e ainda que, sendo um importante meio democrático que permite segundo Thompson, (1992, pág. 18) descentralizar a história, ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores, possibilita novas versões da história propiciando que os sujeitos das comunidades possam se ver integrados a ela como protagonistas, já que comporta a construção da história mediante as narrativas daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período do tempo e da importância e significados que os mesmos possuem para sua vida e formação.

Para que não caiamos no erro de continuar reproduzindo as histórias que aprendemos contada pelos de fora, é preciso assumir nossa identidade cultural e começar a dar mais valor às histórias vivenciadas especificamente por nós, pelos daqui, pois como explicita Halbwachs (2004) é na história vivida pelos indivíduos que a memória se apoia e não na história aprendida pelo mesmo. E esta memória, individual é um ponto de vista existente sobre a memória coletiva que pode ou deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e sujeito a transformações que são relativas de acordo com a posição ocupada pelos sujeitos dentro do grupo ou da sociedade e que se altera diante das mudanças nas relações estabelecidas entre o meio ou grupos envolvidos (HALBWACHS, 2004).

Estas memórias individuais vão acentuar "o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional" (POLLACK, 1989, pág. 2), construída externamente de forma uniforme, opressora e homogeneizadora daquilo que é impossível descrever de forma única por sua diversidade, pois geram crises ao contradizer aquilo que a história vai afirmar como oficial. Ainda conforme o autor, essas memórias "afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa" (POLLACK, 1989, p. 2).

Parece redundante, no entanto a única forma da memória não se perder é sendo lembrada. E lembrar, não é algo fácil quando as memórias trazem juntas consigo muito mais que lembranças, mas também as experiências dolorosas, as perdas, tristezas que tornam a machucar, dessa forma o silêncio e o esquecimento tornam-se estratégicos, mas é necessário

lembrar, no entanto “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (POLLACK, 1989, p. 6). Ainda segundo Pollack (1989, p.8)

> existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

Superar o silêncio e os “não-ditos” é um desafio ao sujeito narrador que historicamente oprimido de todas as formas possíveis encontra-se inseguro diante da oportunidade de ser ouvido e de ter sua voz ecoada para outros espaços e lugares, de tal forma que suas lembranças expressas através de sua narrativa possibilite a atualização da luta, e ainda que as injustiças cometidas não se repitam, pois quando se esquece da injustiça, o sujeito está permitindo que aquilo que já aconteceu se repita.

O esquecimento deve ser analisado. É preciso se questionar a causa desse esquecimento dos acontecimentos de violência praticados pelas grandes mineradoras contra as comunidades tradicionais de ribeirinhos, pescadores, indígenas e garimpeiros que vivem nessa região e que os condicionam, e que hoje afeta não apenas eles, mas a todos que vivem ao redor, nos tornando reféns da desigualdade de um sistema que não se importa com a cultura, história, modos de ver, ser e viver de povos diversos e variados. Na introdução do livro “Mulheres em perspectiva o professor Jeronimo expressa que

> A potência da memória não reside apenas na construção das lembranças, mas principalmente na capacidade de lembrar sob outra perspectiva, de assumir o compromisso ético na dissonância dos discursos totalizadores. É a força do desfiar, do dizer uma memória em oposição à.… que permite torcer a escuridão da violência em disfarce de resistência. A luta pela memória é a maior cobiça ao término de uma guerra.

Compreende-se que o uso da capacidade relembrar estes acontecimentos não é apenas lembrar por lembrar, mas é um ato político de combate à desigualdade e ao massacre realizado historicamente contra os povos da Amazônia, são lembranças que mesmo com suas especificidades se mesclam e se fundem a muitas outras experiências comunitárias, são as memórias destes que vão tornar possível a compreensão da realidade vista por uma nova ótica, possibilitando que aqueles que antes haviam sido silenciados através do medo e da opressão, do dito progresso e desenvolvimento, sejam ouvidos e tenham suas vozes ecoadas para outros lugares.

Como infere Osnera Silva Vieira (201?), em artigo sobre as memórias das ações de Irmã Dorothy Stang em Anapu, PA, a ação de lembrar não se limita apenas ao fato de possuir a coragem de denunciar as violências sofridas e os responsáveis por praticá-las, mas também

de protagonizar a narrativa daqueles que atuaram e resistiram, procurando dar continuidade nesta luta, a fim de ter o seu espaço e direitos reconhecidos e garantidos.

Quando você ouve, narra e reproduz a voz do outro, você perpétua e resignifica a luta, trazendo à tona aquilo que estava oculto, ou abafado. Ao recordar os conflitos os narradores tornam à vida as pessoas que morreram injustiçadas. E isso é importante destacar para que fique evidenciado que paralelo a história de exploração houve também uma história de luta e resistência. A memória torna a história mais democrática quando dá condições para que aqueles, antes silenciados, possam ser ouvidos e consequentemente emancipar-se a partir das narrativas de resistência. Pollack (1989, p. 9) afirma que o "problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação".

Diante disto, para alcançar a transmissão destas memórias, que foram silenciadas pelo avanço do capital com discurso de progresso e desenvolvimento que tanto embriaga a sociedade, nossa primeira tarefa, como orienta Calazans (2015, p. 88), é

> defender os territórios, não deixar que sua memória se apague, não deixar que as pessoas sejam expulsas, resistir ao máximo, disputar centímetro a centímetro, mesmo quando as condições forem as mais desfavoráveis, quando as condições forem as mais tiranas. Porque o que está em extinção não são os ursos-panda apenas, está em extinção a democracia e está em extinção o projeto de transição para outro tipo de destino.

Certamente, somente da transmissão e da defesa destes territórios e de tudo que representa para quem vive neles é que será possível realizar a "invasão" dos espaços públicos pelas narrativas subterrâneas e marginalizadas é que se tornará possível a construção de uma nova história que ecoe e transforme o presente e prepare um futuro para aqueles que historicamente viveram às margens da história e da sociedade em todos os seus aspectos.

Neste capitulo se encontram ângulos de visões divergentes, diferentes versões, pontos de vistas diferenciados de agentes sociais que ocupam posições totalmente distintas, de um lado a empresa e todo o seu arranjo político, repressivo e midiático e de outro os garimpeiros aliados a alguns políticos que ainda tentam expressar o grito de socorro dos trabalhadores. É preciso dar destaque as narrativas dos moradores que mesmo diante do fato de não possuir uma linearidade expressam pontos comuns que se complementam. São memórias de uma época de dor e sofrimento, por terem sido subjugados e desconsiderados no processo de licenciamento e entrega de alvarás, mesmo tendo sido os desbravadores do local.

São memorias expostas através das narrativas que contrapõem a visão tendenciosa da mídia sobre os sujeitos que integram as comunidades tradicionais, em especial este sujeito

pluriativo que tinha no garimpo a sua principal fonte de renda e que especialmente se apoiava em outras, como agricultura, pesca e caça, os minérios, a floresta, o desenvolvimento, as contradições e os seus conflitos. Visões expressas através de narrativas daqueles viveram e sentiram na pele as contradições e os conflitos presentes em todos os momentos do processo de ocupação territorial e exploração dos recursos existentes.

2.2.1 GARIMPANDO CONFLITOS

Os primeiros conflitos socioambientais que aconteceram foram protagonizados por índios, seringueiros, gateiros, garimpeiros, pescadores e ribeirinhos motivados, principalmente, pelo controle do território e os distintos interesses sobre o mesmo. As principais vítimas em todo o processo foram as populações indígenas, que predominantemente habitaram a região até as primeiras décadas do século XX, quando foram desterritorializados, expulsos, dizimados. Aqueles que permaneceram na região tiveram que se integrar, no entanto este processo de desterritorialização indígena não aconteceu passivamente, os indígenas também resistiram na tentativa de se manterem no território, através de ataques e ainda afundando os barcos dos que atracavam na margem direita do rio onde residiam.

Ao longo do tempo, as motivações dos conflitos foram se reconfigurando tomando novos rumos. Como já foi mencionado anteriormente a atividade garimpeira na região da VGX, existe desde a década de 1930 e foi se intensificando, passando por inúmeras mudanças em sua dinâmica, sendo ainda, motivo de vários conflitos, dos quais o mais intenso, foi o que envolveu garimpeiros e a mineradora Oca Mineração. Este conflito se originou a partir de 1970, com a política de integração da Amazônia, quando houve por parte do governo militar o incentivo à execução de grandes projetos de "desenvolvimento", dentre eles o de exploração mineral que energizou as disputas pelas riquezas minerais existentes no subsolo, que neste caso é o espaço disputado, em que para além das riquezas minerais existentes, representam ainda interesses geopolíticos e promessas de lucro e riqueza para empresários e políticos aliados.

Isto reflete o que Raffestin (1993, pág. 251) afirma sobre os recursos existentes nos territórios que podem e em muitos casos são usados como "instrumentos de poder". Desta forma, podemos olhar para o subsolo como território, lugar do qual emergem múltiplos conflitos socioambientais, causados por interesses divergentes.

Estas lutas travadas pelo direito e controle da exploração do subsolo se revelam num cenário de ação política e da luta de classes, donde o Estado através de suas ações político-institucionais se atrela às classes hegemônicas representadas, neste caso, pelas grandes mineradoras, garantido seus interesses através de mecanismos espoliadores,

desterritorializando comunidades inteiras usando, em alguns casos, forças repressivas através dos aparelhos de coerção como a polícia, empresas de segurança privada ou o próprio aparato jurídico, mais funcional aos interesses hegemônicos do que às populações locais.

O Estado, além de atender precariamente, as comunidades onde existem pequenos mineradores, ainda os criminalizam e marginalizam os relegando a sobreviver, determinados por suas próprias regras, agindo apenas quando convém para sua categoria política. O Estado começou a atuar na região na década de 1970, por meio de incentivos governamentais, possibilitando que grandes empresas mineradoras pudessem atuar de maneira intensa nos garimpos da Amazônia, emergindo assim novas territorialidades e disputas pelo uso do território que consequentemente, geraram graves consequências para as comunidades tradicionais da Amazônia. Na VGX não foi diferente, a primeira grande empresa mineradora que lá se instalou, conforme relatos de moradores, foi a Oca Mineração, empresa controlada pela Tenaris Confab, de monopólio transnacional com sede em Luxemburgo.

A partir daí famílias indígenas, ribeirinhas, garimpeiros artesanais, camponeses e pescadores que já viviam há mais de 40 anos na localidade, foram submetidos a um processo violento de expropriação tanto do território quantos dos recursos tradicionais usados para subsistência familiar. As múltiplas territorialidades que coexistiam neste território dependendo da terra foram impactadas de forma imensurável, tendo em vista o desenvolvimento histórico de determinadas atividades econômicas, como o extrativismo vegetal e mineral, por parte das famílias. Segundo os moradores mais velhos da localidade o representante da Oca Mineração seria o Sr. Carlos Otto de Noli Vergueiro, que possuía uma relação de parentesco com o governador do Pará da época, Jader Barbalho.

Este processo se intensificou com a grande elevação no preço do ouro no mercado mundial na década de 1980, que espalhou uma ‘febre’ por todo o país, principalmente na Amazônia e sobre suas ricas jazidas. Neste contexto, inúmeras empresas mineradoras como neste caso a Oca Mineração garantiram a apropriação e domínio do território, seja através do processo de exploração mineral ou do aparato estatal que através dos registros de concessão para exploração e pesquisa concedidos pelo DNPM, legitimavam as empresas, desestruturando as comunidades como a Vila da Ressaca.

A presença da empresa transformou a localidade em um campo de batalha. O local antes pacífico e que conforme os relatos dos moradores era um local de boa convivência entre os mesmos tornou-se um cenário de lutas e resistência. De um lado a empresa, recém-chegada e de outro garimpeiros e descendentes de garimpeiros que viveram e constituíram suas famílias naquele território durante décadas. O ápice deste conflito entre a mineradora e os garimpeiros

foi entre as décadas 1980 e 1990, quando a empresa Oca Mineração adquiriu a posse das jazidas minerais, se instalando de vez nas proximidades da localidade, assumindo as atividades de prospecções na área, e proibindo que os garimpeiros trabalhassem e consequentemente sobrevivessem.

Em entrevista, Silva (2017) explicita a grande cobiça existente na área por conta dos quase 150 tipos de minérios e pedras que podem ser encontrados na Volta Grande do Xingu. O morador ainda corrobora com a informação de que após a instalação da empresa um conflito pelo controle do subsolo teve início entre ela, recém-chegada, e os garimpeiros, que já trabalhavam há décadas na região. Conforme o relato de Silva (2017), "ela começou a montar maquinário lá e ainda produziu ouro, muito minério ainda na época e aí começou a querer humilhar o garimpeiro, que a gente não podia trabalhar por isso, por aquilo, e nunca viveram aqui pra dizer que são donos... né?".

Insatisfeitos por conta das determinações da empresa, os garimpeiros se mobilizaram para impedir que a empresa se sobrepusesse ao território que eles haviam descoberto, e para lutar pelos seus direitos e pela sua sobrevivência. Com isso, houve o recrudescimento do conflito, quando os garimpeiros decidiram atear fogo no acampamento e maquinário da empresa, conforme informa seu Piauí,

> a partir desse tempo foi que eles começaram a dizer que a área era deles. E a gente não cedia, não queria dar, por que nós fomos os primeiros a chegar aqui né. E começou esses conflitos, vai, não vai, sai não sai. E nós garimpeiros tomamos a atitude de queimar os maquinários dela, porque eles não queriam dar nada pra nós em troca das atividades que a gente tinha e nós acabamos entrando em confronto com a empresa e acabamos queimando algumas coisas assim. Garimpeiro né. (SILVA, 2017)

Como dito anteriormente o cenário de conflitos é complexo e multifacetado, possuidor de vários pontos de vista. Dona Deca Sampaio, moradora da Ilha da Fazenda desde 1982, foi garimpeira artesanal e atualmente é funcionária pública do município, relata que na época do "fogo", seu filho tinha apenas oito meses de nascido, quando questionada sobre como aconteceu "o fogo" como definem o incêndio cometido pelos garimpeiros ela responde:

> Foi porque eles [empresa] tinham liberado pro pessoal trabalhar com maquinário, chupadeira. Ai tinha um trator que estava derriando[3] a serra. Ai na hora que os garimpeiros viram as pedras de ouro..., rolavam assim naquele solzão chega brilhava. Ai o pessoal tocaram logo fogo no trator e saíram carregando logo uns dois km a Toyota com o pessoal dentro e já tinha uma equipe pra invadir lá, o acampamento da empresa, na Oca. Eu sei que isso era fogo moço, que a gente enxergava daqui... Que explodia aquele fogaréu.

[3] Vocábulo popular para descrever a ação de derrubar, neste caso "o trator derrubava a serra para explorar o ouro".

Este fato foi citado em matéria publicada no Jornal do Brasil, em 16 de fevereiro de 1986, que veiculou, na página 32 do seu caderno de notícias, a versão dos dirigentes da empresa, conforme Alcio Gama de Nolli Vergueiro, diretor de operações da empresa

> A situação, ainda segundo Vergueiro, continua sob controle, mas é grande a tensão depois que três agentes da Polícia Federal e três técnicos da própria Oca Mineração, um técnico do DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral e uma índia e seu filho de 10 anos foram baleados numa emboscada armada pelos garimpeiros, na quinta-feira passada. (JORNAL DO BRASIL, 1986)

No relato de Maria dos Santos Leite, ela nos diz que que algumas pessoas foram baleadas, tendo que ser levadas com urgência para a cidade, pois estavam na caminhonete da firma, indo até o acampamento pegar rancho, pois havia muita mercadoria estragando. Ela ainda afirma não saber ao certo quem atirou contra o carro, "diz que foram os garimpeiros, mas daí a gente não sabe, porque o armamento era arma muito perigosa [...] não sabemos porque atiraram. Porque eles estavam no carro da firma, e eles (garimpeiros) estavam com raiva da firma". (MARIN et. al. 2017, p. 33).

A empresa respondeu mediante atos de violência e repressão, usando para isso recursos próprios e apoio policial do Estado como expresso no depoimento do seu Laurindo da Costa que há 33 anos mora na localidade da Ressaca, exercendo atualmente a função de barbeiro, "eles requereram os policiais de Belém. Veio 70 policiais. E bateram em nego, matou... Eu sei dizer que tiraram eles lá na porrada. Tinha nego que saia era meia noite, duas horas da manhã a polícia atrás deles". Em depoimento obtido em trabalho realizado por Gonçalves (2016), um morador expõe que a empresa "mandou a Polícia Federal e a Polícia Militar. Quando chegou, meteu o cacete em todo mundo" (depoimento de morador – grupo Vila da Ressaca). Outro morador ainda relata que foi vítima das torturas praticadas a mando da empresa.

> Eu já fui vítima de quando a Oca Mineração vivia aqui. Passei meio dia amarrado de joelho numa balsa num sol de 40 graus. Uma temperatura de 40 graus e eu amarrado com as mãos pra trás. (...) não foi só eu não. Teve muitos amigos aí que morreram. Teve um irmão dele aí que foi matado pela polícia. (Depoimento de morador – grupo Vila da Ressaca). (GONÇALVES, 2016).

Dona Deca confirma o que este morador viveu, segundo ela foram contratados "peões" e ainda cita como contratante o governador do Estado na época, Jader Barbalho. "E os peões vieram pra cá como segurança, como policial. Eles botavam uns 500 peões [garimpeiros] em cima de uma balsa num solzão desses assim, aquelas balsonas de ferro e os homens tudo nu em cima, no posto da Oca. Botava pra comer sabão, comer pimenta". A violência somada com a proibição de trabalhar nos garimpos, tornou muito difícil garantir as condições de sustento dos garimpeiros e de suas famílias, forçando muitos a irem embora para a cidade. Seu Lauro

descreve como ficou a localidade após a repressão violenta da empresa sobre a atitude dos garimpeiros.

> Nessa época aqui na Ressaca fico quase acabada, ficou bem pouquinha gente. Alguns que não quiseram ir embora. Eles davam a passagem de graça, levava pra Altamira no barco deles. Ai ficou os policiais tomando de conta da área. E ai o pessoal ficou, aquele povinho pequeno. Naquele tempo a gente sofreu demais, porque não podia garimpar, não podia nem falar em nome de ouro aqui que as policias tava em cima do cara. (COSTA, 2017)

A violência e tortura vivida pelos moradores e garimpeiros ainda hoje estão presentes em suas memórias, tendo em vista o trauma provocado pela polícia e até mesmo por empresas de segurança particular financiadas para representar os interesses particulares da empresa. No documento "Dos porões às agências de segurança privada" produzido por Iure Barcelos e Ciro Barros (2017), é possível perceber inúmeros casos de violação de direitos humanos cometidas por empresas de segurança que foram regulamentadas na época da ditadura militar, e formadas, principalmente por membros do aparato repressivo que protagonizou a "limpeza" de áreas conflituosas durante o regime militar em parceria com a polícia, que viviam espalhados por vários lugares em que os trabalhadores mostraram resistência.

Conforme o documento de Barcelos e Barros (2017), que apresenta o seguinte trecho de uma carta, escrita por um representante da empresa Payne Investment Company, a empresa visava nomear a empresa de segurança privada Sacopã[4] Prestação de Serviços como representantes para executar a "limpeza" da área em Altamira, que neste caso consistia na expulsão dos garimpeiros da área de interesse da empresa Oca. A Sacopã era considerada na época a "tropa de choque privada das mineradoras na Amazônia", mas que além disso possuía uma forte atuação, na década de 1980, nas áreas de existência de conflitos fundiários. O trecho da carta ainda exprime que as "ótimas referências [de] vossa empresa nos serviços de "operação limpeza" no garimpo do Rio Traíra e no de Alta Floresta assim como na área da Brascan [em] RO" (BARCELOS E BARROS, 2017). Segundo os autores (2017),

> A Sacopã era dirigida por três ex-integrantes do Comando Militar da Amazônia (CMA), órgão vinculado ao Exército: o coronel Antônio Fernandes, o tenente-coronel da ativa João Batista de Toledo, ex-chefe de polícia do CMA, e o tenente da reserva Tadeu Abrahão Fernandes. As negociações da Payne com a Oca não foram comprovadas pelos órgãos de inteligência, mas a carta demonstra que Payne conhecia

[4] Dirigida por três militares ligados ao Comando Militar da Amazônia, a Sacopã se declarava a "melhor empresa de segurança rural" nos anos 1980. Seus comandantes eram João Batista de Toledo, então tenente-coronel da ativa do Exército e chefe de polícia do Comando Militar da Amazônia; Antônio de Almeida Fernandes, coronel da reserva do Exército e ex-comandante da PM de Rondônia e Tadeu Abrahão Fernandes, tenente da reserva do Exército. Em 1985, a serviço da mineradora Brasinor, 17 guardas da Sacopã agrediram e prenderam indígenas e garimpeiros que ocupavam áreas de lavra mineral. A Comissão Estadual da Verdade (CEV) do Amazonas acusa a empresa de ter participação na morte de índios Wairiri-Atroari durante obras da mineradora Taboca, do grupo Paranapanema, em Presidente Figueiredo (AM).

> algumas das práticas da Sacopã, que não eram lá muito secretas. (BARCELOS E BARROS, 2017)

A matéria do Jornal do Brasil (1986) corrobora com a informação acima quando informa que Vergueiro informou que tem 10 homens armados na área do conflito, mas "as ordens são para que não atirem em ninguém, apenas intimidem" e conclui que mesmo assim a empresa “e os seus diretores estão preocupados com a segurança dos 160 funcionários que atuam na área. A cargo de apenas 11 soldados e 15 agentes da Polícia Federal (BARCELOS E BARROS, 2017).

Não existem fontes documentais que comprovem a presença da empresa Sacopã na área da VGX, no entanto existem os relatos dos moradores, aqueles que vivenciaram na pele os dias de guerra e a violência empregada pela empresa e a carta que conforme Barcelos e Barros (2017) “demonstra que Payne conhecia algumas das práticas da Sacopã, que não eram lá muito secretas”.

Conforme a matéria publicada no Jornal do Brasil, a ação dos garimpeiros classificada como terrorista pelas autoridades foi arquitetada de maneira organizada, podendo ter sido liderada por pessoas capacitadas e preparadas que inicialmente controlaram e desativaram a casa de força e atearam fogo nas instalações da empresa, ameaçando os funcionários com armas de fogo e colocando-os para correr. Segundo a matéria, o cofre da empresa foi saqueado, assim como os pertences dos funcionários. O prejuízo calculado foi de 70 bilhões de cruzeiros. O representante da Oca, Vergueiro, afirmou que

> Até 1983 era satisfatório o relacionamento de sua empresa com os 100 garimpeiros, a maioria nativos que atuavam em Senador José Porfírio e que recebiam até assistência da própria empresa. Mas houve uma invasão e todos foram retirados por forças federais, a pedido do DNPM. A área é bastante promissora em termos de produção de ouro c ficou visada principalmente por pequenos empresários que financiam ilegalmente os garimpeiros nas áreas já com alvarás fornecidos pelo governo federal. (JORNAL DO BRASIL, 1986).

No discurso do ex-deputado Ademir Andrade (PMDB-Pará), em 5 de março de 1986 na Câmara dos Deputados, foram realizadas as denúncias de dois despejos realizados em anos anteriores, o mesmo afirmou:

> E agora, no dia 8 de fevereiro, ocorreu o mais grave dos conflitos: de dia, chegaram técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) junto com a Polícia Federal e deram aos garimpeiros que lá estavam há anos e anos, 24 horas para se retirarem com as suas máquinas daquele local, ameaçando-os e chegando a bater em alguns deles... No dia seguinte, novamente funcionários da segurança da Oca, unidos a policiais federais e funcionários do DNPM, foram ao acampamento dos garimpeiros e prenderam, bateram, metralharam por cima de redes; pintaram o que é até difícil de se admitir; destruíram as máquinas dos garimpeiros e os expulsaram, na carreira, por dentro das matas (DIARIO DO CONGRESSO, 1986).

Dona Deca relata que mesmo depois do fogo, “mulher, homem tudo esbagaçado, tudo furado de espinho”, apareciam andando nos matos, perdidos e “geralmente eles varavam ali no nosso lote”. Seu Isaías, mais conhecido na localidade como Bola 7, traz em sua memória da época de quando possuía seus 7 anos o que o seu pai viveu por conta da presença e perseguição da polícia. “No tempo do fogo do Itatá, meu pai passou um mês pra chegar em Altamira, a polícia querendo pegar. Passou um mês varando... os que eles pegavam eles batiam, menino, muié. Botava muié buchuda pra andar de joelhos”. E ainda complementa com um relato que o faz rir diante da ironia dos acontecimentos no dia do fogo, “a polícia vinha, aquele monte de polícia, ai naquela correria, eu coloquei o saquinho de terra, ai na hora que eu sai fora eu me alembrei, quando voltei já tinha me ganhado oh”. É interessante este relato por conta de quem ele era naquele dia, uma criança que também garimpava e que havia conseguido um saquinho de terra de onde iria tirar seu ouro, mas que juntamente com tantos outros sujeitos foram forçados a fugir do lugar que haviam conquistado.

O discurso realizado pelo deputado Sebastião Curió (PFL – PA) em 13 de março de 1986 exprime o que já é característico em áreas de garimpo onde empresas mineradoras tentam se instalar.

> Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez assistimos no meu Estado, o Pará, a uma luta de classe, entre garimpeiros e empresários, mais precisamente no Município de Altamira, onde garimpeiros labutam há mais de 20 anos e estão hoje sendo pressionados e ameaçados de expulsão pela polícia do Pará, em ação determinada pelo Sr. Jáder Barbalho, Governador daquele Estado.
>
> Sr. Presidente, Srs. Deputados, já fizemos esta denúncia da tribuna desta Casa. É muito comum os garimpeiros, precursores, descobrirem o garimpo, trabalharem nele por muitos anos e depois serem surpreendidos por uma empresa que lá chega, da noite para o dia, com um alvará de pesquisa ou de lavra. Esses alvarás foram concedidos no Governo passado pelo então Ministro César Cals e, no atual Governo, pelo Ministro Aureliano Chaves. É necessário, Sr. Presidente, que o Ministério das Minas e Energia tenha o cuidado de fiscalizar as áreas há muito tempo trabalhadas por garimpeiros e não cometa uma injustiça social contra os mesmos, concedendo, alvarás de pesquisa e de lavra a grupos econômicos poderosos. Isso ocorreu com a OCA Mineração, que, chegando a Altamira, tentou, no ano passado - e o faz nos dias de hoje - expulsar de lá os garimpeiros.
>
> Ontem os jornais publicaram, em manchetes, que os garimpeiros estão organizados em grupos paramilitares, ou coisa parecida. Até por uma ideia fantástica deram a notícia, sensacionalista, de que os garimpeiros teriam contratado mercenários estrangeiros para defender sua causa. Ora, Sr. Presidente, não há mercenários estrangeiros. O que existe são garimpeiros armados - de que temos conhecimento por ouvir falar - defendendo seu direito nos garimpos que descobriram e nos quais têm o direito de trabalhar.
>
> Portanto, aqui fica minha solidariedade aos garimpeiros de Altamira contra a pressão da Oca Mineração e contra a atitude do Governador do Estado do Pará Jáder Barbalho, que costumeiramente determina à sua polícia que desaloje os garimpeiros. Numa atitude de demagogia, S. Ex. Governador diz sempre aos órgãos de imprensa, em Brasília, que está defendendo os garimpeiros. Isto não ocorreu em novembro último, em Serra Pelada: O Governador Jáder Barbalho determinou à Polícia do Estado que

> expulsasse os garimpeiros, os quais, numa atitude de defesa dos seus direitos, ocupavam as rodovias que dão acesso a Carajás e à Belém-Brasília.
>
> O que hoje ocorre em Altamira é que a imprensa divulga fatos, às vezes sem conhecimento de causa, porque não, foi ao local e não sabe que os garimpeiros estão defendendo seus direitos. Sr. Presidente, Srs. Deputados, os garimpeiros estão em Altamira há 20, anos, e a Oca Mineração há um ano. Portanto, o meu alerta à Casa e à Nação quanto à concessão de alvarás de pesquisa e de lavra - alvarás fantasmas, que nascem nas madrugadas e são concedidos a grandes grupos econômicos para exploração de áreas já trabalhadas por garimpeiros. Minha solidariedade aos garimpeiros e minha repulsa veemente à atitude do Governador do Estado do Pará por determinar à Polícia paraense que desaloje e massacre os garimpeiros da Região de Altamira (DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1986).

Em entrevistas foi possível obter informações sobre casos de violência praticados de forma repressiva a mando da empresa Oca e praticado pela própria polícia militar e segundo relatos também a Policia Federal, em momentos de desocupações. Dona Maria Soares, mãe, trabalhadora rural e garimpeira, moradora da localidade desde a década de 1990 relata uma desocupação ocorrida pela própria Policia Federal, que ao chegarem no garimpo do Japão onde a mesma residia chegou até onde ela estava solicitando a desocupação imediata da área.

> Quando a Federal fechou o Galo, eles desceram por lá pela serra, quando chegaram lá pelo Japão era mais ou menos uma hora dessas assim quando as policias chegou tudo assim onde eu tava ai falou assim "vai desocupando a área, vai desocupando", ai eu fui e disse assim "tá, eu vou desocupar", falei pra as polícia, mas primeiro eu vou fazer a janta porque eu tenho criança pequena e ai eu tenho a minha mãe também que eu cuido da minha mãe e a gente não pode sair correndo. Ai ele ficou assim me olhando assim de cima abaixo como se eu estivesse desacatando ele, só que eu não tava desacatando eu tava contando a minha situação né, como era que eu tinha que fazer. (SOARES, 2017)

Dona Maria ainda relata a dificuldade enfrentada pelas pessoas que não possuíam outros pontos de parada e que dessa forma se reuniram na escolinha da comunidade que possuía apenas duas salas que não comportava a quantidade de trabalhadores, além da falta de comida e dinheiro para poder se manter, sendo necessário unir-se a amigos, vizinhos e até mesmo dividir entre si o que tinham para poderem se manter.

> Então isso foi muito difícil pra nós todos, não só pra mim como para nós todos, porque a gente... os materiais que a gente chama que é aquelas pedras de ouro que tinha pra moer não foi mais moída. Então quem tinha rancho em casa ok, e aqueles que não tinham oh meu filho, deu uma crise. Aqueles que tinham ouro, um dinheirinho tudo bem, mas aqueles que não tinham? Eu sei que no final dessa história, a gente veio pra cá, todo mundo veio pra cá pra escolinha né. Tinha a escolinha Luiz Rebelo, a primeira escolinha daqui que era uma escolinha com duas salas, então veio todo mundo pra essas salas, ficaram tudo aos pátios, quem tinha colega, vizinho foram pra casa dos vizinhos, arrumaram outras casinhas por ai. Eu sei que a turma de lá do Japão quando ela veio chegar aqui na Ressaca já tava tudo completo, tudo cheio de gente. Isso aqui ficou pior que a grande São Paulo de tanta gente. E não tinha onde a gente cozinhar, tinha gente que não tinha gás, ai a gente teve que ir dividir gás (SOARES, 2017).

Outros relatos ainda mostram a violência a que foram submetidas estas pessoas, são depoimentos que expressam a triste realidade daqueles que viveram os dias de terror sob os mandos e desmandos da empresa consorciados com o Estado e seu aparato policial.

> Ela [polícia militar] matou o irmão aqui do Pilica, um rapaz que era até de menor na época, e ele tem o.... como é que chama... o atestado de óbito, o atestado médico ele tem. Até a polícia federal incriminando a própria polícia militar que tinha matado o rapaz desnecessariamente. Disse que eles tava roubando, o qual o que tem na terra ninguém não tá roubando que foi Deus que deixou. Agora se você planta e você tá zelando e um pegar sem seu conhecimento, você pode dizer que ele tá roubando, mas o que Deus deixa dentro da terra e você não tá morando em cima, você tá apenas, sendo um empregador. (CUNHA, 2016)

> E daí passamos a ser monitorados pela polícia, ainda morreu gente na época, alguns companheiros que andavam com a gente, a polícia matou, inclusive teve o irmão do vizinho aqui do lado que morreu aqui, matado a tiro ali pela polícia. Por isso a gente tem amigos que é deficiente do nariz, por que a bala que matou o cidadão lá, tirou o nariz dele, um lado assim do nariz. Ele já tentou fazer várias cirurgias, mas não aceita a.... entendeu? Ele acaba andando com um esparadrapo do lado do nariz assim para compor entendeu? Então pra nós é difícil, que ficamos até 1990...e oito por ai, 97. A polícia esguarnecia a área aí, entendeu. E a gente trabalhava escondido, tinha muitas vezes nós íamos trabalhar a noite, roubar o que era nosso material para sobreviver, pra dar o que comer pros filhos da gente. Era uma coisa horrível entendeu. A gente tinha que roubar e as vezes eles nos pegavam com aquela porçãozinha que a gente tirava pra cada um e acabava tomando da gente e levando. Outra vez, eles nos pegavam com material que a gente tinha tirado, eles botavam a gente pra levar pro moinho, lá beneficiava e dividia com eles lá. Era uma tragédia fria pra nós. Nós não tínhamos sossego, daí depois de, dessa... desses últimos confrontos, a polícia saiu porque não tinha mais como a.... e daí a Oca Mineração vendeu pro outro, depois vendeu pra outra e foi passando, foi passando até chegar nessa que hoje é uma tal de Belo Sun, que é uma canadense que está ai. (SILVA, 2017)

A narrativa de dona Deca Sampaio é muito forte e fortalece o que já havia sido relatado por outras pessoas na comunidade que em alguns casos os garimpeiros tinham que entrar no garimpo escondido para "roubar" o que era deles. Ela conta que pegaram o seu cunhado, quando o mesmo, escondido, usava o maquinário que possuía. "Pegaram ele e botaram pra subir uma serra cutucando ele com fuzil". Outro relato forte sobre a necessidade de ter que "roubar" o que foi produzido com suor, é realizado pela dona Maria Soares.

> Eu sei que foi a pior coisa do mundo que quando foi depois a gente tinha que roubar o que era nosso, o que a gente plantou, o que a gente deixou, pra poder se alimentar, por que se a polícia pegasse a gente novamente lá no Japão pegando um pé de macaxeira que a gente tinha plantado era pagado, um preço bem alto. Eles botavam de castigo, foi muito difícil pra gente (SOARES, 2017).

Silva (2017) complementa esta informação dizendo que quando a polícia pegava os garimpeiros com material que eles tinham tirado do garimpo, os faziam transportar para o moinho, para ser beneficiado e dividido entre as autoridades. "Era uma tragédia feia pra nós. Nós não tínhamos sossego". Importante ainda destacar o que Maria Soares relata sobre algumas mulheres que teriam ido buscar bananas na roça e na volta foram abordadas pelos policias que

as obrigaram a realizar esforços físicos, não levando em consideração idade, gênero e situação físico emocional pelo qual aquelas pessoas estavam passando.

> Elas vinham da colônia que elas tinham ido buscar umas bananas, eles [policia] fizeram elas, foi 50 vezes, 50 vezes certinho, uma senhora de 50 e poucos anos com um saco de bananas na cabeça. Eles diziam "abaixa" elas abaixavam, "levanta" elas levantavam, 50 vezes certinho fazendo esse tipo de flexão que na hora a Dona Maria caiu, desmaiou e quase que morre, foi muito triste (SOARES, 2017).

Conforme informações documentais, após a Oca Mineração, a exploração mineral foi realizada por outra empresa conhecida como Verena Minerals Corporation, no entanto, o nome da antiga mineradora ainda fora ouvido na região até o início da década de 1990, relacionado a tentativas de expulsão de pequenos garimpeiros e processos envolvendo pistolagem. Um documento que infere este acontecimento é um Telex 33 de 1992, enviado ao delegado da Policia Federal de Santarém, em 1992, por garimpeiros que solicitavam providências, expondo que em 29 de dezembro,

> por volta das 21 horas (...) pistoleiros da empresa Oca Mineração, em concurso com policiais militares do batalhão de Santarém que guarnecem o patrimônio da empresa em Volta Grande do rio Xingu, que reiteradamente patrocinam atos de tortura de silvícolas, crianças, mulheres e pessoas de idade, por ordem do indiciado Carlos Otto de Noli Vergueiro (representante da empresa Oca Mineração)(...) atentaram contra a vida dos moradores Franciel Pereira de Oliveira, 20 anos e Francisco Costa da Conceição,19 anos, o primeiro com lesões gravíssimas e o segundo em estado desesperador, com iminente risco de vida, tudo visando desestimular o reingresso dos moradores, clientes do projeto fundiário de Altamira, com lotes já demarcados pelo governo federal. As sessões de tortura prosseguem numa violação aos direitos individuais e de ordem pública. (VORCARO, 2014)

Devido a impossibilidade de poderem desenvolver as suas atividades e sem condições de dar sustento às suas famílias, os garimpeiros se deslocaram para Altamira onde realizaram manifestações. Silva (2017) informa que "porque o pessoal no desespero, sem trabalho, sem nada, não é fácil". Dessa forma, eles invadiram a COBAL, para poder conseguir comida. Ainda segundo Silva (2017), tudo se normalizou após esse episódio, no entanto eles ficaram sendo monitorados pela polícia. "Em todo canto ai, do Itatá pra cá tinha polícia, tinha guarita dentro do mato, a polícia não saia de dentro e nós pra trabalhar a gente botava um igual macaco prego, colocava um vigiando [pra ver], de onde vinha a polícia, quem via, os outros trabalhava".

É possível perceber, infelizmente, que a empresa possuía um arranjo muito bem equipado envolvendo políticos, polícia entre outros que fortaleciam o grupo, no entanto, a mineração industrial do ouro nunca chegou a ser efetivada e ainda hoje a atividade garimpeira pode ser realizada, mesmo que com dificuldades.

Foram múltiplos os fatores que ocasionaram os conflitos socioambientais dentro dos territórios em que haviam garimpos. O fortalecimento da legislação ambiental e mineral, a interdição dos garimpos e o desemprego, atuação de empresas mineradoras nacionais e

transnacionais, apropriação do subsolo através de registros junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Também se verifica a (re) organização dos garimpeiros em associações, cooperativas e sindicato, mecanização, relações contratuais de assalariamento, especialização e fragmentação do trabalho. Nesse processo o território torna-se uma categoria central para a compreensão da materialidade e imaterialidades dos conflitos nos garimpos.

Em 2013, a atividade garimpeira começa uma nova batalha, devido a concessão da exploração do ouro para a empresa Belo Sun Mineração Ltda., subsidiária brasileira da empresa canadense Belo Sun Mining Corporation, que pertence ao grupo Forbes & Manhattan Inc., um banco mercantil de capital privado voltado para projetos de mineração em todo o mundo que em 2012 foi lançada na Bolsa de Valores de Toronto em ritmo de festa, que pretende atuar na localidade da Vila da Ressaca mediante o Projeto Volta Grande Mineração. Conforme entrevista realizada pelo IHU – On line com Rogerio Almeida,

> A Belo Sun passa a integrar a aquarela de grandes corporações de mineração que operam no estado do Pará, competindo com a Vale, a estadunidense Alcoa, a suíça Xstrata, a francesa Imerys, a Reinarda, subsidiária da australiana Troy Resourses, a norueguesa Norsk Hydro e a chilena Codelco (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2013).

Figura II-Lançamento da empresa Belo Sun na bolsa de valores de Toronto. Fonte: (MONTEIRO, 2012. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?view=article&catid=34%3Amanchete&id=7608%3Amanchete110912&tmpl=component&print=1&layout=default&page=&option=com_content#

O PVG, é o maior projeto de mineração de lavra de ouro a céu aberto do país e deverá retirar 50 toneladas de ouro num prazo de 12 anos. No entanto, existem inúmeros fatores que inviabilizam a implantação do projeto na região, além das práticas ilegais como a compra da área em que será explorada e dos arredores condicionada a sua interdição e exploração. A

implantação do projeto está localizada numa área afetada profundamente pela usina de Belo Monte já em operação. Os moradores que habitam a VGX sofrem com a espoliação e a expropriação promovidas por estes projetos e possuem um futuro incerto por conta das consequências que os dois projetos irão produzir.

Até os dias atuais, os trabalhadores estão privados de explorar os pontos de garimpagem o que reflete num problema seríssimo diante do fato desta atividade ser a principal fonte de renda monetária afetando diretamente a economia da região. Apesar dessa proibição a atividade ainda é executada por alguns trabalhadores que se arriscam em minas de ouro não cadastradas e o que intensifica o conflito de interesses colocando os garimpeiros em pé de guerra com a empresa, detentora dos direitos minerais. No entanto, a atividade não movimenta a localidade como antes, o que pode ser percebido nos reflexos desta situação quando se observa as ruelas da localidade que hoje não demonstram o grande movimento que havia na época em que a atividade ainda era executada. As ruas estão vazias e os moradores divididos, alguns querendo permanecer e outros esperando o pagamento de indenizações, a fim de irem embora e tentar recomeçar suas vidas. Sem a principal fonte de renda para garantir a subsistência familiar, as condições mínimas de sobrevivência ficaram comprometidas, sendo necessário recorrer a outras atividades que também foram impactadas como a pesca e a agricultura.

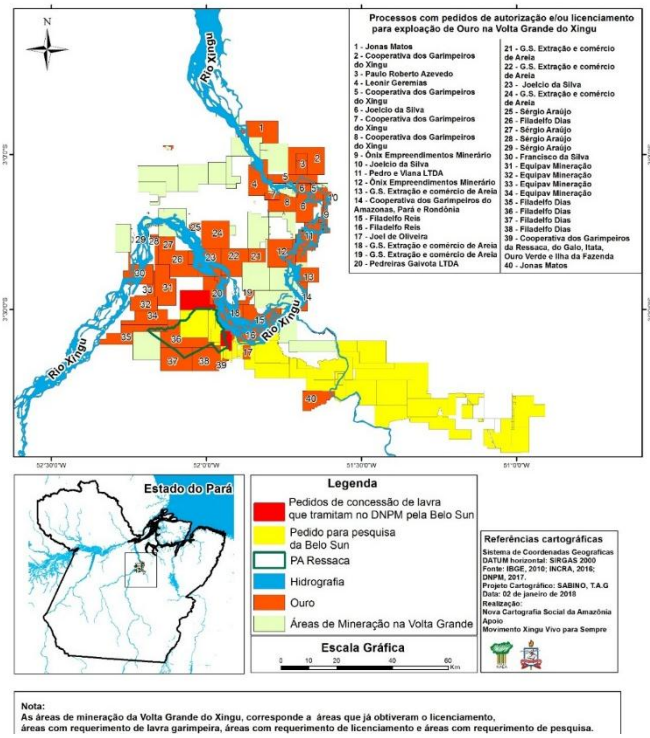
O depoimento de um técnico em mineração, que se diz ex-funcionário da empresa Verena, antecessora da Belo Sun, encontrado no Orkut em maio de 2005 e exposto no blog "Garimpeiros e Geólogos Amadores" reforça a obscuridade deste empreendimento. Ele relata a grande riqueza existente na região que foi mapeada pela Mineração Verena Ltda., mostrando que a região possui grandes riquezas em seu subsolo e ainda, o motivo pelo qual decidiu se manifestar.

> Agora vou falar porque resolvi colocar a boca no trombone trabalhei na mineração Verena, perto de Altamira Pará no rio Xingu, região riquíssima em ouro, mas ninguém sabia que existia diamantes de ótima pureza, então como técnico em mineração falei porque não aumentar a participação dos operários, já que estavam retirando de 10/15 kilos de ouro dia, fora os diamantes com tamanho de 2 a 5 kilates, ou seja milhões de dólares dia.
>
> Eles falaram se eu falasse alguma coisa estaria morto pois no brasil só tem otário, tem que vir estrangeiro retirar as riquezas daqui, pois brasileiro é vagabundo, só sabe trabalhar para os outros, não tem iniciativa, como escravo, preguiçoso que só come e bebe, e só gosta de futebol e carnaval. Eles não têm cultura, trabalham duro em qualquer parte do mundo e se eu falasse algo me matariam. Então numa noite, fugi pelas matas até chegar na cidade de Altamira e daí fui para o sul, Alegrete – RS, minha terra. Acho que a Veja, IstoÉ, jornais, etc. Globo, Sbt deveriam fazer uma reportagem daquela região, pois estão roubando os brasileiros que sofrem, pobres, e que poderiam usufruir das riquezas da região. Estou com medo, pois fui ameaçado, por isso se me acontecer algo, fiquem sabendo que foi a mineração Verena Ltda. do Canadá, explorando a região de Altamira, Volta Grande do rio Xingu. Espero que divulguem

> para os amigos, políticos, e que a imprensa vá lá ver a riqueza, milhões de dólares dia, num país pobre como nosso. Obrigado pela sua atenção. (RAMOS, 2012)

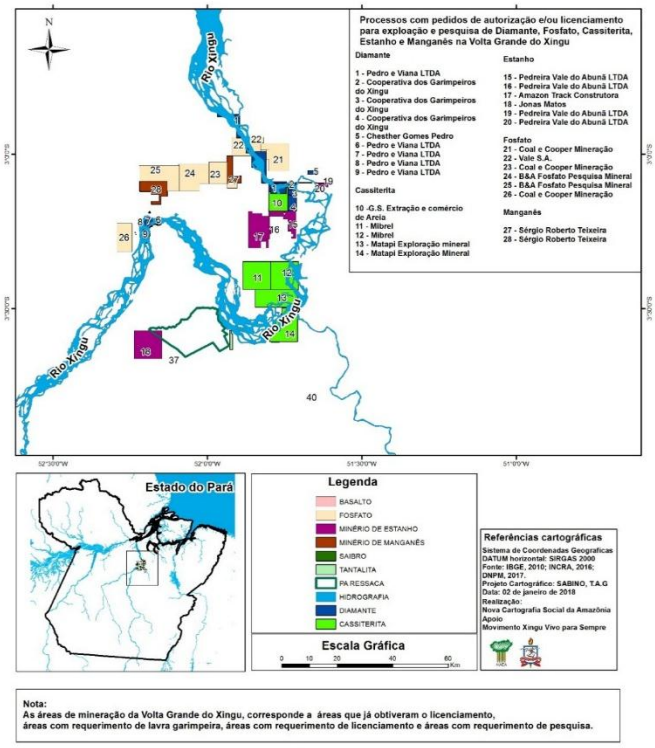
Este depoimento é muito forte e importante, pois retrata bem uma dúvida existente em muitos moradores que sabem da existência de outros minérios, mas que, no entanto, a empresa não manifesta nada sobre os mesmos. Os garimpeiros sabem da existência destes outros minerais de grande valor, para eles não é novidade falar da existência deles. Rodrigo Caetano da IstoÉ Dinheiro, enviado especial a Altamira (PA), publicou sua matéria no site em 24/03/17, ressaltando que a lógica de exploração da mineração em larga escala, é muito temida. Segundo ele "há tempos que os moradores locais são reféns de racionalidades alheias, que parecem trazer pouco benefício, ou, ao contrário, condenar modelos centenários de existência ao ostracismo, em troca de ganhos econômicos duvidosos" (CAETANO, 2017). E complementa afirmando que "a mineração é uma máquina de exportação", não serve para o Brasil, muito menos para a economia, levando em conta que a compensação financeira é irrisória diante do lucro destas empresas que guardam em seus cofres todas as nossas riquezas.

Como explicita Telma Monteiro em artigo publicado no sítio Correio da Cidadania em 2012, este projeto aprofunda ainda mais a condição econômica da Amazônia como fonte exportadora de recursos naturais. Todo território amazônico é "uma colônia baseada em commodities" somente na região da VGX, existe 40 pedidos de autorização de lavra e pesquisa de minério de ouro protocolados no DNPM.



Mapa 5-Projetos de mineração com pedido de autorização de lavra e pesquisa de minério de ouro na região da Volta Grande do Xingu, Estado do Pará. Fonte: (SILVA, 2018)

Além destes, outros pedidos de autorização de lavra e pesquisa já estão em andamento, são pedidos que preveem a exploração mineral de diamante, fosfato, cassiterita, estanho e manganês nesta mesma região.



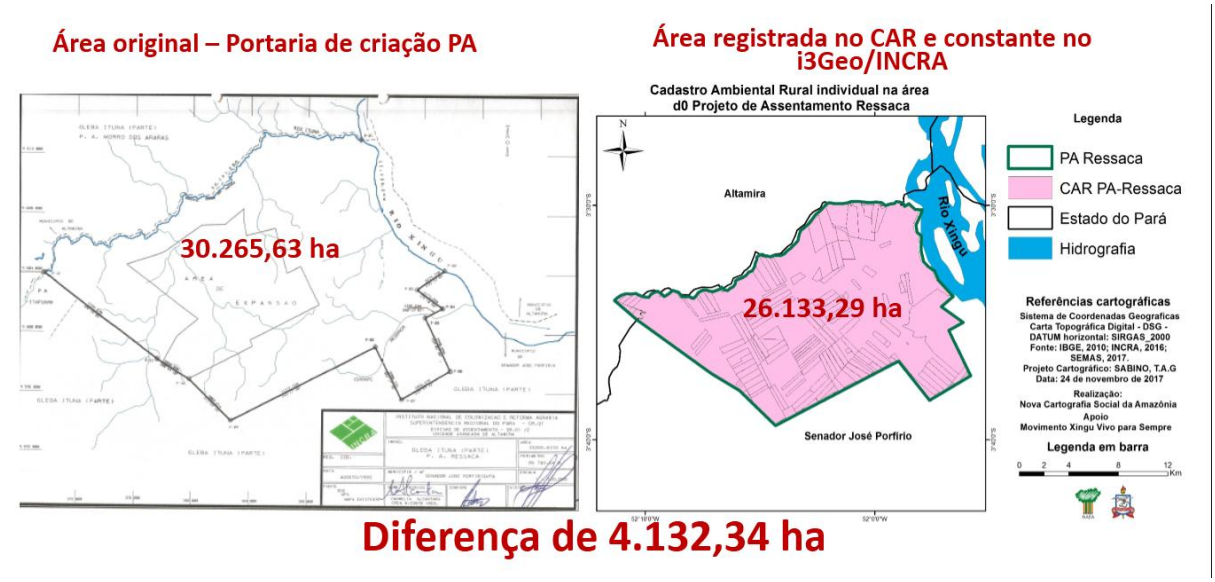
Mapa 6-Projetos de mineração com pedido de autorização de lavra e pesquisa de minério de diamante, fosfato, cassiterita, estanho e manganês, na região da Volta Grande do Xingu, Estado do Pará Fonte: (SILVA, 2018)

É preciso se debruçar sobre esses outros pedidos para antecipar ações, ver de que forma pode-se agir para evitar maiores desgraças, pois as articulações já estão realizadas entre os órgãos do poder público e as empresas. Exemplo disso é segundo Silva (2018, p.2), a problemática analisada no "Dossiê fundiário sobre a mineração da Belo Sun no PA Ressaca",

> que se reporta as implicações da exploração mineral sobre as terras da reforma agrária do PA Ressaca e os interesses que estão em jogo na relação entre as estratégias empresariais e os dispositivos institucionais que operam para viabilizar as condições de implementação do denominado "Projeto Volta Grande.

São articulações realizadas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que após denúncias de que a empresa Belo Sun comprou terras públicas, acelerou o processo de consolidação e emancipação de projetos de assentamento da Região da Transamazônica e Xingu que juntos somam uma área superior a 1 milhão de hectares, com capacidade para assentar mais de 15.000 famílias. No caso do PA Ressaca,

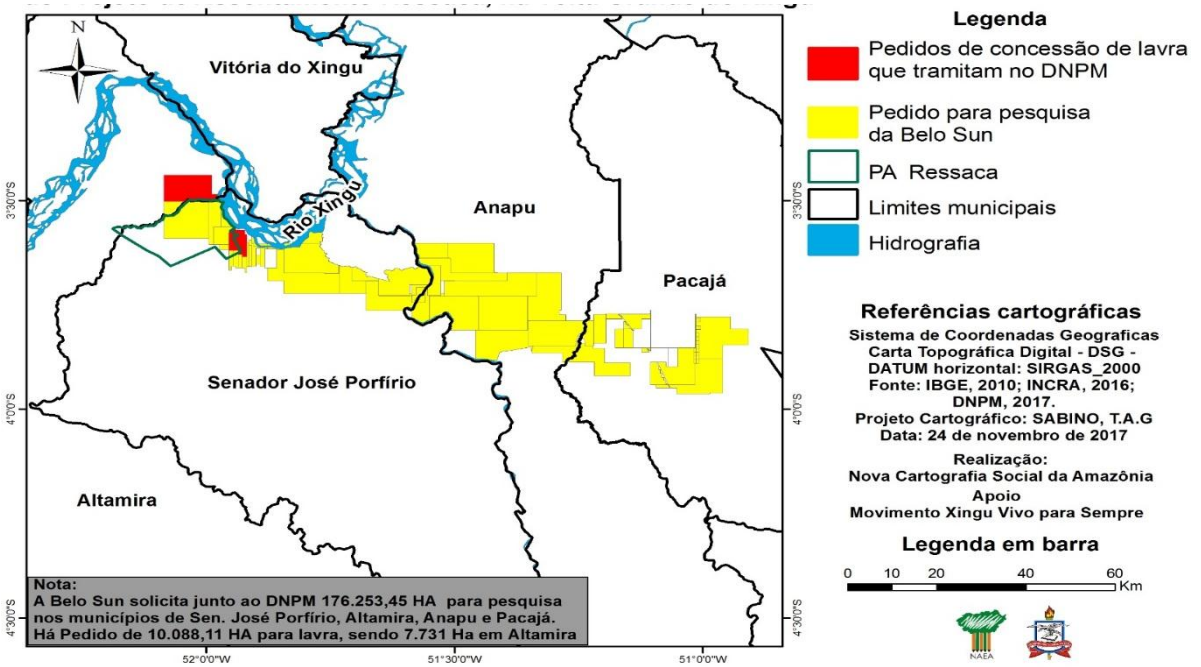
> Constatou-se a área de assentamento registrada pelo INCRA junto ao Sistema do Cadastro Ambiental Rural – SICAR/PA possui **26.133,29 hectares**, em sua maior parte constituído por áreas de vegetação nativa, informação idêntica à constante no i3Geo/INCRA. Porém, a informação cartográfica produzida pelo INCRA colide frontalmente com o tamanho da área contido na Portaria INCRA/SR-01/PA nº 67, de 3 de setembro de 1999, que a definiu em **30.265,6330 hectares**. **São exatos 4.132,34 hectares a menos**. Surgem então as seguintes inquietações: seria uma simples imperícia dos técnicos do INCRA ou a instituição já daria como "favas contadas" a desafetação de parte das terras do PA onde incidem megaprojetos minerais de interesse da Belo Sun? (SILVA, 2018, p. 12).



Mapa 7-Divergência entre as áreas do PA Ressaca (1999 e 2016). Fonte: (SILVA, 2018)

O autor ainda complementa que esta é uma situação que se agrava, já que a empresa admite "que **2.050,55 hectares** do PA Ressaca estão sobrepostos pelo empreendimento denominado Projeto Volta Grande" e ainda pelo fato da mineradora está negociando com o INCRA a aquisição de novas áreas como compensação pela desafetação parcial do PA (ibidem).

Não se trata de um projeto de exploração mineral isolado, é algo bem maior que precisa ser trabalhado de perto, pois ameaça de extinção a vida de inúmeras comunidades que existem na região e mais, serve ainda como a porta de entrada para os milhares projetos de mineração de grandes mineradoras que se tem em mente para todo o Estado do Pará.



Mapa 8-Autorização de lavra e pesquisa para a Belo Sun em área do Projeto de Assentamento Ressaca, na Volta Grande do Xingu Fonte: (SILVA, 2018)

CAPÍTULO III – RESISTÊNCIA E LUTAS PELO DIREITO AO LUGAR NA EXPLORAÇÃO DO OURO

Os grandes projetos implantados nas ‘Amazônias’, assim como em outros lugares, caracterizam dinâmicas territoriais marcadas por conflitos socioambientais que afetam diretamente os modos de ser e viver das comunidades locais, através dos processos de territorialização que se sobrepõe aos territórios tradicionalmente ocupados, impondo segundo Jalcione Almeida (2015, p. 1) novos processos de dominação que reconfiguram a todo instante a dinâmica social destas comunidades, por meio de uma “série de normas legais, padrões produtivos e valores morais” que antes não existiam em determinados espaços. Desses processos, resultam a busca pelo desenvolvimento, a introdução de políticas ambientais e novas percepções sobre o meio ambiente, expressas de quatro formas conforme Almeida (2016, p. 30)

> Amplamente desiguais (tanto em relação a diversidade social desses espaços, quanto em relação as oportunidades disponibilizadas aos agentes sociais), desestruturantes (no que tange aos modos de vida existentes), pouco democráticas (demonstrado pela desconsideração das experiências dos agentes em relação ao ambiente onde vivem, trabalham, se divertem e retiram as condições para sua reprodução social) e degradadoras do meio natural (como evidenciam inúmeros problemas ambientais). (ALMEIDA, 2016, p. 30)

São essas percepções que nutrem as lutas e resistências em todo o território amazônico e no caso específico da região da Volta Grande do Xingu envolvendo ribeirinhos, indígenas, garimpeiros e agricultores familiares que vivem a triste realidade que impera desde o processo de colonização portuguesa e que ainda hoje se mantém numa estrutura contemporânea em que essas comunidades são vistas como reflexo de um atraso socioeconômico e cultural que precisa ser superado.

A Volta Grande do Xingu representada pela sua grande diversidade cultural humana e de recursos naturais, vem sendo explorada ao longo dos anos por diversos projetos de diferentes atores que se dividem de dois lados – os projetos dos grandes grupos econômicos capitalistas (de fora) versus os projetos das comunidades tradicionais locais (de dentro). Atualmente, emergem no front, a organização de empresas, que consorciadas umas às outras, principalmente, para a construção de hidrelétricas, aprofundam a pressão sobre as riquezas naturais e comunidades locais. Em todo a região norte do país surgiram inúmeras frentes de extrativismo mineral para exportação. Na região da Volta Grande do Xingu, no oeste do Pará, dois projetos protagonizam um cenário que redefine territorialidades e suas dinâmicas, colocando em conflito grandes corporações de construtoras de barragens, mineradoras, agronegócio de um lado e as populações consideradas tradicionais, marcadas historicamente pela expropriação do território e dos seus recursos – Belo Monte e Belo Sun.

Belo Monte e Belo Sun, os dois “Belos” que assustam os povos desta região, apesar de distintos, possuem uma estreita relação, principalmente no que tange às transformações nas dinâmicas territoriais da localidade marcadas por conflitos e nas consequências socioambientais e econômicas que afetam direta e indiretamente os modos de ser, ver e viver das comunidades locais.

> A instalação da usina resulta em drásticas modificações do meio natural, com barramento de rios, formação de reservatórios, redução de vazão de um grande trecho do rio Xingu, supressão da vegetação, alterações da dinâmica hidráulica do rio, dentre outras inúmeras alterações da paisagem. Essas alterações repercutem na forma de apropriação dos recursos naturais, na interação homem com seu meio, nas relações socioculturais e econômicas estabelecidas pela população local, afetando, assim sobremaneira direitos territoriais. (IPEA, 2015, p. 9)

Belo Sun traz o projeto que vem terminar o que iniciou com Belo Monte, a violenta expropriação do território, dos recursos, das histórias e vidas de inúmeros povos, entre eles, os garimpeiros. Belo Monte e Belo Sun são os “carrascos” dos recursos existentes na região e da comunidade de garimpeiros que resistem residindo e sofrendo na região por seu lugar na exploração do ouro, na tentativa de garantir sua sobrevivência.

A violência contra os moradores das comunidades se repete de novas formas. A violência agora, não é mais apenas física, é uma violência que afeta o psicológico, que não pode ser superada e que desabrigará não apenas estes sujeitos, como também os grandes acontecimentos e os desafios enfrentados para se chegar onde estão. Mesmo diante da precariedade das condições de vida que possuem, é ali que historicamente criaram mecanismos de sobrevivência que superaram as condições impostas pelo avanço do grande capital. As incertezas que pairam a localidade, a ausência de respostas para a possibilidade da permanência, para onde vão, ou da possibilidade de manutenção das relações socioeconômicas horizontais que fazem parte da realidade destas pessoas não possuem respostas concretas, o que somado às suas histórias, lembranças e tudo o que foi vivido vão tornar-se parte do monte de estéril de rejeitos.

Essas incertezas provocam atitudes que na maioria das vezes se resume à desistência de investir e trabalhar na terra, de continuar exercendo suas atividades de subsistência e consequentemente ao abandono e migração para as periferias da zona urbana onde vão tornar-se a massa de pobres. Além disso, o avanço do capital através dos projetos de mineração ocasiona a expropriação de comunidades inteiras de indígenas, ribeirinhos, pescadores, garimpeiros e trabalhadores rurais, expulsos de forma brutal dos territórios conquistados por meio de inúmeras lutas travadas e sobre um chão encharcado com sangue e suor de inúmeros sujeitos que morreram e que continuam sendo violentados de diversas formas.

Violência é um termo bem conhecido, que faz parte da história deste local e presente nas memórias das pessoas, no entanto, é uma violência que vem fazendo uso de uma nova roupagem atualmente, meios estratégicos que se fundamentam principalmente nos discursos de desenvolvimento e progresso, que só podem ser realizados através da implantação de grandes empreendimentos, entre eles o de mineração, que já possui Licença de Instalação.

Neste sentido, as memórias expressas através das narrativas destes sujeitos podem ajudar na reflexão do que está em jogo, dos grupos diretamente beneficiados, e até onde a empresa e esses grupos privilegiados podem chegar para garantir que o projeto saia do papel. O que novamente se apresenta como solução, a raiz de todos os problemas socioeconômicos, não passa de uma estratégia para saquear nossos minérios, explorando não apenas o subsolo, mas o meio ambiente e as pessoas que ali moram.

É através das memórias relatadas pelos moradores que torna-se possível a compreensão daquilo que ao longo do história foi constituído de forma parcial, apenas por um ponto de vista, é através dela que os cenários de lutas e resistências são reconstruídos e consequentemente a compreensão da realidade na qual a comunidade está inserida, em que os moradores estão condicionados sem poderem decidir e até mesmo de poder se manifestar.

Apesar da diversidade de sujeitos que coexistem neste cenário, dois são os principais interessados nas riquezas existentes no subsolo e são eles que protagonizam o conflito socioambiental: a empresa Belo Sun Mineração Ltda., responsável pelo Projeto Volta Grande e a Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Galo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda (COOMGRIF), em que estão organizados cerca de 600 garimpeiros.

O conflito fundamenta-se basicamente na disputa pela exploração dos garimpos existentes na região. Porém não podemos resumir este território apenas pela riqueza existente em seu subsolo, é fato que o garimpo foi uma importante fonte de renda para as famílias da região, mas é preciso lembrar que nunca foi a única, pois sempre esteve articulada a outras, o que possibilitou a sobrevivência e existência até hoje dessas famílias.

> Na região da Volta Grande do Xingu, como na Amazônia de um modo geral, a ocupação de garimpeiro se caracteriza por uma ação temporária ou com intervalos, uma vez que a atividade em si tem esta característica de ocorrer em fluxos devido à disponibilidade do mineral e/ou da viabilidade econômica de sua extração. (MELLO et al, 2016, p. 4)

A prática garimpeira sempre esteve associada a outras atividades econômicas e de subsistência, essenciais para que o território e as várias territorialidades nele existentes pudessem sobreviver. Nesta região existe uma interdependência de povos que aprenderam ao

longo dos quase 100 anos de existência a coexistirem e mesmo diante de suas diferenças, a se envolverem.

Mas o que se põe em cheque aqui é o que levou o Governo do Estado do Pará fechar o garimpo artesanal e autorizar o industrial? Conforme Pereira et al (2010, p.65) o impacto da mineração em larga escala é "localizado, desestruturante e ao mesmo tempo estruturante, ao modo que interessa às empresas"

> Desestrutura as comunidades locais [urbanas ou rurais], além de provocar a migração de milhares de pessoas. Diversas são aquelas que chegam de outras regiões do país acreditando que as atividades dessas empresas vão melhorar as suas vidas. Por outro lado, o impacto da mineração é estruturante ao modo que interessa as empresas. Elas se aproveitam da conivência e submissão do Estado, das precárias condições em que vive a maioria da população dos municípios onde elas se instalam, para através da manipulação da consciência das pessoas, com o discurso da chegada do desenvolvimento e do progresso, criar um ambiente favorável para a sua implantação e domínio. Desse modo, os governantes municipais, governadores dos estados e não raros deputados e políticos influentes assumem o discurso e a defesa dessas empresas além de lhes possibilitar infraestrutura, colaboração financeira e isenções tributárias, com vistas a fornecer-lhes condições competitivas e asseguratórias ao bom funcionamento dos seus empreendimentos. (PEREIRA et al, 2010, p. 65-66)

As consequências da mineração em larga escala, sempre serão relativas, se vai beneficiar ou prejudicar, depende de qual lado se está. É preciso informar que não se tem aqui o objetivo de eliminar as contradições existentes do mundo do garimpo, pois segundo Mello et al (2016, p. 4)

> o ambiente de trabalho do garimpo é que existe mesmo ilegalidade e prostituição, mas é também verdadeiro que muito trabalhadores que têm por ocupação o garimpo estão lá temporariamente, necessitados de conseguir um rendimento maior, e dispostos a enfrentar adversas condições de trabalho para isto. Percebemos ainda que o garimpo coexiste com outras atividades produtivas (como a agricultura, o extrativismo, a pecuária) e que acolhe a população mais pobre e com baixa escolaridade, sendo muitas vezes uma alternativa de obtenção de recursos financeiros a nível local.

As autoras ainda destacam que a Vila da Ressaca e imediações, foram desenvolvidas, historicamente, por atividade garimpeira de pequena escala e sem grandes impactos ao meio ambiente e social, como em outros garimpos da Amazônia. As autoras ainda complementam dizendo que o conjunto de garimpeiros que compõem o território da Volta Grande é composto por sujeitos que se fixaram na região, constituindo assim, as comunidades e a cooperativa para representar seus interesses e direitos que agora estão ameaçados novamente.

É preciso deixar claro que algumas características do mundo do garimpo não são diferentes, no entanto, como no caso dos garimpos existentes na Volta Grande do Xingu, os sujeitos fizeram do mesmo, seu território abrigo, sua morada por conta das oportunidades, ou seja, outras formas de sobrevivência, como muito se ouviu durante a pesquisa nos relatos dos moradores. A situação na qual vivem estas comunidades é muito difícil.

Na entrevista realizada em 31 de março de 2018, com o professor e vereador, na atual gestão, Ado José, que vive no município de Souzel desde seu nascimento, há 40 anos, ele descreve os inúmeros problemas enfrentados na área e em toda região pertencente ao território municipal.

> Os problemas são muitos. Lá tem mais de 1500 km de estrada, lá a população tá aumentando muito em virtude dessa questão do ouro, ela tá aumentando muito, e se aumenta muito, aumenta menino que quer estudar, então hoje a estrutura eu vejo que a situação lá é muito crítica, o povo lá tá numa situação muito crítica, tipo, na região da Ressaca eu vejo muita pobreza, é uma região pobre, é um região do povo muito ignorante sabe, é uma região dum povo assim que eu cresci vendo que lá é uma região de muito conflito. Lá não tem segurança, lá a lei quem faz é as pessoas mesmo, lá a questão educacional é muito precária, que teve períodos que lá tinha aula até quinta feira, tinha vez não tinha combustível, [..] eu vejo que tudo ligado ao poder público lá é muito pouco. É muito pouco mesmo. Lá quem tem uma condiçãozinha melhor tem uma plantação de cacau, vive muito mais em Altamira né. Tu vê que a própria produção que é feita não é aproveitada no município. Então eu vejo o povo lá assim, um povo muito mal instruído, um povo onde os serviços básicos do poder público não chegam com qualidade, muitas vezes nem chegam, [como] a questão da segurança pública mesmo. A saúde deve chegar precária, a educação que eles ainda tentam lá na luta, mas fora isso cara, eu vejo o povo muito esquecido, abandonado mesmo assim. (SOUZA, 2018)

De fato, todo o município precisa desenvolver-se e apesar dos repasses de os Governos Federal e Estadual serem pouco, Souza (2018) afirma que "o problema de Souzel não é falta de dinheiro é gestão política". "Os prefeitos vieram trabalhando muito solto. Nunca teve uma fiscalização do poder legislativo, o legislativo sempre foi muito acomodado" (SOUZA, 2018). A população reclama que os vereadores não fazem nada, e de fato o vereador confirma isso, "a gente não faz nada mesmo [...] eles [prefeitos] vão gastando e ninguém vai prestando conta" (SOUZA, 2018). Conforme o que expõe o vereador entrevistado o repasse do Governo Federal para a educação é de mais de 16 milhões de reais e para a saúde mais de 12 milhões e crítica que "[...] gastar 55 mil reais com remédio é brincadeira. Tu ir no hospital e não ter material pro soro, não ter uma dipirona é brincadeira" (SOUZA, 2018). Enfático, ele atribui a atual situação do município à omissão da Câmara de Vereadores.

> Então eu acho que hoje a cidade tá esse caos, ela se formou esse caos ao longo dos anos, por ter sempre uma Câmara de Vereadores omissa. Ver o problema e se acanhar ali e pegar algum recurso, "não, eu tô pensando em pegar umas cesta básica, se eu falar mal do prefeito ele não vai me dar, eu não vou fazer minha campanha"; "ah, eu não vou conseguir juntar um dinheiro pra me garantir na próxima, ir para uma eleição, que pra eleição tem que ter dinheiro", e tu fica nessa conversa (SOUZA, 2018).

Esta é uma realidade que atravessa não apenas o município de Senador José Porfirio, mas todas os municípios do interior do norte amazônico, há décadas, a política nesta região foi desenvolvida num círculo vicioso, em que políticos e eleitores se corrompem preocupando-se apenas consigo mesmo e esquecendo da coletividade, do grupo maior. O vereador ainda ressalta

a importância da Câmara unida em prol do povo, que se torna mais forte do que o prefeito "a gente unido, a gente faz a diferença, o prefeito não vai dominar" (SOUZA, 2018).

Há 40 anos em Souzel, apesar da precariedade e da situação que vive a população souzelense durante décadas, comandada por gestões fracas, Ado Souza (2018) afirma que o município melhorou muito, desde a sua infância, "Souzel deu uma melhorada, Souzel cresceu, o poder aquisitivo das pessoas deu uma melhorada". Resultado da realização de concurso público que limitou a troca de votos por vaga de emprego na prefeitura. O potencial existente na região não se resume à mineração e muito menos à falta de recursos a serem investidos. O que de fato falta é um trabalho bem desenvolvido por parte do poder executivo e do legislativo municipal em parceria com os Governos Estadual e Federal.

Quando questionado sobre a contribuição da Câmara Municipal na implantação do empreendimento para que seja realizada de forma democrática a fim de atender os interesses, as necessidades e as especificidades de cada comunidade e povo que diretamente vai ser afetado, ele responde.

> Pra ser sincero pra ti, de forma nenhuma. Foi o que eu te falei, que eles nunca sentaram com a gente, entendeu? a gente não participa, a gente não sabe quais são as comunidades que tem lá, a gente não sabe quem vai ser atingido mesmo. A gente nunca conversou com ninguém, entendeu? [...] a gente já pegou isso armado. Que só sobra pra nós mesmo, só lutar talvez pelas condicionantes (SOUZA, 2018).

Como afirmado pelo próprio representante do legislativo, as coisas já estavam prontas, eles não possuem participação no processo de debate e discussão sobre a forma como será desenvolvida o projeto. "Nunca veio uma equipe técnica para apresentar o projeto para os vereadores" (SOUZA, 2018). Eles não sabem quem são as comunidades ou quem vai ser atingido mesmo, duvida esta que atormenta a todos que vivem nos arredores. Esta falta de conhecimento, por parte dos representantes políticos, acerca da localidade em que se planeja instalar o projeto se dá segundo o vereador, ao fato da região fazer parte do território descontinuo, sendo necessário grande esforço para chegar até lá. "Eu me lembro que os prefeitos iam lá, tinha até a sede (da prefeitura) na região lá. Prefeito ia lá uma vez por ano, tinha prefeito que passava o mandato ia duas vezes na região lá, entendeu" (SOUZA, 2018).

O descaso com as comunidades que vivem no território descontinuo é imensa, são povos que nunca foram atendidos de fato, que foram abandonados e sempre tiveram de dar seus jeitos para poder sobreviver, estudar, se deslocar. As condições em que se encontram não são naturais, mas sim naturalizadas. Na maioria dos casos, a população da área descontinua do território municipal, não participa da vida política do município pela distância, sendo usados nas épocas de campanha, quando são vistos, por conta de serem eleitores. A condição na qual

vivem é usada como estratégia de políticos que se aproveitam para exercer o assistencialismo em troca da contrapartida nas urnas eleitorais. O que o vereador entrevistado expressa, é a realidade vivida no campo e na cidade. No entanto, o vereador diz que mesmo que para ele "vereador não é aquele que dá um botijão de gás, dá uma cesta básica", mas que ele ajuda por se sentir obrigado. "Obrigado porque o cara tá passando fome" (SOUZA, 2018). Na sequência ele afirma que não quer ser como outros que no termino do mandato, vão cobrar os favores "não tu vota em mim, viu quando tu precisou eu te ajudei, ei fulano vota em mim".

Conforme a entrevista, o vereador afirma que essa realidade de abandono mudou, e percebe-se que sim, pelos relatos dos moradores que dizem que essa gestão está mais próxima deles, contribuindo. Porém, o que o vereador questiona também é uma dúvida de muitos. Se o fato dessa gestão está presente e atuando, é apenas por conta da presença da empresa, justificando uma tentativa de mostrar serviço e proximidade para ganhar a confiança das comunidades. "Tem muita gente ajeitando estrada, maquinário pra lá, em virtude das outras gestões eu vejo que de 2017 quando começou essa gestão, eu vejo o poder público mais presente lá, e a prefeitura mais presente, porque no passado era difícil oh" (SOUZA, 2018).

A presença de políticos na Vila da Ressaca, vem tornando-se rotina, os moradores percebem a diferença, inclusive elogiam a atual gestão por estar presente. Mas a realidade é que faz parte do momento que vive o município. Silva (2017) relata em entrevista que a comunidade sobrevivia sem fazer questão da gestão, seja municipal ou estadual, pois o que ganhavam era suficiente para sobreviver e se manter. "E hoje a gente vive na situação de pedir aos governantes e eles não te dão, não faz pra ninguém". Leva-se em conta que não são apenas os representantes políticos que estão presentes na localidade. A presença de lideranças de movimentos sociais e ambientais, MPE, MPF, agentes de órgãos públicos, além de pesquisadores, estudantes e professores tornou-se frequente, levando em consideração o Projeto Volta Grande Mineração e o que representa para cada um dos sujeitos que coexistem na área atualmente.

3.1 O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO PELA MINERAÇÃO: ARTIMANHAS E ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR O SEU LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Apesar das resistências, principalmente por parte de garimpeiros cooperados, a população está dividida muitos moradores compram pra si estes discursos de desenvolvimento sustentável, progresso e geração de emprego e renda produzido pela mesma que engradecem o projeto. De um lado uma população que almeja o remanejamento para outras localidades, visando um novo recomeço, do outro, aqueles que aguardam e desejam uma boa indenização, e ainda os garimpeiros representados pela cooperativa que querem uma área para que possam

continuar trabalhando, temendo o que espera o futuro já que garimpar foi e é a única coisa que fizeram em toda a vida. Esses discursos produzidos pelos grandes empreendimentos de qualquer natureza fazem com que a população dos municípios que ficam no entorno dos projetos, legitime suas implantações, além de influenciar que os moradores da localidade se interessem em deixar suas casas em troca de indenizações miseráveis que não dão condições de sobrevivência familiar em outros locais por muito tempo ou serem realocados involuntariamente para outros reassentamentos.

Para compreender a realidade na qual as comunidades estão inseridas, é necessário considerar que as grandes empresas fazem uso de artimanhas e estratégias utilizadas, principalmente, durante os processos de licenciamento ambiental a fim de viabilizar e legitimar seus projetos. Segundo Coelho (2015) o Discurso do Desenvolvimento pela Mineração (DDM) é a principal estratégia utilizada pelos empreendedores para convencer a população da viabilidade do projeto. Somado a este, Coelho (2015, p. 101-102) cita ainda, a presença de agências de consultoria e comunicação, que localizadas dentro da localidade, em contato direto com os moradores das comunidades, contribui diretamente para que a população tenha essa percepção da empresa como "uma luz no fim do túnel", e ainda, realizam "uma série de mensagens-chave que são o centro da propaganda e atuação, mapeiam quais são os principais grupos atingidos e envolvidos, apoiam a empresa nas consultas e audiências públicas e determinam maneiras de comunicar seus projetos sociais" (COELHO, 2015, p.101-102).

Através dos diagnósticos, realizados por estas empresas, é possível identificar as demandas prioritárias da comunidade e algumas características como o trabalho informal, a falta de políticas públicas e projetos sociais, baixa escolaridade e o anseio pela ascensão social e melhoria das condições de vida. A partir disso, torna-se possível a execução de atividades e criação de espaços, pela empresa, como o Centro de Treinamento existente na comunidade que oferta cursos variados para os moradores. Segundo Claudio Lyra, gerente geral da Belo Sun o Centro de Treinamento "é um instrumento para alavancar o desenvolvimento da região e possibilitar a melhoria da qualidade de vida das comunidades, sobretudo pelas oportunidades de emprego e renda a serem gerados" (LEITE, 2014).

O falso sentimento de participação da população fortalece a empresa que difunde o discurso do progresso e do desenvolvimento como expresso pelo vice -presidente de exploração da Belo Sun, Hélio Diniz, que "a Belo Sun promoverá a melhoria da qualidade de vida, através da construção de um novo Núcleo Urbano para os moradores da Vila Ressaca, Galo e Ouro Verde, dotado de infraestrutura e serviços básicos, hoje inexistentes na região" (OLIVEIRA, 2013). Além desta, inúmeras são as outras promessas como, a geração de empregos, renda e

oportunidades, capacitação profissional de mão de obra e do empreendedorismo local, financiado pela empresa, e manifestadas em seu discurso maravilhoso de progresso e desenvolvimento, para convencer a população e finalmente, obter a licença de instalação do empreendimento que atualmente está parado por inconsistências.

É evidente que a empresa faz uso do descaso do poder público como meio de autopromover-se, no RIMA do projeto a empresa expõe a necessidade de investimentos em inúmeras áreas, de acordo com Governo Federal e Estadual.

> "os Planos de Desenvolvimento do Governo Federal e do Governo do Pará, para a região do Projeto Volta Grande, apontam a necessidade de investimentos em infraestrutura, educação básica, saúde e outros aspectos que permitam melhorar os indicadores de desenvolvimento social e econômico da região, e promover a melhoria da qualidade de vida de suas populações, de forma mais igualitária e sustentável" (BELO SUN, 2012, p. 5).

É possível perceber a estratégia existente nos discursos das empresas responsáveis por grandes projetos, que Segundo Telma Monteiro (2012), fazem uso das precariedades e necessidades de investimentos em setores básicos existentes nos municípios para fazer com que a população acredite que a única alternativa para poder alcançar esses investimentos, seja através da implantação de grandes projetos.

> [é] incrível como, além das hidrelétricas, os projetos de mineração, na visão do governo federal e do governo do Pará, também se tornaram a panaceia para solucionar todos os problemas não resolvidos de desenvolvimento social. Papel que seria obrigação do Estado, com o dinheiro dos impostos pago pelos cidadãos de bem. (MONTEIRO, 2012)

Esse discurso somado ao "sucateamento dos serviços públicos" básicos que são ofertados, artimanha apresentada por Melo et al (2016), aprisionam e condicionam a população a acreditar que apenas com a implantação do empreendimento é que será possível obter todos os "benefícios" como emprego, renda, desenvolvimento social e econômico, que diante das dificuldades vividas historicamente e no cotidiano, acabam por aceitar, o empreendimento e as condições impostas pelo mesmo, vendo-o como se fosse a salvação do povo e a solução dos problemas da região e do município. Conforme Tádzio Coelho, no livro "A questão mineral no Brasil"

> o discurso que legitima a atividade mineradora é exatamente uma ideia distorcida do desenvolvimento. Esse discurso consiste na retórica da criação de empregos, da captação de renda por meio dos impostos e, consequentemente, do advento do desenvolvimento socioeconômico. Por meio do DDM a mineração surge como sinônimo do desenvolvimento de toda sociedade, e não apenas de partes dela, se colocando como solução para a pobreza. (COELHO, 2015, p.101-102)

Os argumentos utilizados pela população, para justificar a importância e necessária implantação do projeto na localidade, são semelhantes às utilizadas pelo autor na citação acima,

e usadas estrategicamente pela empresa em suas redes sociais, como forma de marketing empresarial para difundir sua boa imagem e conquistar a simpatia da sociedade, como bem esboçado no canal que a empresa possui no YouTube, tematizado como "Vozes de Souzel". Em descrição dos vídeos do canal a empresa expõe que

> O apoio dos moradores de Senador José Porfírio está conosco. Trabalhando por meio de muito diálogo e transparência, o Projeto Volta Grande será um parceiro no fortalecimento do território e no desenvolvimento do município. Na série #VozesdeSouzel, você confere depoimentos de quem acreditam no valor do empreendimento. (BELO SUN, 2017)

Em alguns casos os depoimentos expõem ainda o sentimento de incerteza da população e a desconfiança, quando dizem que "nem tudo que nós queremos, que nós almejamos vai chegar a acontecer, mas nós queremos que chegue o progresso pro nosso povo, pra nossa comunidade" (Joelma Reinaldo de Souza, secretária escolar, Belo Sun, 2017). O povo tem anseios, necessidades e especificidades que não atendidas, supridas há décadas, são povos que estão cansados de sofrer as mazelas da vida e assim não veem outra saída, já que a proposta apresentada possui uma base sólida.

Com estes vídeos, que apresentam resumidamente a forma como o povo vive, a simplicidade das suas casas, suas atividades produtivas e a precariedade que vivem, somados a esperança de dias melhores que a população manifesta sobre o projeto, através DDM, fortalece cada vez mais a empresa, que difunde nas redes sociais, de forma estratégica, para que toda a sociedade crie simpatia e apoie o projeto.

O que é perceptível nas "Vozes do Xingu" apresentada pelo canal da Belo Sun é a esperança de jovens, garimpeiros, agricultores, pescadores, ribeirinhos, comerciantes, que afirmam realmente acreditarem neste projeto de mineração, visto como "uma luz no fim do túnel" o meio de geração de emprego e renda, ou como uma moradora afirma "eu até sonho já", com o empreendimento (Francisca Maria da Silva, comerciante, Belo Sun, 2017).

É inegável que um projeto desse vá gerar emprego e consequentemente renda através das mais de 2100 vagas, pois é um fato a necessidade de mão de obra, mas é preciso problematizar a realidade do trabalhador no país, muita gente desempregada, e que acabam sendo exploradas, e até mesmo sobre condições insalubres, já que a massa de trabalhadores descontentes são demitidas e facilmente substituídas pelo "exército de reserva" que se encontra desempregado e a disposição de serviços. Souza (2018), diz "nós não somos qualificados, nosso povo aqui vai só pro serviço pesado pô, pra carregar peso pros outros, [...] a gente vai comer as migalhas de um municipio que está em cima da riqueza".

É importante destacar que a desigualdade social, a destruição do meio ambiente, a pobreza, os conflitos fundiários e a violência que muitas vezes causam mortes são as marcas características no capitalismo, que se reproduzem initerruptamente em Estados dependentes de commodities. Um dos maiores medos dos moradores do distrito da Ressaca é o de levar os jovens para a cidade, pelo medo de arrumar problemas, como já aconteceu com famílias de vilas vizinhas, "que levaram seus filhos e hoje já não existem mais" (SILVA, 2017), mas esta realidade, de violência, que não existia na comunidade está mudando, o que não é de se surpreender já que o aumento a violência é algo que está intimamente atrelado a este modelo de desenvolvimento que visa apenas o setor econômico e mascara o social.

Até mesmo os representantes políticos da população estão favoráveis ao projeto, contribuindo na legitimação através do apoio popular sob a justificativa de que é "a única alternativa viável para que o nosso município volte a caminhar e a crescer" (José Sales de Araújo, vereador, Belo Sun, 2017). E ainda reforçando o que dizem ser uma unanimidade, "a nossa grande expectativa é essa empresa. Todo mundo tá acreditando nela, todo mundo favorecendo, todo mundo 100% a favor" (Denilson Albuquerque dos Santos, vereador, Belo Sun, 2017) Outros ainda dizem "eu acredito que o empreendimento está tendo uma responsabilidade ambiental, e eu acredito que o social do povo souzelense, ele será melhorado muito mais ainda" (Ado José da Penha, vereador, Belo Sun, 2017). Ou ainda o que esboça a vereadora quando afirma crer na seriedade do projeto e no comprometimento da empresa para com o município.

> "E a gente observa a seriedade do projeto ao qual as pessoas elas repassam para a gente, a seriedade, o compromisso com o município de Senador José Porfírio. Então, isso, a gente vê que a empresa, ela tá com compromisso com o município" (Silvanira Verçosa Mendes, vereadora, BELO SUN, 2017)

Nas narrativas percebe-se que algumas estratégias e artimanhas se fazem presente, principalmente, os que remetem ao sucateamento da esfera pública e falta de recursos para desenvolver o que é uma obrigação do poder público municipal, estadual e federal, situações que ficam mais claras ainda nas narrativas abaixo,

> Senador José Porfírio é um município carente, é um município como os outros municípios do Brasil que passam por dificuldades com relação ao gerenciamento financeiro e com certeza a Belo Sun ela vai somar no processo de desenvolvimento do nosso município. (Adenilson José dos Reis, vereador de Souzel, BELO SUN, 2017)

Este mesmo elemento foi usado com bastante frequência na região, como estratégia de convencimento para a construção de Belo Monte, e se repete com a Belo Sun: "a ideia de que direitos previstos na Constituição, como o direito à saúde e à educação, é uma benesse – e uma

benesse que pode ser "concedida" pela empresa. Transformado em favor, o que é direito é subvertido e despolitizado" (BRUM, 2017).

Em outro relato a vereadora fala que "(...) o município enfrenta um problema grande na questão de empregos (...) a população vê a prefeitura como uma "cabide de empregos", e que diante da atual e difícil situação do vivida no município, "não tem vagas e nem como empregar. (...) Então eu vejo o projeto como a solução para os problemas da cidade, do município" (Damares Cândido de Albuquerque, vereadora, BELO SUN, 2017)

Outro vídeo-propaganda usado pela empresa é o que apresenta as "Oficinas Participativas", organizadas e desenvolvidas pela empresa Belo Sun, em parceria com a SEMAS, que foram realizadas na sede do município e na localidade da Vila da Ressaca onde será implantado o projeto. A atividade é o que a empresa denomina de "novo modelo de licenciamento ambiental no Pará", em que a população tem a impressão de estarem participando do processo de construção do seu próprio desenvolvimento mediante as oficinas denominadas: Projeto Volta Grande; Capacitação e Emprego; Desenvolvimento Local; Território e comunidades; Comunidades Indígenas; e Meio Ambiente e Sustentabilidade. Alguns relatos visando o fortalecimento e a legitimação do projeto são expostos, são os sujeitos mais interessados na implantação, como políticos, empresários e comerciantes.

> Esse evento é de fundamental importância porque mostra a transparência da empresa e do setor mineral vindo conversar com a comunidade local para ver as demandas dessas comunidades, para que a gente possa no processo de licenciamento colocar essas demandas e atendendo as necessidades da sociedade. (José Fernando Gomes, Presidente do Sindicato das Indústrias Minerais – SIMINERAL, BELO SUN, 2017)

> Eu acho que esse é o caminho, que hoje nós vivemos em crise neste município. Temos problemas sociais de todas as partes e o único jeito de sairmos dessa crise é produzir, mas essa produção tem que vir com responsabilidade, trazendo respeito, principalmente com os moradores daquela região. eu acredito que vai trazer assim, muitos benefícios pra nossa cidade, tá entendendo, principalmente na questão dos empregos que já tá ai amarrado 30% em números pro município de Senador José Porfírio, onde nós vamos dar oportunidade para o nosso povo trabalhar ai durante vários anos pra frente ai (Dirceu Biancardi, prefeito de Senador José Porfírio, BELO SUN, 2017)

> Esse investimento vai ser todo feito na Ressaca, no Assurini, vai beneficiar toda a população de Altamira, de Senador, principalmente, que vai ter condições de ter o seu posto de saúde, a sua escola, a partir do pagamento dos impostos e dos royalties. Então esse investimento, aproximadamente de 1 bilhão e meio, vai contribuir tanto no nível da atividade privada, quanto da atividade pública, na medida em que vai fazer o pagamento dos seus impostos, então vamos ter a energia, as estradas, as vicinais, os postos de saúde, as escolas, tudo isso em função do empreendimento e os empregos. (Ozório Juvenil, Deputado Estadual, BELO SUN, 2017)

São narrativas tendenciosas que visam convencer as pessoas e a população principalmente, da necessidade e importância do projeto, quando se analisa a realidade de abandono em que o município e principalmente a localidade que fica na parte descontínua estão,

mesmo diante de tanta riqueza existente no seu subsolo. O reflexo da falta de interesse por parte do poder público, é enorme. No entanto, após a presença da Belo Sun, até mesmo a frequência dos políticos tornou-se cotidiana.

Conforme o vídeo de divulgação da empresa o momento era de "diálogo, esclarecimentos e sugestões das comunidades da Volta Grande do Xingu"; "um processo de construção coletiva". O vídeo finaliza com a frase "TODOS FAZENDO HISTÓRIA" (BELO SUN, 2017). O uso deste tipo de mídia é importante, pois facilita sua difusão através das redes sociais, que vai sendo compartilhada, multiplicando opiniões, muitas vezes favoráveis, que vão se somado pelo fato de serem apresentado apenas uma das faces da moeda, representado pela empresa, seu discurso e ações que deveriam ser desenvolvidas pela Prefeitura e pelo Estado há muito tempo, mas que apenas agora estão sendo realizadas, exemplo disso é o estabelecimento do fornecimento de energia para a localidade da Ilha da Fazenda. Em nota, no blog Projeto Volta Grande, os empreendedores anunciam a participação da empresa no processo de articulação para que a demanda por energia fosse atendida.

> A energia elétrica chegou até a Ilha da Fazenda, localizada na área de influência do Projeto Volta Grande. A Belo Sun Mineração atuou nas articulações para que a demanda dos moradores fosse atendida.
> "Participamos de reuniões com a comunidade e o suprimento de energia elétrica de forma perene é uma prioridade, por isso, reforçamos essa demanda junto à Prefeitura de Senador José Porfírio", explica Juliana Magalhães, Gerente de Desenvolvimento Social da Belo Sun Mineração.
> Para Egnaldo Oliveira, piloto fluvial da Unidade Básica de Saúde da Ilha da Fazenda a vida melhorou muito na Ilha da Fazendo: "Moro há 44 anos na Ilha e a energia é algo que nunca achamos que teríamos um dia. Agora todo mundo tem, não apenas quem tem motor". (PROJETO VOLTA GRANDE, 2017) (http://www.blogprojetovoltagrande.com.br/blog/detalhe/id/52).

Diante disso, podemos perceber como a empresa vai conquistando a confiança e aprovação da população mediante ações que durante anos não foi resolvida pelos gestores municipais, que não conseguiam realizar as articulações necessárias para atender demandas como energia elétrica para uma comunidade, mesmo esta comunidade sendo vizinha da terceira maior hidrelétrica do mundo, a contradição do desenvolvimento e progresso dito para todos, mas que na verdade vai se mostrando, como nos modelos históricos já implantados em diversas partes do país.

3.1.1 BENEFÍCIOS PRIVADOS, PREJUÍZOS PÚBLICOS

O discurso da empresa não ressalta apenas um simples desenvolvimento social, mas que este desenvolvimento será realizado com responsabilidade ambiental, respeitando os povos, seus territórios e a forma como vivem. Inúmeras questões são levantadas por movimentos sociais, ongs, ambientalistas, MPF, MPE, IBAMA, como quais os novos impactos que serão

gerados com o projeto de mineração industrial na Volta Grande a um ecossistema totalmente impactados pela hidrelétrica de Belo Monte, tendo em vista que, conforme estudos técnicos, seriam necessários no mínimo seis anos após a operação da hidrelétrica para que fossem diagnosticados os reais impactos do projeto hidrelétrico. Conforme entrevista realizada pelo ((o))eco, com Leonardo Amorim, advogado do Programa Xingu do ISA, ainda existem grandes incertezas sobre quais os impactos ambientais de Belo Monte, o que consequentemente, impede prognósticos confiáveis sobre os impactos que o projeto Volta Grande podem gerar. O advogado afirma que os riscos de Belo Monte precisam ser monitorados e documentados, após o início da operação e questiona "como instalar na mesma região, mais um projeto com previsão de altos impactos, que nem levou em consideração esse outro grande empreendimento?" (OLIVEIRA, 2013).

Outro questionamento é quanto ao uso de material químico cianeto para a retirada do ouro das rochas. Este componente é altamente tóxico, e em contato com o meio ambiente e os seres vivos pode ser altamente prejudicial, levando, inclusive, a morte. O vice-presidente da Belo Sun, Hélio Diniz, falou, em entrevista a ((o))eco, sobre o uso de produtos químicos, como cianeto, no processo de exploração do ouro. Segundo o site que realizou a entrevista, "Diniz ressaltou que esse elemento químico ainda é indispensável na atividade mineradora e que a Belo Sun é signatária do Código Internacional de Gerenciamento de Cianeto" (OLIVEIRA, 2013). Significando que a empresa possui responsabilidade e será regularmente monitorada. Ainda, segundo entrevista realizada pelo site, ele descartou as chances de vazamentos de rejeito que pudessem contaminar o meio ambiente. Nas palavras dele, ele afirma que "acidentes com barragens ocorridos no passado foram motivos de aprendizado e de evolução das normas de engenharia, construção e operação" (OLIVEIRA, 2013).

O uso da água do rio Xingu para as inúmeras etapas do processo de extração do ouro pela empresa, é outra polêmica, tendo em vista inicialmente a empresa pretendia realizar a captação da água do próprio, no entanto, mudou ideia, já que o trecho em que será implantado o projeto está com sua vazão reduzida, consequência de Belo Monte, e ainda pelo fato do rio ser federal, submetendo assim, a responsabilidade pelo licenciamento ambiental, para o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Segundo a empresa será criado um sistema de captação de água da chuva para ser usado no processo de exploração, e a abertura de poços para consumo dos trabalhadores. Mesmo diante disso, o consumo de água assusta já que prevê uma "demanda de 473,1m³ por hora seria suficiente para abastecer uma cidade de 45 mil habitantes" (GOMES, 2017). Para amenizar, a SEMAS, responsável pelo licenciamento ambiental do projeto, estabeleceu como mais uma

condicionante, o monitoramento hidrológico mensal do rio, por parte da empresa, na área em será aberta a mina.

Para retirar o ouro das rochas serão utilizados explosivos, o que preocupa tanto os moradores da comunidade do entorno, como a Ilha da Fazenda, que não são considerados como diretamente afetados e principalmente pelos efeitos negativos que as explosões podem causar à Barragem de Belo Monte. Segundo relato de moradores, as explosões realizadas em Belo Monte, cerca de 50 km de distância afetavam os povoados da região. Em matéria realizada pela equipe de reportagem da A Pública, Agência de Jornalismo Investigativo, o sr. Manoel morador da vila do Galo, disse que precisou fechar sua venda por conta das explosões que "arreia as telhas e racha os pisos e paredes das casas" (VORCARO, 2014).

Os moradores temem as futuras explosões que deverão ser realizadas pela mineradora. "Tiroteio bem aí, tiroteio lá da barragem acolá, sabalanca[5] as casas aqui, imagine bem aqui da Belo Sun. Ela tem que tirar o povo daqui, tem que tirar. O povo não vai suportar o tiroteio que eles vão dar aí. Eles têm que tirar, os que ficar aqui, os índios." (Morador da Ilha da Fazenda, MAB Comunicação, 2015). O morador ainda conclui relatando que a empresa não vai querer retirar apenas um "carrinho de mão com explosão", mas sim "tirar umas dez caçambas de pedra com um tiro só, aí vai abalar aqui".

Com relação ao uso de explosivos Diniz relata ao ((o)) eco que "nem toda a extração necessitará da utilização de explosivos" e que a "Belo Sun segue a Norma Regulamentadora (NR) 19[6] do Ministério do Trabalho. (OLIVEIRA, 2013)

A exploração criará duas grandes pilhas de estéril, formadas por terra e rochas retiradas das cavas e que serão deixadas dentro do empreendimento, uma com até 195 metros de altura e outra com até 210 metros, quantidade proporcional a dois montes do "Pão de Açúcar", além disto, o projeto prevê a construção de uma barragem para reter todo esse rejeito, composto por lama e materiais contaminantes que podem estar presentes, que no projeto inicial se referia há quase 90 milhões de m³ de material, três vezes mais que a quantidade de rejeitos que existia na barragem de Fundão em Mariana-MG que rompeu em novembro de 2015 gerando maior "acidente" ambiental já registrado, mas que mudou e atualmente poderá ocupar apenas 35,43 milhões de m³, até o final da exploração. Consta na nota técnica, "o perigo de rompimento da barragem de rejeitos foi definido como pouco provável, mas tendo consequências catastróficas" caso venha acontecer (BELO SUN MINERAÇÃO LTDA, 2012).

[5] Balançar;
[6] NR 19 que trata da fabricação de explosivos, segurança no armazenamento, transporte e utilização desses artefatos, autorizados pelo Exército Brasileiro.

Percebe-se que são muitas as estratégias e artimanhas que contribuem para que a população local se convença e legitime o processo de modernização, desenvolvimento e progresso apresentado mediante o discurso da empresa. Discurso esse que alimenta os sonhos de inúmeras famílias que compõem a comunidade garimpeira, fazendo com que acreditem que a única forma de alcançar o que sonham como uma vida digna, com todos os direitos básicos garantidos por lei, é através da implantação desses grandes projetos de desenvolvimento que envolvem o grande capital. Até mesmo os moradores mais velhos que vivenciaram experiências violentas no passado parecem ter esquecido o que já viveram com a presença de outras empresas que sucederam a Belo Sun, e que na verdade em sua história nada mais é do que a mesma, apenas com o nome diferente, mas talvez não seja esquecimento, pode ser simplesmente o medo de perder a possibilidade de realização do sonho de melhorar suas vidas através do que é exposto pela empresa, ou mesmo por acreditar, realmente, que esta é a chance real de mudança, que o projeto é a solução de todos os problemas enfrentados no município.

Numa reportagem realizada pela "A Publica", com a professora da UFPA e coordenadora do projeto "Nova Cartografia Social", é realizado o questionamento sobre "de que forma a mineradora consegue angariar apoio?" Tendo em vista que parte das comunidades que vivem na área são a favor do empreendimento.

> A empresa oferece muitas vantagens. Isso aconteceu com Belo Monte, mas agora que as casas estão rachadas, que eles [afetados] não têm mais transportes, estão observando a ilusão que é o projeto de desenvolvimento. Lamentavelmente não temos as condições de informação, de crítica para que a pessoa possa produzir uma outra posição da sua vida que não seja essa venda da necessidade, esse tipo de agenciamento. Dizíamos ontem para as pessoas não se enganarem, para não pensarem que o desenvolvimento que eles [empresas] oferecem [vai fazer com que] seus filhos e netos aproveitem algo desse projeto. É esse tipo de reflexão que não chega. O problema é esclarecer as pessoas sobre isso, e esse é o papel da universidade. O que nós pretendíamos era levar essa informação para as pessoas refletirem, quando entra [no auditório] um agente público como um prefeito com aquele tipo de postura. (ANJOS, 2017)

Mas como exigir que um povo abra mão de algo que é apresentado com tantos "benefícios". O povo é carente de todos os serviços públicos, vivem em situação de abandono, sem apoio do poder público, seja municipal, estadual ou federal, sobrevivendo em condições subumanas. Como exigir desse povo que historicamente teve que viver por si mesmo, sempre "se virando" para sobreviver e que agora é visto, simplesmente, pelas grandes riquezas minerais que guarda no seu subsolo?

O povo quer viver e as condições nas quais vivem os condicionam em muitos casos a acreditarem nestes discursos, pois o que ouvem são justamente as palavras de conforto e desenvolvimento que atende as demandas prioritárias que possuem, como geração de emprego

e renda. Os moradores contrários ao projeto tornam-se reféns das conversas de que quem não apoiar vai acabar se dando mal, pois não será indenizado, ou não será beneficiado de nenhuma forma, outra estratégia de dominação das empresas.

Como bem expresso por Jalcione Almeida no prefácio do livro de Otávio do Canto, "Mineração na Amazônia" "ao definir o lugar do ambiente no desenvolvimento define-se precisamente qual sociedade se pretende construir, isto é, qual o modelo de desenvolvimento desejado" (ALMEIDA, 2016. p. 34).

A definição do que está em disputa nesta localidade é determinado através da articulação, em uma mesma rede, do rio, das comunidades em seu entorno, e dos recursos naturais existentes no mesmo e ainda dos modos de vida particular de cada uma destas comunidades para argumentar contra os grandes projetos, em especial Belo Monte e Belo Sun, assim expande-se a lista de sujeitos envolvidos que somados aos movimentos socioambientais e órgãos do poder público podem reclamar a forma como as coisas estão sucedendo com maior respaldo e bem fundamentados.

É importante destacar que os grandes desastres ambientais acontecidos nos últimos tempos em Minas Gerais e no Pará estão contribuindo para que muitos reflitam sobre o que pode acontecer com o Rio Xingu e fortalecendo o embate contra a implantação do empreendimento. O vereador Ado que era favorável ao projeto, inclusive sendo uma das Vozes do Xingu, aparecendo em defesa da empresa no canal da empresa no YouTube, é um exemplo destes que após realizarem uma reflexão sobre o que pode acontecer com o Xingu, mudou de opinião, sendo contrário, por temer as consequências que podem afetar de forma irreversível a biodiversidade desta região. Para ele, "é muito presente que ela [empresa] vai ser implantada" (SOUZA, 2018). Mesmo diante do discurso apresentado pela empresa sobre a geração de emprego e renda, de progresso e desenvolvimento, o mesmo diz que "é um desenvolvimento falso cara, é um falso desenvolvimento, é um falso progresso" (SOUZA, 2018). Ele ainda relata que não cria muita expectativa porque para ele, esse empreendimento "é uma coisa muito obscura" que não se sabe "realmente qual é o valor de ouro que esses caras vão tirar, qual é o valor de recurso que vai sobrar pro município" (SOUZA, 2018).

Um cálculo rápido sobre as supostas vantagens econômicas nos quais os políticos se fundamentam pra tentar convencer a população foi realizado por Elielson Silva, (Doutorando do NAEA/PNCSA) no seminário "Povos e comunidades tradicionais da Volta Grande do Xingu, face aos grandes projetos desenvolvimentistas" realizado em Altamira em julho de 2018. Em 12 anos serão 57 milhões de CFEM, que são os royalties da mineração. Isso dá 4.750 milhões/ano que dividido por 12 meses vai da 395 mil reais/mês. Dividido pela população do

município de 13.085, isso daria um equivalente a uma média de 30 reais por mês para cada habitante do municipio. Será que de fato é compensatório para a população?

O conflito socioambiental vivido atualmente no Distrito da Ressaca, na Volta Grande do Xingu, é semelhante a experiência apresentada por Otávio do Canto no livro Mineração na Amazônia sobre o conflito ambiental entre a ALCOA e os agentes locais do Projeto Agroextrativista Juruti Velho. Em análise feita por Almeida (2016, p. 35) sobre a pesquisa de Otávio do Canto ela reflete que este conflito não resulta da exploração ou não do minério, mas sim do modo como este mineral foi sendo apropriado e as consequências socioeconômicas e ambientais que provocou, e como neste processo a empresa vai se territorializando e tornando-se mais forte. Ainda conforme a autora, a forma de territorialização intrusiva praticadas pelas grandes empresas, consequentemente vão sobrepondo os territórios de diversos outros povos e de suas atividades na Ressaca por exemplo, estão ameaçados o garimpo, caça, pesca, extrativismo vegetal e agricultura familiar, nos quais os seus ocupantes não estão sendo compensados adequadamente, o que acaba gerando lutas e ainda fortalecendo o posicionamento contrário ao empreendimento.

Na Amazônia, última fronteira para a expansão do capital, "bens comuns são transformados em mercadorias e apropriados privadamente. Benefícios privados, prejuízos públicos. No futuro restarão as crateras a céu aberto, testemunhas da desmedida do capital" (SANSON, 2012). Aqui não importa o que pensam as comunidades, as populações, suas histórias, suas experiências, suas cosmovisões, seus interesses, nada é levado em conta. Para o capital o que importa é o lucro, mas para quem vive e conhece os reais valores que existem em seus territórios cada palmo de terra e cada gota de água representa a vida.

3.2 "NA AMAZONIA ACONTECE PRIMEIRO": EMBATES E DESAFIOS REALIZADOS ATUALMENTE NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

A disputa em torno da exploração mineral do ouro da Volta Grande do Xingu, tornou-se uma novela, um entrave que deveria está sendo discutido, debatido publicamente no Brasil, mas que infelizmente não está. Mais uma vez, a região tem seus acontecimentos abafados, numa tentativa de silenciar a realidade, e a violência imposta por um tradicional modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado na Amazônia a anos. "O momento é grave e os brasileiros, do sul ao norte, precisam compreender algo que deveria ser ensinado nas escolas: na Amazônia, acontece primeiro" (BRUM, 2017). De fato, é fundamental que todos devamos nos preocupar com o que acontece na Amazônia e com a sua biodiversidade, se "aqui começa

primeiro", não é porque o povo quer, mas porque a elite amazônica permite e facilita, enquanto nas áreas de empreendimentos, as comunidades sofrem as duras consequências geradas.

O processo de Licenciamento Ambiental do PGV é conflituoso e está envolto à embates e desafios que representam um conflito, muitas vezes negado como estratégia da empresa, que como pode ser visto anteriormente, expõe uma homogeneidade e unanimidade nas opiniões dos moradores. Otávio do Canto (2016) vê esta negação do conflito como uma estratégia da empresa, tendo em vista que o aguçamento das disputas demonstra a fragilidade do dito modelo de desenvolvimento local sustentável apresentado publicamente pela empresa e que gera críticas entre distintos sujeitos. A professora Rosa Acevedo Marin, em entrevista ao A Pública, afirma que, "essas empresas de mineração têm uma forma de atuação cega a qualquer outro debate que não seja a finalidade que desejam atingir" (ANJOS, 2017).

Pode-se perceber, inclusive, nos relatos dos moradores favoráveis ao empreendimento, que o veem como a "solução de todos os problemas", apresentarem o contraponto, como por exemplo, o relato apresentado por uma professora que no canal da Belo Sun afirma que "a instalação da Belo Sun, vai ser uma saída pra nós", e em outro vídeo já destaca que lutam pela garantia de direitos, pelo tempo que estão na localidade, "porque a gente vai sair daqui e vai chegar lá na nova vila… tem muita gente… nós [se referindo às professoras e funcionários públicos concursados] temos o nosso trabalho, tem muita gente que não tem nem como recomeçar a vida lá [onde serão reassentados] (Diana da Silva Pinto, professora, vídeo BELO SUN, 2017).

Outros, como o Sr. Otávio, que afirma que a grande maioria da comunidade quer ir embora, pretende ficar. "Agora eu mesmo, nascido e criado aqui, eu não quero ir embora daqui não. Com tudo isso que tá acontecendo aí, que vai acontecer, eu quero ficar aqui" (BELO SUN, 2017). O mesmo ainda relata os motivos de não querer sair da comunidade, o fato de ter uma história no local, de ter entes queridos enterrados naquele chão "de que não há dinheiro no mundo que pague" sua história, "porque, hoje eu vivo no sossego (...) eu vivo no paraíso. Em outro vídeo, o mesmo ainda relata sobre a liberdade que possui em seu lugar e o sentimento de estar preso quando está na cidade de Altamira, por conta do atual contexto de violência, que aumentou assustadoramente.

> "Porque hoje eu vou pra Altamira, de manhã, quando é de tarde eu estou aqui de volta. Eu estou dentro de Altamira, eu me sinto prisioneiro. Tô preso, dentro da minha casa e não estou seguro. Aqui, eu estou seguro, minhas coisas eu deixo aí, durmo com a porta aberta, tem gente que chega dorme aqui, ninguém mexe com nada! (Seu Otávio, Ilha da Fazenda, FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2017)

Em outro relato, dona Deca Sampaio, ex-garimpeira e atualmente, técnica em enfermagem na Vila da Ressaca ressalta “eu quero ficar na Ilha da Fazenda” e continua

> Nós não queremos sair daqui um ditado que é o provérbio mais popular: “O futuro à Deus pertence”. Só que o nosso futuro, aqui, a gente quer a melhoria dessa localidade. o outro empreendimento deixou a gente aqui descoberto, ficamos sem atendimento, sem posto médico, sem água encanada, que eles colocaram aí e não funcionou. Medo dos empreendimentos da Belo Sun, da barragem a gente tem, da Belo Sun, tem, mas a gente pretende bater os pés e ficar aqui. [...] nós não queremos sair daqui uma por essa beleza que a gente tem aqui e por essa liberdade que as crianças têm correndo aqui dentro desse local. Então, a gente vai fazer o possível, para que a gente fique aqui nessa localidade, para a gente ter nossa paz, sossego e a liberdade para nossos filhos” (DECA SAMPAIO, Ilha da Fazenda, vídeo Projeto #Colabore, 2017).

Mas, os embates e desafios do Licenciamento Ambiental do PGV não ficam apenas no campo subjetivo das narrativas, desde 2010, quando o banco canadense Faber Mahnattan, que realiza o financiamento de projetos de mineração em todo o mundo, adquiriu os direitos minerários da empresa de mineração Verena, de Altamira-PA, denominando-a Belo Sun Minning. A Verena foi umas das empresas que durante algum tempo na década de 1990, tentou introduzir a lavra mecanizada na região da Volta Grande, onde já existia atividade garimpeira desde os anos de 1930, porém, conforme já apresentado anteriormente, foi a empresa Oca Mineração que mais conseguiu avançar neste sentido, embora em escala menor que a atual empresa, que pretende extrair primariamente 160 toneladas em 12 anos, investindo 1,22 bilhão de reais, estando entre os cinco maiores empreendimentos minerais de ouro no Brasil.

Os primeiros passos para a extração de ouro na VGX foram dados através da Licença Prévia, concedida pelo Conselho Estadual do Pará (Coema), em 2 de dezembro, após a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O primeiro impasse da mineradora aconteceu em 17 de junho 2014, quando a justiça Federal do Pará decidiu ratificar uma decisão liminar, do mês de novembro de 2013, que suspendia o processo de licenciamento ambiental do PVG, atendendo o comunicado das comunidades indígenas da Volta Grande, realizado em 2013, solicitando à SEMA do Pará e MPF que suspendesse o licenciamento da mineradora, até que a mesma realiza-se as respectivas consultas necessárias às inúmeras comunidades existentes na região.

Na época, Thais Santi (MPF), havia advertido que questionaria judicialmente, caso a LP fosse liberada, sem que fosse realizado as exigências de análise sobre os impactos nas comunidades indígenas e ribeirinhas. A preocupação é preventiva e a as comunidades devem ser informadas adequadamente, pois “estão atordoadas com a falta de informação”, além de participar do debate sobre o projeto que afetará suas vidas, expressou na reportagem (OLIVEIRA, 2013).

Em 2013, a empresa também foi acusada de pela Defensoria Pública do Pará, de ter adquirido terras ilegalmente. Na ocasião a Defensoria ajuizou uma ação pública na Vara Agrária de Altamira, contra a empresa e os supostos donos das terras. A Ação Civil Pública de nº 0005149-44.2013.8.14.0005 (que tramitava desde 15 de julho de 2013) requeria que a

> Belo Sun seja impedida de praticar o despejo forçado dos moradores da Vila Ressaca, Galo e Ouro Verde, garantindo o direito de posse de terras rurais, o direito ao trabalho, e a determinação da retirada de placas de restrição de pesca, caça, garimpagem e entrada de pessoas, das áreas comuns (como travessões, estradas ou ramais) ocupadas pelas populações locais, para livre acesso da população aos recursos naturais, para a subsistência.

Na reportagem de Francisco Vorcaro (2014) relata que de fato, sua equipe teve acesso às copias dos contratos de Cessão e Transferência de Direitos de Uso e Possessórios, nos quais a empresa "adquiriu as áreas de 824, 503 e 405 hectares, respectivamente de William Paz Aragão, Geisel José Uchoa Tenório e Henrique Gomes Pereira, declarados nas escrituras "únicos e legítimos proprietários". A ação foi arquivada definitivamente pelo juiz Horácio de Miranda Lobato Neto.

A violência agora não é mais apenas física, mas uma violência que afeta o psicológico dos moradores por meio das incertezas que no momento pairam a localidade, a ausência de respostas para a possibilidade da permanência na localidade, para onde vão, ou da possibilidade de manutenção das relações socioeconômicas horizontais que fazem parte da realidade destas pessoas. Ainda na reportagem de Vorcaro (2014), alguns garimpeiros relatam

> "Estamos sendo judiados. Estou com 30 anos trabalhando aqui. Não tive indenização nem nada. Só promessa. Estou com 60 anos e o que vou fazer? As firmas não querem mais pessoas com mais de 50 anos de idade. Sou do Rio Grande do Norte", disse o velho garimpeiro Juvenal. Outro garimpeiro, que não quis se identificar, contou: "Tenho seis filhos, tudo nascido aqui. A Belo Sun prometeu que se o garimpo fechasse, antes do pagamento da indenização, durante 90 dias, eles iam fornecer cesta básica. Mas até hoje, nada..."

As histórias, lembranças e tudo o que foi vivido por estas pessoas, vão fazer parte de um monte de estéril de rejeitos. Até mesmo as relações socioeconômicas e ambientais ficam instáveis tendo em vista a divergência e o posicionamento dos atores sociais envolvidos neste processo. Desde então, inicia-se uma "queda de braços" entre interessados e contrários, porém, o Governo do Pará, ignorou a decisão quando conseguiu sua suspensão, emitindo a Licença Prévia (LP) da mineradora, já em 2015, informando a necessidade de realização da consulta antes que o empreendimento fosse instalado.

Em fevereiro de 2017, a empresa consegue, mediante autorização do Governo do Estado do Pará, a concessão da licença de instalação do seu projeto de mineração na VGX. A mineradora publicou a notícia em seu site, antes mesmo, da reunião da equipe da SEMAS, que discutiam a pauta. Conforme o Instituto Socioambiental (ISA), eles tiveram acesso ao release

da empresa pela tarde, por das 17 horas, no entanto a assessoria de imprensa da SEMAS negou a informação que só foi confirmada, horas depois, a noite. Adriana Ramos, coordenadora da Política e Direito do ISA critica a forma como se deu o licenciamento

> O fato da empresa ter anunciado que tinha conquistado a licença antes mesmo de sua formalização e publicação pelo órgão ambiental responsável demonstra como foi tratado o licenciamento do empreendimento, com total desrespeito pelos procedimentos, sem transparência, e com displicência e descaso com a vida das pessoas que vivem na Volta Grande do Xingu (SOUZA; HARARI, 2017).

Existe um arranjo político, jurídico e econômico que negociam e planejam externamente o processo de exploração sem consulta ou participação daqueles que vivem na localidade e que serão impactados diretamente pela instalação do projeto. Rogério Almeida, em entrevista realizada pelo IUH, responde o questionamento sobre a forma "como o estado do Pará se manifesta diante da atuação da empresa na região?"

> Ele garante as condições para o empreendedor detentor de capital, ou que se capitaliza com os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que se constitui como o principal financiador das grandes corporações no Pan-Amazônia.
>
> Soma-se a isso um xadrez no campo jurídico que busca fragilizar algumas garantias das populações consideradas tradicionais, como indígenas e quilombolas, entre outras. Para não falar nos bastidores das negociatas típicas de vésperas de pleitos eleitorais (INSTITUTO HUMANITAS UNISINO, 2013).

Apesar disso, inúmeras vozes se somam num grito de resistência que ecoa a possibilidade de desenvolver-se sem a necessidade de deixarem seus lugares e a forma como vivem, de continuar executando suas atividades seja ela qual for e de dar condições para que todas as comunidades também se mantenham. Somado a estes, há ainda os órgãos públicos estaduais e federais como universidades, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, ong's, movimentos sociais e ambientais que comungam da mesma luta para garantir que os direitos destas pessoas sejam preservados e garantidos.

Essas vozes conseguem realizar mudanças e vitórias, talvez, não permanentes no momento, mas que vão exigindo minimamente que o processo de licenciamento seja cumprido com maior rigorosidade, consultando aqueles que de fato serão impactados tanto que em dezembro de 2017, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região proibiu o prosseguimento do licenciamento do projeto Volta Grande Mineração por tempo indeterminado, até que as comunidades indígenas e ribeirinhas fossem ouvidas, conforme determina a constituição brasileira e a legislação internacional.

Esta decisão da justiça aguçou a tensão na região, provocando o descontentamento dos principais interessados que motivam e lideram a comunidade para se manifestarem contra a decisão da justiça e contra os movimentos sociais e ambientais que lutam contra a imposição

deste modelo de desenvolvimento que apenas enriquece determinadas frações sociais em detrimento de outros.

3.2.1 O REFLEXO HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA DOS GRANDES PROJETOS NA ATUALIDADE

O avanço do capital sobre a Amazônia, através dos diversos projetos hidrelétricos, mineradores e do agronegócio afetam muito mais que apenas o clima do país e do mundo. Diante do fato de a grande maioria da sociedade não dá muita importância ou se preocuparem com esta realidade imposta, de expansão do capital, as pessoas que discordam e se manifestam contrárias a estes projetos são constantemente processadas, ameaçadas, mortas pelos perigosos e violentos capitalistas, principais interessados nestes grandes empreendimentos.

Essa triste e violenta realidade se repete na Volta Grande do Xingu, especificamente na Vila da Ressaca e arredores, com Belo Sun, "defendida nos eventos públicos por representantes da SEMAS do Pará, a licenciadora da obra, e pelo prefeito de Senador José Porfírio com ardor igual ou superior aos próprios representantes da mineradora canadense" (BRUM, 2017). O clima é de tensão, falar sobre a empresa canadense é somente permitido se for de forma positiva, caso contrário, os sujeitos são vistos como "inimigos do progresso", do desenvolvimento e da comunidade, sendo acusados e criminalizados de forma estratégica, como aconteceu com Belo Monte. Ainda conforme a autora, o principal argumento "é o dinheiro que entrará para os cofres públicos, no "progresso" para uma região "pobre" e nos supostos empregos".

Os garimpeiros que protagonizam o outro lado do conflito, foram denunciados pela Belo Sun, que os acusou de mexerem em terras da região sem autorização do órgão ambiental responsável, especificamente na área em que a empresa pretende extrair o minério. Conforme André Borges (2015), do Estadão, a Policia Civil abriu inquérito e por meio da Divisão Especializada em Meio Ambiente (Dema), ligada à Policia Civil, convocou 16 garimpeiros para prestarem depoimentos a fim de esclarecer as acusações. O autor ainda ressalta que "se condenados por crime ambiental, podem ser obrigados a prestar serviços sociais ou a pagar cestas básicas". O chefe de operação do Dema, o delegado Waldir Freire Cardoso, disse, após a polícia constatar o garimpo sem autorização que "a denúncia envolvia pessoas e pequenas empresas que atuavam numa área que a Belo Sun diz que é dela. Para nós, não interessa se a denúncia vem da Belo Sun ou de quem quer que seja. A autuação foi motivada por conta de constatação do dano ambiental" (BORGES, 2015).

Seu José Cunha (2016), que inúmeras vezes representa a categoria nas audiências e eventos que tratam sobre o assunto, foi processado pela empresa pelo crime de estelionato, a

acusação diz que o mesmo recebeu recurso do Governo Federal, relacionado ao Seguro Defeso, no entanto, afirma que o mesmo não exerce a atividade pesqueira, não é pescador. Porém, o garimpeiro possui carteira de associado, e de fato pesca, como forma de contribuição na sustentabilidade e manutenção da família, o que ocorre é que a maioria dos garimpeiros, não exerce apenas uma atividade, já que a atividade garimpeira, não garante plenamente a subsistência dos mesmos que precisam se integrar e executar outras atividades, como complemento de suas rendas, é normal ver garimpeiros pescando, cultivando, caçando, coletando etc. Não se pode limitar o trabalhador, quando se necessita. Outro que também foi processado e teve que prestar depoimento foi Silva (2017) que afirma que a empresa os incrimina. "De vez em quando um processo na polícia federal, polícia militar, polícia civil, porque diz que a gente está trabalhando ilegal".

> Uma vez me levaram para depor na Polícia Federal, e.... eu fiquei três horas numa sala com o superintendente da polícia federal, ele só fazendo pergunta. Tudo que era pergunta, ele me fazia. E eu falei assim "sua excelência, diante de várias perguntas que o senhor já me fez, eu já te respondi. Posso te fazer uma pergunta? "Pode". Eu falei: "Eu moro na Volta Grande do Xingu, na Ressaca desde 1980, foi quando eu cheguei lá. Dia 06.06.1980. A Belo Sun chegou em 2011, quem é invasor é eu ou é a Belo Sun?" (...) ele falou claro que é ela!

Existe uma evidente tentativa de criminalização daqueles que estão no local, exercendo a atividade garimpeira, há mais de 60 anos. Tentativa esta, esboçada de forma covarde por parte da empresa. A criminalização deste trabalhador não é algo atual, é histórico desde à época da colonização os garimpeiros já eram sobrepujados, e taxados e sobre esta definição foram sendo esquecidos e deixados de lado. Além disso, parece que o nível de dano ambiental que a empresa realizará através do empreendimento não é percebida, ou simplesmente invisibilizada, pois é meio contraditório dizer que o garimpo em pequena escala causa danos, ao mesmo tempo que não se diz nada sobre um grande projeto e todas os seus impactos apresentados no EIA/RIMA.

Porém, não são apenas os trabalhadores que são criminalizados, atacados, hostilizados. Pesquisadores, professores, estudantes, lideranças e militantes de movimentos sociais e ambientais, também estão na mira da empresa e de seu projeto. Qualquer um que ameace a estabilidade da Belo Sun, é violentado.

Com a liminar que interrompeu o andamento dos planos da empresa Belo Sun, os ânimos dos interessados foram as alturas, os representantes políticos e comerciantes começaram a se organizar liderando os moradores que aderiram a favor da empresa. Em 23 de novembro, na audiência pública, na Vila da Ressaca, representantes de organização dos movimentos sociais e ambientais, assim como da Prelazia do Xingu, foram recebidos com muita hostilidade por parte da população local e arredores pró-empresa que estavam aglutinados na beira do rio,

com gritos e faixas que mostravam que não eram bem-vindos naquele local. Segundo as lideranças do Movimento Xingu Vivo Para Sempre foi o prefeito do município que incitou parte da população contra as representações das "organizações e movimentos sociais, padres da Prelazia do Xingu e contra os defensores públicos estadual – Dra. Andreia Barreto – e federal – Dr. Ben Hur Daniel Cunha – além da jornalista Verena Glass" que se dispuseram a realizar o debate sobre a informações legais e técnicas do projeto com as populações da VGX (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2017).

No entanto, conforme o relato de quem estava presente, a coesão não era uma característica do movimento, houve silencio por parte dos que estavam no local, calados e com medo, além de velhas lideranças que atualmente, encontram-se ameaçadas.

Quando comentei este fato com o vereador que também estava presente no momento em que os grupos que chegavam pelo rio era hostilizados pelos moradores da comunidade, ele responde que estavam na localidade para participar da inauguração de duas escolas. "Alguns vereadores foram lá para a inauguração e a assessoria da prefeitura disse que não sabia de nada né, mas eu achei muita coincidência nós estarmos no dia em que ia ter uma manifestação dessas". A transparência não é uma característica, quando os interesses não são do povo e para o povo (SOUZA, 2018).

Figura III- moradores da vila da Ressaca, na Volta Grande do Xingu recebem, organizações ambientais e de direitos humanos com hostilidade, em audiência pública para discutir Belo Sun, no dia 23 de dezembro de 2017. Fonte LILO CLARETO (2017). Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/opinion/1512997340_266770.html.

Outro acontecido, que reflete as consequências da liminar que paralisa o processo de licenciamento ambiental da Belo Sun, foi durante o seminário acadêmico "Veias Abertas da Volta Grande do Xingu", que deveria seria concluído em 29 de novembro de 2017, na

Universidade Federal do Pará, campus de Belém, dia que seria realizado atividade em que seriam apresentados os resultados do projeto de pesquisa "Nova Cartografia Social dos Povos Tradicionais da Volta Grande do Xingu", sobre as comunidades afetadas pela hidrelétrica de Belo Monte e que atualmente sofrem com a instalação do projeto de exploração de ouro da Belo Sun., projeto coordenado pela professora titular da UFPA, Rosa Acevedo Marin,

> Nossa proposta nos dias 28 e 29 era primeiro fazer um seminário na Universidade do Estado do Pará [UEPA] com instituições públicas, como a Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade [Semas] do estado do Pará, o Ministério Público, Incra, o SPU [Superintendência do Patrimônio da União]. Mas, principalmente, fazer indagações sobre a questão das condicionantes que incidem sobre o projeto de mineração Belo Sun. No segundo dia, faríamos o encontro entre quatro pesquisadores, o Ministério Público Federal e representantes da Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Galo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda [Coomgrif]. (ANJOS, 2017).

A programação prevista não ocorreu, por conta do clima de tensão que tomou conta de todos os presentes no espaço, que se tornou palanque dos políticos presentes e da comitiva, liderados pelo prefeito que ao chegarem trancaram o auditório, impedindo que qualquer pessoa entrasse ou saísse, tendo que ficar presos no espaço por cerca de 40 minutos.

"Vivemos tempos sombrios no Brasil, e as universidades, espaços abertos para o diálogo e confronto de ideias, estão cada vez mais sendo ameaçadas por uma onda obscurantista e intolerante" é o que diz Felipe Milanez (2017) do Carta Capital, na introdução do depoimento de Sabrina Nascimento, pesquisadora, doutora pela Universidade Paris 13 e em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), na Universidade Federal do Pará (UFPA) que estava no momento da invasão.

> A abertura do evento estava marcada para as 15h. Por volta de 14h30, as pessoas começaram a se deslocar para o auditório. Foi quando uma comitiva com cerca de 40 pessoas, liderada pelo prefeito do município de Senador José Porfírio, na região da Volta Grande do Xingu, Dirceu Biancardi (PSDB), chegou gritando palavras de ordem em favor da instalação da Belo Sun e acusando os organizadores do evento de não os ter chamado para a "audiência pública" e invadindo a sala (MILANEZ, 2017).

Marin relata que o grupo estava fora de controle como se "pensando que estávamos dispostos a desacreditar o projeto da Belo Sun. Eu quis sair da sala porque a situação estava ultrapassando os limites, mas o prefeito ordenou ao seu grupo o fechamento do auditório e ficamos 40 minutos lá (ANJOS, 2017). Devido a situação que tornou inviável a continuação do seminário Rosa Acevedo, organizadora do evento decidiu cancelar a atividade.

Sabrina Nascimento conta que a professora Rosa foi atacada pelo grupo aos gritos quando informou o cancelamento do evento, "pegaram-na pelo braço e exigiram que o evento fosse mantido porque eles estavam ali para defender a Belo Sun" (MILANEZ, 2017). Marin continua

> Depois disso, tentamos recuperar o clima, queríamos continuar conversando e, para a nossa surpresa, as pessoas que estavam acompanhando o prefeito não falaram, quem falou foi ele, um vereador amigo seu e um deputado estadual chamado Fernando Coimbra. Nós não podíamos [falar], e o evento termina dessa forma, sem a realização do seminário, com coerção e insultos aos pesquisadores e pesquisadoras, e, no final, eles tomaram a palavra e ocuparam os lugares onde ficariam os pesquisadores. Depois disso, houve um pequeno intervalo em que a defensora pública Andrea Barreto fez uso da palavra para comunicar quais são as ações que está movendo a Defensoria Pública contra o projeto da mineradora Belo Sun. Conseguimos que ela falasse por quinze minutos, depois o prefeito tomou a palavra e falou por mais de vinte minutos, em seguida entrou o vereador, logo após esse deputado estadual que já mencionei, e o evento terminou assim, com total desrespeito ao que pretendíamos – o seminário foi totalmente inviabilizado, criou-se um clima de tensão muito grande. Nós, pesquisadores, estávamos num grupo de oito: os que conseguiram entrar, porque eles fecharam a porta, e os que estavam do lado de fora não conseguiram ter acesso à sala. O seminário tinha três momentos: o primeiro para os movimentos sociais; o segundo, para os pesquisadores apresentarem seus trabalhos; e o terceiro para o público, em que eles poderiam falar.". (ANJOS, 2017).

Ainda, segundo a professora, em todos os anos que possui de universidade, aquela havia sido a primeira vez que havia visto "pessoas confundindo a universidade com palanque". O episódio foi registrado pelos que estavam presentes no local, circulando rapidamente. A imprensa foi chamada e conforme a entrevista, Marin diz que "quando os jornalistas chegaram, foi o momento em que a porta foi liberada". A professora tomou como providencias a denúncia na Policia Federal, pois "houve não só a violência simbólica, mas também a física, porque pessoas foram fechadas em uma sala, sem condições de sair e obrigadas a ouvir o que ele [o prefeito] estava gritando" (ANJOS, 2017), afirma Marin.

Na fala do prefeito exposta na matéria de Brum (2017), ele vai destacando as dificuldades e a exploração sofrida durante décadas, e ressaltando a importância da empresa como uma saída para a crise enfrentada no município.

> "De conversa bonita o povo tá cheio (...). Não temos saúde digna, não só em Senador mas na região inteira. (...) O garimpo do Itatá, do Galo, da Ilha, da Ressaca... Há quase 40 anos foi explorado artesanalmente, ilegalmente (palmas e gritos) e os seus rejeitos foram parar no Xingu (...) Tem gente que conhece mais a Europa do que o município de Senador José Porfírio e quer tomar a decisão por nós (palmas e gritos). (...) os donos dos garimpos foram indenizados, mas os garimpeiros hoje estão lá passando fome. Aí vem um bonitão dizer que nós estamos tentando interferir na vida daquelas pessoas que são população tradicional. Que tradicional! (...) Cá entre nós, eu já dormi em barraco de madeira, de palha e hoje graças a Deus eu durmo num barraco de alvenaria. E é bem melhor do que aqueles que têm na Ressaca. No meio das cobras, dos escorpiões, das baratas. A pessoa acha que aquilo que é tradição? (...) Se há 20 anos essa pessoa estivesse trabalhando com carteira assinada a situação era bem melhor. (....) Quando se fala em empresa, pra nós é uma saída. (...) hoje eu vou falar pra vocês, nós já aprendemos a falar por nós. A empresa tem projeto, a empresa tem

> condicionantes pro povo, vai gerar emprego pro nosso município, vai ter estrada boa, vai ter mais escolas, vai ter melhora pro nosso município".

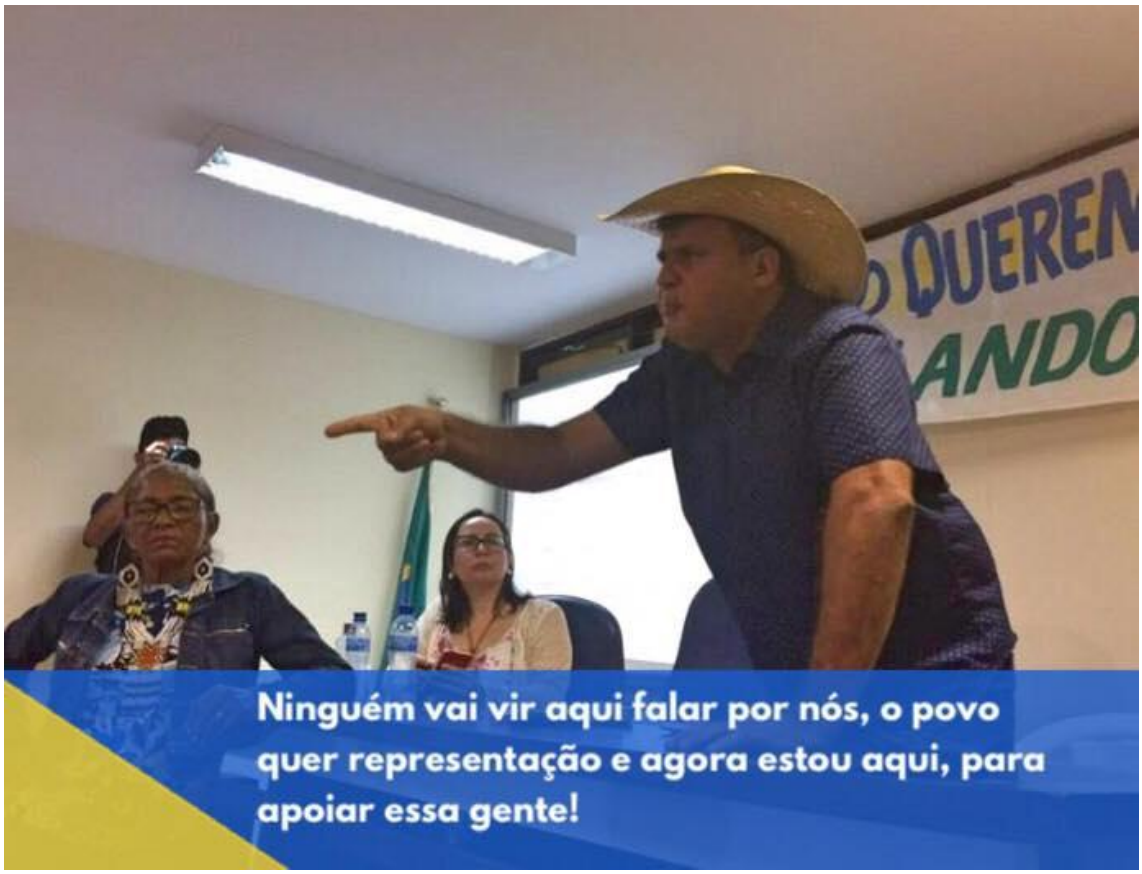


Figura IV-Prefeito de Senador José Porfírio (PA), Dirceu Biancardi, defendendo mineradora canadense Belo Sun. Fonte: Facebook. Disponível em https://www.facebook.com/UFPAOficial/posts/1579606612076993)

O discurso do prefeito expressa inúmeros fatores, que visam o convencimento da população, como a criminalização do garimpeiro artesanal e de pesquisadores, a crise vivida e a dura realidade em que vivem os moradores da Ressaca e arredores, enfatizando que a empresa é a solução para isso, e principalmente tentar descaracterizar a forma como vivem, conduzindo os ouvintes a pensarem que o modo de vida e a forma como a população vive no local é ruim, quando na verdade, a precariedade é resultado da falta de responsabilidade e interesse do poder público em investir e transformar a realidade destas pessoas para melhor.

Eliane Brum (2015), na coluna de Opinião do "El País Brasil", escreve sobre uma família que expropriada de sua ilha, por conta de Belo Monte, deixando para trás, sua vida, seus mortos e levando apenas a memória, e enganada pelo mundo dos letrados, já que a família não "conhecia as letras", recebeu de direitos apenas 12 mil reais. Ela escreve que

> Quem olha para as casas dos ribeirinhos, com os conceitos do seu próprio umbigo, pode não compreender o que é uma casa para quem vive no mato, à beira de um rio, ou numa ilha, onde a comida está por toda parte, e só o que se precisa é um teto de palha pra dia de chuva e uns palanques pra atar a rede. Para alguns, isso é pobreza. Só pobreza. Mas corre o risco de a pobreza estar mais no jeito de olhar para o outro, o que pode revelar um outro tipo de analfabetismo.

O que Eliane Brum (2015) escreve é a realidade que mais se ouve na boca do povo que de fora olha pra realidade em que vivem ribeirinhos, indígenas, garimpeiros, enfim, a miséria existente no olhar dessas pessoas transforma a realidade destas comunidades como se fosse uma desgraça, quando na verdade, o problema não está na forma como vivem, mas na ausência dos direitos básicos que deveriam ser garantidos, mas não são, pois para o poder público estas comunidades não são relevantes.

A atitude do prefeito viralizou, motivando manifestações de repudio da OAB-PA instituições públicas, movimentos sociais, universidades públicas, e outras, além disso foi aberta uma investigação pela UFPA e MPF para apurar, o que de fato ocorreu e motivou a ação.

"Nada é acaso nesse personagem, (...) alguém com um chapéu de homem rural, marcando propositalmente que ele não pertence àquele mundo da universidade, mas a um outro", diz Brum (2017). É uma violência sem precedentes que desrespeita inclusive o direito de questionar e de brigar para que os direitos sejam garantidos, é uma violência semelhante a já sofrida em décadas anteriores, em que a empresa marchava sobre os moradores, em especial os garimpeiros pelo fato de brigarem pelo mesmo recurso: o ouro. Se revive na região a imposição de implantar um projeto que atenderá especificamente os interesses de determinados sujeitos que fazem parte da classe política e empresarial local. O que de fato acontece com a instalação destes grandes projetos minerais é a geração de um pequeno grupo de beneficiários locais que conforme Pinassi e Cruz Neto (2015, p. 96-97) "são aqueles que prestam serviços para as empresas e os que facilitam a instalação dos projetos como a grande maioria dos representantes do poder público, instalados no executivo, no legislativo e no judiciário". Enquanto isso uma esmagadora massa de pobres e miseráveis também é gerada.

> A conversão de povos tradicionais em pobres urbanos é um discurso muito forte no Brasil atual. No olhar de uma parte do Brasil, tudo o que um ribeirinho e um índio querem da vida é um emprego com carteira assinada, de preferência na cidade. Tudo o que supostamente desejariam na vida era ser "nós" – e não um "outro", cujo modo de vida a maioria não entende e cujo modo de vida está no caminho dos interesses dos grileiros e dos que querem transformar a Amazônia num imenso pasto para boi ou numa plantação de soja gigante, como também fica claro no mapa. Ou numa vasta mina de extração de ouro (BRUM, 2017).

É essa massa que hoje já expõe as várias incertezas que os atormentam e que aos poucos vão deixando de pensar no futuro em suas localidades, provocando atitudes que na maioria das vezes se resume à desistência de investir e trabalhar na terra, ou de continuar exercendo suas atividades de subsistências e consequentemente ao abandono e migração para as periferias da zona urbana onde vão tornar-se a massa de pobres que vão constituir a face marginal da sociedade, dos desocupados, vagabundos, desinteressados que estão onde estão por não terem lutado ou tentando, caso contrário, teriam tido sucesso.

Em resposta sobre o acontecido, a Assessoria de Comunicação emitiu uma nota publicada em 30 de novembro de 2017, na página da Prefeitura de Senador José Porfírio, no Facebook, defendendo a ação do prefeito Dirceu Biancardi (PSDB), afirmando que a gestão municipal se fez presente no seminário, mediante convite dos moradores, para que o gestor municipal pudesse "defender os interesses da população porfiriense, levando seu entendimento sobre o "Projeto Volta Grande" da mineradora Belo Sun" e ainda que para a gestão municipal "qualquer assunto que vier ser de interesse ao município, o governo municipal pretende estar presente e ter o direito constitucional de voz. A nota afirma que o prefeito,

> em nenhum momento capitaneou pessoas ou baderneiros em ações de cárcere, nem o gestor tem esse perfil, estando no local apenas para defender a posição e o olhar do município em relação ao tema tratado, que naquele momento relacionava ao município, no entanto este [município] se quer havia sido convidado a colocar seu posicionamento. A gestão repudia quaisquer manobras nas informações que crie atmosfera de arruaça em instituição federal, como está sendo erroneamente colocado por terceiros. (Porfírio, ASCOM – PMSJP, Felype Adms de Oliveira - DRT002911/PA)

No mesmo dia a ASCOM – PMSJP, publicou outra nota que segundo a postagem, é das lideranças comunitárias da região onde será implantado o PGV, que partem em defesa de Dirceu Biancardi, contra os ataques sofridos nas redes sociais, por pessoas ligadas a ONG's e ambientalistas que são contrários ao empreendimento.

> Manifesto de Repúdio:
>
> As comunidades da Ilha da Fazenda, Ressaca, Galo, Itatá e Salu de Almeida, do Município de Senador José Porfírio, bem como as Associações de agricultores da Volta Grande do Xingu e comercial de Senador José Porfirio, grupo de mulheres e Indígenas desaudeados da Volta Grande do Xingu; se uniram todos para vir a público, manifestar seu repúdio aos ataques covardes sofrido nas mídias sociais por seus representantes que estiveram no Seminário da UFPA denominado "As Veias Abertas do Rio Xingu" onde supostamente se rebateria o Projeto Volta Grande de Mineração. Tais postagens mentem ao afirmar que nossos representantes impediram a realização do seminário através de ações truculentas, já que o que ocorreu foi justamente ao contrário: Após serem surpreendidos pela presença dos representantes das comunidades mencionadas e os reais interessados no assunto; não permitiram nossa palavra, contrariando o próprio estudo, do qual afirma ter se baseado em entrevista com moradores impactados e representantes da mineradora Belo Sun. Além das mentiras exposta, houve grande desrespeito a população local, proferindo injurias como nos chamar de fascistas, bandidos, assassinos, dentre outras ofensas.
>
> Ocorre que os organizadores do encontro parecem não aceitar opiniões contrárias às suas e de forma soberba destrataram nossos colegas. Pedimos aos senhores um pouco mais de respeito, caso não saibam, o Pará é formado por um povo humilde, trabalhador e sofrido, porém, corajoso. Não somos nenhum faroeste, a única arma levada a tal evento, foi a nossa voz, que nem sequer foi ouvida.
>
> Não é justo que tratem de nossas riquezas e de nosso futuro sem saber nossa opinião, vocês não são nossos donos. Pedimos então que coloquem suas mãos na consciência e reflitam sobre que dizem. (Lideranças comunitárias do alto, 30 de novembro de 2017, Xingu[7])

[7] Disponível em https://www.facebook.com/pg/prefeituradesenadorjoseporfirio/posts/?ref=page_internal.

O discurso relacionado à “defesa dos interesses do povo” é um discurso que se tornou frequente nas audiências e eventos públicos, ressaltando “a oposição entre o mundo dos intelectuais e o mundo dos que suam (BRUM, 2017). O que de fato acontece é um discurso teórico de defesa dos interesses da população, mas que na verdade é parcial representando apenas os interessados e ignorando os que são contrários. Na análise que o vereador faz diante do contato com seus alunos, ele afirma que a maioria é contra o empreendimento, sempre foram contra a Belo Sun. Já os que são favoráveis, são influenciados pelos seus pais que geralmente são ligados “a alguma secretaria da prefeitura, ou filho de vereador que apoia que tá torcendo pra Belo Sun sair”.

Como expressa Ado Souza (2018), “nunca sentamos com uma comunidade indígena, nunca sentamos com os ribeirinhos lá da região, a gente nunca sentou por exemplo, como eu tô na sala de aula com o nono ano”, já que o mesmo é professor. E conclui dizendo que se foi realizado, o deixaram de fora. Brum (2017) afirma que “embora o prefeito afirme representar a voz da população do seu município, ele não permite qualquer divergência, rompendo assim toda possibilidade de debate democrático, e, portanto, de escuta real”.

Segundo o vereador, até mesmo o bispo Dom João Muniz da Prelazia do Xingu, que se reuniu com os vereadores de Senador José Porfirio, orientou-os a comporem uma comitiva para realizar uma visita à Barcarena, para que pudessem ouvir os relatos das pessoas que foram vítimas do desastre que aconteceu lá ano passado e ainda que fossem até a área onde se prevê a instalação do projeto para conversar e ouvir os contrários ao projeto e saber quais as justificativas que motivam a oposição ao projeto (SOUZA, 2018).

O interesse dos políticos e a participação deles no processo de licenciamento dos grandes projetos é precioso, conforme reportagem de Eliane Brum (2017), “o agravante é que a história se repete num governo dominado pelos que se chamam de “ruralistas”, fiadores de um presidente denunciado duas vezes e salvo duas vezes por um Congresso corrupto”. Na opinião de Souza (2018), o prefeito “foi muito mal assessorado” e “deu um tiro no pé”, com sua atitude na universidade. E ainda ressalta, a percepção que a comunidade acadêmica possa ter sobre os representantes políticos de Souzel, mediante a atitude do prefeito.

Os projetos que acontecem na Amazônia têm reflexos. Reflexos estes que não atingem mais apenas as comunidades afetadas direta e indiretamente, mas também inúmeros outros sujeitos de movimentos, sociais, ambientais, professores, pesquisadores, estudantes que tentam mostrar a outra face do belo e maravilhoso discurso de progresso e desenvolvimento das grandes empresas, responsáveis pelos projetos.

A atitude autoritária do prefeito não representa apenas o interesse de uma categoria ou grupo social específico de uma região amazônica, desconhecida pela massa brasileira, ela é reflexo da história, dos arbitrários projetos suplantados em toda a Amazônia, e ainda como afirma Brum (2017) “um ato articulado com discursos que têm atravessado o Brasil, como o próprio ataque à universidade e ao que ela representa”. Wladimir Costa (DEM), deputado federal também se manifestou através das redes sociais defendendo o prefeito de Souzel e atacando a comunidade acadêmica.

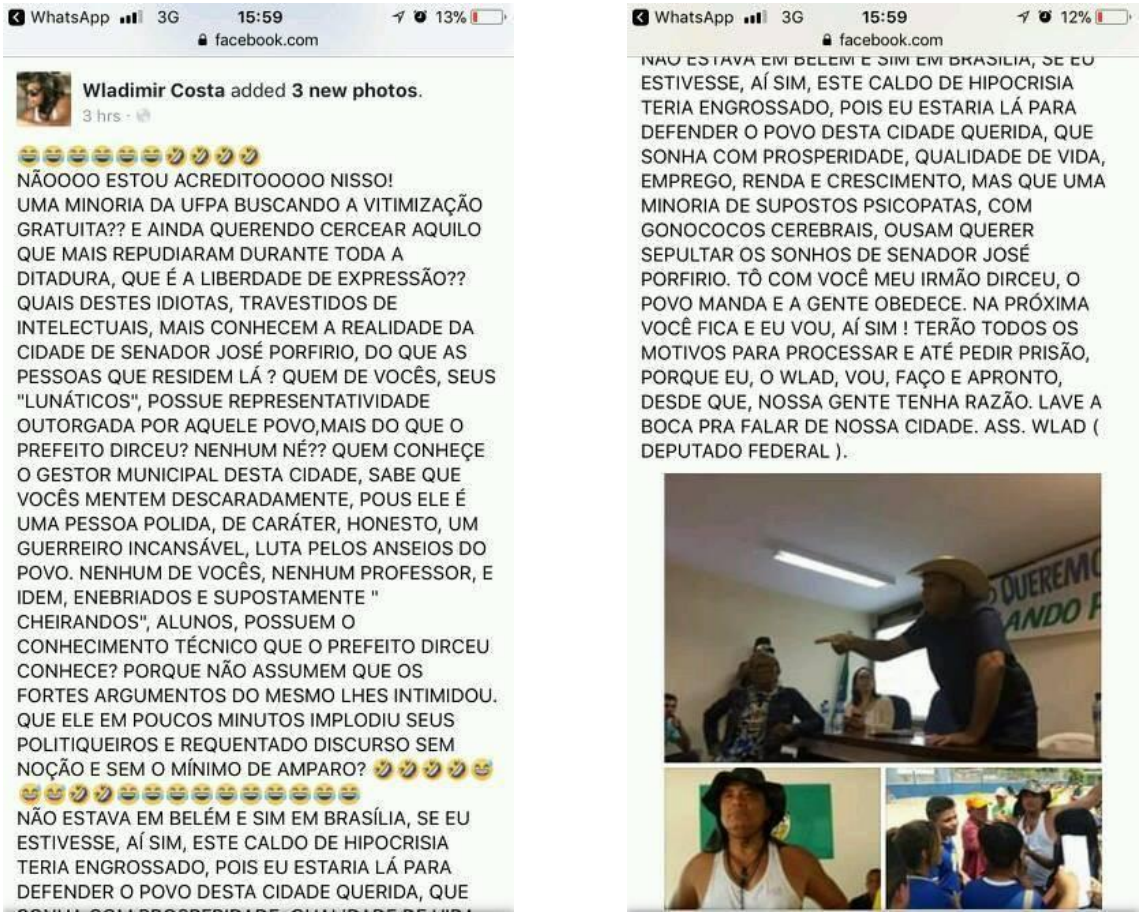


Figura V-Declaração do Dep. Federal Wladimir Costa em defesa da atitude do prefeito de Senador José Porfírio, Dirceu Biancardi. Fonte: Facebook. Disponível em https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1107484446054122&set=pb.100003777322520.-2207520000.1532444080.&type=3&theater

Segundo Brum (2017) a atitude do prefeito em invadir a universidade e silenciar uma pesquisa acadêmica, realiza simultaneamente dois gestos: uma prevenção para que os interesses da empresa mineradora não sejam ameaçados por investigações e trabalhos científicos que ressaltem os impactos da mineração em larga escala, e ainda o segundo seria contra as universidades públicas, numa tentativa de torna-las menos públicas, partindo da defesa de que custam caro e que parte dos estudantes deveriam pagar pelos estudos, além da “progressiva criminalização da comunidade acadêmica e das universidades” a nível nacional.

Conforme Brum (2017) o que os defensores de Belo Sun querem é afastar a possibilidade de especialistas da comunidade acadêmica realizarem o que foi feito com Belo Monte, em 2016, pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) que reuniu pesquisadores de diversas áreas e universidades e fizeram uma intervenção de grande importância sobre os efeitos de Belo Monte. Belo Sun e seus principais interessados temem que as mazelas sociais e ambientais que serão geradas com sua implantação sejam mostrados e divulgados publicamente. “Assim, deslegitimar a comunidade cientifica é um ponto com um nó articulado” (BRUM, 2017), já que põem em lados opostos, “saberes que deveriam estar alimentando-se mutuamente, já que tanto acadêmicos da universidade como os povos que vivem na Volta Grande do Xingu pensam e constroem experiências e conhecimentos que se complementam” (BRUM, 2017).

A verdade é que os planos que se apresentam para o Souzel e toda a região banhada para o Xingu são planos que não favorecem o povo, que não soluciona problemas, mas pelo contrário, os intensifica e geram novos, pois são planos que visam apenas a expansão do capital da empresa e ainda tornar na prática, o que já é visto teoricamente nos mapas, regiões inteiras apenas de floresta, sem vidas, sem histórias, mas com muitas riquezas a serem exploradas. Esse processo de devastação exige de nós estratégias de resistência, pessoal e coletiva para que os territórios e a memória continuem a existir. E precisamos estarmos prontos, pois está longe ainda de conseguirmos transformar esta realidade. Fala-se muito em crise, mas esta crise não é nossa, é uma crise dos ricos quando sentem que estão perdendo o controle e precisam de novas estratégias para que possam assumir novamente o controle do seu sistema.

O que é vivido na região da Transamazônica e Xingu e em todas outras regiões e estados precisam ser denunciados, é preciso força e folego para resistirmos. Como nos diz Calazans (2015, p. 89-90) “criarmos guetos e ficarmos nos guetos”, não é uma estratégia. É preciso disputar o espaço público, sem esquecer de garantir que os territórios tradicionais sobrevivam, pois são eles que atualmente estão sendo expropriados de seus verdadeiros donos.

A principal preocupação de todos os atores sociais que são contrários aos grandes projetos nesta região do Xingu é quanto ao rio, ao que ele representa para quem dele aprendeu a viver, a sobreviver. Sobre os séculos de história, de sangue, de suor, de encantamentos, de vidas e mortes que correm em seu seio. O Xingu, não é apenas o rio que corta estados, nutre e sacia a sede de diversas populações e comunidades. O Xingu é a Identidade de toda a região, é alma de inúmeros povos que dia-a-dia estão sendo massacrados, ignorados às custas da ambição humana e do capital que ilude com seu discurso de progresso e desenvolvimento.

> [...] esse rio é a vida da cidade. Souzel sem o rio Xingu, é capaz até das pessoas irem embora. Dizer não, o rio não presta tá poluído! Acabou, cara! [...], acabou o rio Xingu, acabou tudo, acabou. Eu vejo assim, pode inventar o asfalto, uma estrada aqui, pode a agricultura... esse rio é a história, é a identidade de Souzel. Eu vejo o rio Xingu como a identidade de Souzel. [...] nós fomos atrelados. [...] O rio Xingu é a alma de Souzel. É a nossa alma, é o que todos nós temos uma história. Se tu for contar uma história de um cidadão souzelense, ele tem uma história levada ao rio Xingu. (SOUZA, 2018).

Souza (2018) expressa essa relação com o rio de forma emocionada lembrando das aventuras durante sua infância, juntamente a parente e amigos, as experiências marcantes que veem à tona sempre que contempla o rio. Como ele mesmo afirma no seu relato, o Xingu "é a nossa alma", e realmente quem puder conversar com qualquer pessoa que seja do município, não irá se surpreender se ouvi-los contar alguma história da qual o rio não faça parte.

Além disso, um dos maiores medos dos moradores do distrito da Ressaca é o de levar os jovens para a cidade, pelo medo de arrumar problemas, como já aconteceu com famílias de vilas vizinhas, "que levaram seus filhos e hoje já não existem mais, porque caíram no mundo das drogas, do assalto" (SILVA, 2017). Mas esta realidade, de violência, que não existia na comunidade está mudando. A tranquilidade da qual muitos citam como uma das qualidades do local está se extinguindo, com a circulação de novos sujeitos.

Recentemente, após um assalto, um homem foi morto na vila. A tranquilidade e o sossego que as pessoas possuíam estão dando lugar ao medo e apreensão. Quem chega na vila é visto como suspeito, inclusive colocaram uma placa na entrada da vila, proibindo o uso de capacetes por motoqueiros e veículos com vidro fechados de forma a facilitar o reconhecimento.

Os moradores já percebem as mudanças após a chegada da empresa na localidade. Ao mesmo tempo que muitos já partiram para a cidade, por conta da presença da empresa, muitos que já moravam na cidade retornou, interessados em indenização, e juntamente a estes, outras pessoas vem surgindo e aparecendo, e tirando a tranquilidade de quem antes vivia sossegado.

A tranquilidade que um dia fez parte do cotidiano está presente apenas nas lembranças dos moradores que agora possuem medo de dormir com portas e janelas abertas, de andar de noite pela vila. Enquanto os grandes empresários e políticos do municipio desfilam e vivem tranquilamente, os moradores se tornaram prisioneiros. E não há alguém que fiscalize as ações da empresa ou do Estado, porem conforme denúncia feita no ultimo seminário Povos e Comunidades Tradicionais, as lideranças dos movimentos sociais, são constantemente vigiadas e ameaçadas, enquanto os ameaçadores apenas aguardam o momento adequado para agirem.

Figura VI-Placa fixada na entrada da Vila da Ressaca, após casos de violência na localidade. Fonte: (MACHADO, 2018)

Mesmo diante desta triste realidade muitos desejam manter-se na localidade, como bem expresso por Silva (2017) “bom, seria se nós permanecêssemos no lugar onde nós vivemos e que a empresa saísse fora (...) deixasse nós sobreviver, da maneira como a gente vivia”. Esta é a vontade de muitos que ainda acreditam na possibilidade de retornarem a viver a vida simples, tranquila e sossegada de antigamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação da Amazônia é paradoxal conforme Silva (2015, p. 20), “de um lado representa uma das faces mais dramáticas da modernidade subdesenvolvida, pela histórica depredação de seus bens econômicos, sociais, culturais e ambientais”. Por outro lado, possui características extraordinárias como a grande riqueza em recursos naturais, sua sociodiversidade e biodiversidade que faz da Amazônia, a maior fronteira de recursos naturais do planeta que ainda conforme o autor “desafia os saberes tradicionais e o conhecimento científico, diante das potencialidades e serviços que pode disponibilizar” (Ibidem).

Neste sentido a Amazônia sempre foi vista como uma espécie de almoxarifado de recursos naturais em períodos históricos e ciclos econômicos distintos. No entanto, e não se pode deixar de ressaltar é que a fronteira amazônica em seu percurso histórico se defronta com outros atores que tornam complexa a dinâmica social e política, da qual emergem novas formas de organização e controle a partir da união entre comunidades tradicionais e movimentos sociais e políticos nacionais e internacionais (SILVA, 2015).

Partindo disso, expresso o quanto desafiante foi concluir este estudo, principalmente, no momento atual, em que os interesses da empresa Belo Sun Mineração, e consequentemente de políticos, estão ameaçados por conta dos debates e questionamentos realizados por movimentos sociais, ongs, MPF, MPE e outros, sobre a inviabilidade de implantação do Projeto Volta Grande. O “canto de sereia”[8], que atraem os interesses das comunidades com o seu belo e maravilhoso discurso de desenvolvimento e progresso, com promessas de geração de emprego e renda para os moradores de toda região, transformou a localidade num vespeiro, sendo proibido questionar ou falar mal da empresa e do seu projeto. Onde grupos que lutam para que as práticas históricas de violência e desigualdade socioeconômica não sejam uma realidade novamente, são considerados inimigos do progresso e do povo e chegam a ser expulsas, hostilizadas e até mesmo ameaçadas. Onde pesquisadores que buscam contribuir com suas pesquisas sentem-se ameaçados e com medo. Percebe-se no termino deste estudo que quando estes projetos se instalam tendo como única perspectiva, a da empresa e não discute a história

[8] Na Mitologia Grega, são seres metade mulher e metade peixe (ou pássaro, segundo alguns escritores antigos) capazes de atrair e encantar qualquer um que ouvisse o seu canto. Seu número variava. Viviam em uma ilha do Mediterrâneo, em algum lugar do Mar Tirreno, cercada de rochas e recifes ou nos rochedos entre a ilha de Capri e a costa da Itália. A sedução provocada pelas **sereias** era através do canto. Os marinheiros que eram atraídos pelo seu canto e se aproximavam o bastante para ouvir seu belíssimo som, descuidavam-se e naufragavam. Em nossos dias, utiliza-se ainda a expressão "canto da sereia" que designa algo que tem grande poder de atração em que as pessoas caem sem resistência. https://www.infoescola.com/mitologia-grega/sereias/

de formação do município ou das comunidades que serão afetadas direta e indiretamente, se omite os inúmeros conflitos violentos gerados no passado, oriundos da atividade mineral e atualmente os impactos de Belo Monte que prejudicam a vida de quem mora no campo e na cidade.

Belo Monte e agora Belo Sun são exemplos claros dos grandes projetos que estão sendo implantados nas Amazônias, que atraem a população com seu discurso, mas que na verdade não são compensatórios quando analisados adequadamente. Os passivos sociais e ambientais são sinalizados na literatura sobre os grandes projetos na Amazônia. "Os mais comuns são a pressão sobre os recursos naturais, o deslocamento de populações consideradas tradicionais, o inchaço das cidades, a elevação do preço da terra e de alugueis" (SANTA BRIGIDA, 2010, p. 33). Após o início da instalação destes grandes projetos, a população passa a sofrer as consequências desses e aos poucos vai tendo seus modos de vida alterados ou destruídos, sendo expropriados de seus lugares, sem direitos ou garantia alguma que lhes dê condições para começar uma nova vida.

A execução deste trabalho possibilitou compreender que a realidade vivida na Vila da Ressaca e comunidades vizinhas reflete um contexto permanente de avanço do capital através de grandes projetos de exploração dos recursos naturais existentes nos territórios em que as comunidades sobrevivem. É uma realidade que não se distancia da forma como as coisas acontecem em outros lugares, mas que pelo contrário, demonstra como historicamente este espaço foi ocupado visando apenas as riquezas existentes e desconsiderando todos que aqui vivem.

Estas comunidades já sofrem, historicamente as condições precárias, pela falta de políticas e assistência que atendam seus interesses coletivos e individuais, é possível que por meio da identificação desta comunidade seja possível que os sujeitos, vítimas deste modelo de desenvolvimento que está em curso, tornem-se mais conscientes da importância de lutar coletivamente pela sua permanência e pela garantia dos seus direitos.

Este trabalho mostra um conflito político de grupos que possuem um discurso que apresenta a narrativa do progresso, uma narrativa que se espalhou por toda a comunidade e região, ganhando a aceitação, entretanto que está sendo contestado por movimentos, ONGS, pesquisadores e justiça. Por conta disso, percebi que é na memória subterrânea dos narradores, uma forma de silenciamento que faz fronteira com a memória coletiva organizada pelo Estado, que estão presentes as vozes que expressam as práticas de resistências que tanto precisam ser evidenciadas, mas que foram esquecidas, ou silenciada pelos "senhores da memória", para dar lugar a versão dos dominantes.

A memória coletiva subterrânea é uma forma de contrapor a memória coletiva oficial que omite informações e acontecimentos. É nessa fronteira que estão o "dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável" (POLLACK, 1989, p. 9). São estas memórias, que trazem muito mais que a experiência local, mas que traça o percurso de sujeitos que sempre tiveram que migrar de um lugar para o outro atrás de melhores condições de vida, que tiveram que deslocar-se e deixar para trás suas casas, suas famílias, suas histórias para começar do zero, e que depois de anos, quando conseguem se estabelecer num território, são novamente expulsos de forma brutal por conta de grandes projetos.

A memória subterrânea é uma forma de resistência, de denúncia, pois são memórias que vem à tona quando as pessoas passam a ter medo de que a empresa Belo Sun seja uma réplica ou apenas repita os mesmos processos, as mesmas experiências e contradições vividas no passado e recentemente: como as empresas mineradoras que a antecederam através da forma violenta de expropriação e retirada de direitos, e mais recente Belo Monte e toda as promessas que não foram cumpridas e ainda todas as mazelas sociais que foram geradas como o aumento populacional e consequentemente a piora dos serviços básicos, o aumento da violência, enfim, e ainda mais recente os desastres ambientais de Mariana-MG e Barcarena-PA.

Com isso, tem-se aqui o objetivo de fazer perceber a memória como elemento fundamental na percepção da inviabilidade destes projetos, porque as memorias e experiências demonstram que este tipo de empreendimento não dá certo, não funciona e é "um falso desenvolvimento" (SOUZA, 2018), para a vila da Ressaca e as comunidades vizinhas, que se constituíram sobre a atividade garimpeira e possuem uma relação de dependência direta e indireta, constituindo muito mais do que apenas parte do espaço sociogeografico amazônico, mas também, um lugar de memória por fazer parte da vida dos moradores sejam eles indígenas, ribeirinhos, agricultores ou garimpeiros, que representam o campesinato amazônico.

Daí o papel substancial da história oral para essa pesquisa, por compreender a necessidade de dar voz ou simplesmente ouvir aqueles e aquelas que passaram gerações em silencio por não fazerem parte da lógica global do capitalismo que impendentemente do local do mundo em que estiverem, possui as mesmas características. A história oral aqui desenvolvida com determinados sujeitos possibilita vasculhar o passado onde estão guardadas memórias que contribuem na compreensão do que é local, do que representa para cada um, e para a comunidade, a partir do momento que se compreende que as memórias individuais de um determinado grupo constituem a memória coletiva destes.

Ao ler ou ouvir cada relato dos entrevistados ou das conversas informais realizadas com alguns moradores é possível emergir no passado de cada um e experenciar suas vidas, suas

alegrias e dramas vividos individual e coletivamente, e principalmente, a dura realidade a que foram condicionados.

São informações que dizem respeito a realidade da comunidade, ao seu local de trabalho, a vida garimpeira e ribeirinha, a forma como estão organizados em torno das atividades que desenvolvem e se combinam para garantir a sobrevivência. Informações estas que não estão registradas em livros, jornais ou revistas, mas apenas no subconsciente de cada um.

Por isso, faz-se imprescindível o registro, a documentação destas fontes orais para evidenciar os acontecimentos do período em empresas de mineração estiveram na região, de como foram praticados atos de violência como meio de enfraquecer e desarticular a comunidade através do medo, mas também para que não esqueçamos do rio, do modo de vida e da relação intrínseca com o meio, além da grande movimentação devido o garimpo de ouro, época e que o recurso era abundante e os problemas poucos.

Atualmente, a região vive um período de mudanças sociais e culturais, visto que migraram muitas pessoas oriundas de outros estados para esse local atraídos pelos empreendimentos, o que cria uma certa preocupação de preservar a história local, para que os moradores não se esqueçam das suas raízes históricas e oportunizar que outras gerações possam conhecer a através da memória coletiva o seu patrimônio social e cultural, afim de preservá-lo.

Ao fazer com que estes sujeitos acessem suas memorias e assim exponham suas lembranças compreende-se a importância do solo, do subsolo, mas principalmente do rio, como forma de lazer, meio econômico, fonte de alimento, de vida, referenciado como a alma, a identidade do município onde estão alicerçadas suas práticas simbólico-culturais, onde estão atreladas histórias e sonhos, enquanto a perspectiva de Belo Monte e Belo Sun sustentam-se em uma visão acerca das aguas, solo e subsolo como recurso a ser explorado para garantir ganhos econômicos para determinados grupos empresariais e políticos.

Percebe-se que o mínimo de assistência por parte do poder público seja ele em qualquer uma de suas esferas, seria suficiente para garantir a melhoria mínima da qualidade de vida destas pessoas, que tem seus modos de vida, tidos como arcaicos, simplesmente por não contribuir na expansão do grande capital.

Evidencia-se aqui a necessidade de dar visibilidade a estas comunidades, aos sujeitos sociais que ai existem e os conflitos nos quais estão inseridos, como vítimas deste modelo de desenvolvimento explorador, capitalista e genocida, que destrói e mata culturas e histórias construídas com suor e muita dificuldade, modelo este que se soma aos vários outros projetos de exploração que estão sendo implantados nas diversas regiões do país, que expropriam,

silenciam, e destroem comunidades, que matam e criminalizam lideranças a fim de desarticular e enfraquecer os povos e assim poder extrair as nossas riquezas para exportação, e para enriquecer ainda mais grandes empresários.

Com a execução deste trabalho foi possível levar para à Universidade a voz que está sendo silenciada de uma das diversas comunidades atingidas social, cultural e economicamente por este modelo de desenvolvimento, percebendo-o como verdadeiramente é: de caráter desigual e excludente, que nega a existência dos sujeitos que são colocados às margens das tomadas de decisões sobre seu território, sendo silenciadas por um arranjo social formado por forças jurídicas, políticas e econômicas,, articuladas a fim de atender seus próprios interesses.

Assim este trabalho pode ainda, auxiliar na visibilidade destas comunidades campesinas, distantes de sua sede municipal, sendo possível mostrar que neste território existem homens, mulheres, crianças, jovens, que possuem necessidades, especificidades, sonhos, anseios assim como outras pessoas, assim como outras comunidades, mas que ao longo do tempo foram e vão sendo ignoradas devido à ânsia capitalista pelo desenvolvimento do capital e o consequente detrimento das comunidades que existem no lócus de onde os projetos estão e podem ser implantados.

A reflexão que Otávio do Canto realiza sobre o PAE Juruti Velho, pode ser tomada para esta realidade na qual estão inseridos as comunidades da Volta Grande do Xingu, um espaço visto como um "campo de possibilidades" que envolve inúmeros sujeitos, sejam eles humanos ou não humanos, e que por conta do conflito tendem a reorganizar o seu lugar para atender os múltiplos interesses em conflito, o autor ainda complementa que no caso pesquisado por ele, este conflito parece não ter solução enquanto a mineradora estiver operando e no caso aqui em pesquisa não é diferente, tendo em vista que o conflito se origina por interesses e diferentes visões sobre o território usado[9], seja como território abrigo[10] ou como território recurso[11], como é visto unilateralmente pelas empresas que vem apenas para explorar (CANTO, 2016, p. 36).

Pode-se dizer que é o "processo compulsório de transformação do "território abrigo" em "território recurso", pela Belo Sun na Volta Grande do Xingu, a expressão maior de um

[9] Território usado é para Santos (2007) visto como totalidade, e campo privilegiado para analise, visto que, de um lado, mostra a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade do seu uso (CANTO, 2016, p. 74).
[10] Território abrigo é como o território usado é visto pelos atores hegemonizados, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo, que recriam estratégias para garantir a sua sobrevivência nos lugares (SANTOS, 2000, p. 108).
[11] Território recurso é como o território usado é visto pelos atores hegemônicos para garantia de seus interesses particulares (SANTOS, 2000, p. 108).

conflito socioambiental envolvendo vários agentes, artefatos e relações. (ALMEIDA, 2016, p. 35) No entanto, é perceptível, mediante as ações da empresa em expor os ditos benefícios do empreendimento e de conquistar a confiança da população, para reduzir o atrito entre as partes interessadas ou, talvez, para negar o conflito existente, porém estas medidas são apenas paliativas, pois conforme Otávio é o próprio conflito que provoca a (re)organização territorial das comunidades impactadas pelo empreendimento, sejam elas positivas ou negativas, o que vai depender da perspectiva e dos interesses dos agentes envolvidos no processo de mudanças no território (CANTO, 2012 p. 222). Importante ainda destacar o que o autor infere dizendo que "o importante não é solucionar o conflito, porque ele não é passível de solução; o importante é criar mecanismos de oportunidades para o acesso democrático (...) aos bens naturais. Só assim seria possível construir um desenvolvimento local sustentável".

O que se propõe não é que o minério seja deixado no subsolo sem uso, mas que seja explorado pelo povo e para o povo, ou seja com soberania popular, especificamente pelos moradores diretamente afetados pela exploração mineral, gerando emprego e renda, fazendo a economia regional circular, e principalmente desenvolvendo a educação, saúde, cultura e outros serviços que mesmo básico, são ofertados de forma extremamente precária, respeitando ainda os direitos de outros povos que coexistem precisam ser assistidos conforme suas especificidades. É inaceitável permitir que planos e projetos sejam dirigidos de fora para dentro da região, não dando a oportunidade dos povos da Amazônia de discutir e opinar sobre a viabilidade, necessidades e consequências dos grandes projetos, tendo em vista que são projetos que não dão conta das demandas locais e que na verdade não foram criados para atender estas necessidades, mas simplesmente com intuito de iludir, explorar e não deixar nada.

LISTA DE ENTREVISTADOS

- José Cunha – maranhense, 53 anos, garimpeiro.
- Laurindo Costa – paranaense, 75 anos, barbeiro.
- Francisco Silva – piauiense, 55 anos, garimpeiro.
- Ado Souza – paraense, 40 anos, professor e vereador.
- Maria Soares – baiana, 48 anos, ex-garimpeira.
- Isaias Freitas – paraense, 40 anos, ex-garimpeiro.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

FONTES AUDIOVISUAIS

“Não sei se eles sabem disso" - Ameaça à Volta Grande do Xingu. MAB Comunicação. Altamira-PA, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C9s5_a70Amg. Duração: 8min31s. Acesso em abril de 2016.

A vida às margens do Xingu. Projeto #Colabora, 2017. Duração 1min55s. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Aj54XX6cUTk. Acesso em abril 2018.

Belo Sun: o que fazer quando o ladrão chegar. Luxemburgo, Senador José Porfirio 2017. Duração 9min33s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GqqjIIMfAc0&t=273s. Acesso em abril de 2018.

Oficinas Participativas - Vila Ressaca e Senador José Porfírio. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Duração: 8min:34s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MUbDgK2u44Q&t=19s. Acesso em abril 2018.

VOZES DE SOUZEL #1. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gGTtszwrKPI&index=11&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw. Acesso em: abril de 2018.

VOZES DE SOUZEL #10. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponívelem https://www.youtube.com/watch?v=vzDBzdoOmHc&index=2&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw. Acesso em: abril de 2018.

VOZES DE SOUZEL #2. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g3VSI1_HDaI&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw&index=10. Acesso em: abril de 2018.

VOZES DE SOUZEL #3. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RJnUVKzHgyg&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw&index=9. Acesso em: abril de 2018.

VOZES DE SOUZEL #4. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ob4GRCUKguk&index=8&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw. Acesso em: abril de 2018.

VOZES DE SOUZEL #5. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=8-_FuLJDiFg&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw&index=7. Acesso em: abril de 2018.

VOZES DE SOUZEL #6. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=b41Ghk4Fd8&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw&index=6. Acesso em: abril de 2018.

VOZES DE SOUZEL #7. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponível em

https://www.youtube.com/watch?v=JRN5ADeujQ8&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw&index=5. Acesso em: abril de 2018.

VOZES DE SOUZEL #8. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=7ReLHuUg2t4&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw&index=4. Acesso em: abril de 2018.

VOZES DE SOUZEL #9. Belo Sun Mineração. Senador José Porfírio-PA, 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4ebGa7suvTg&index=3&list=UU8ZjthsG5LRJb2OgPjJAokw. Acesso em: abril de 2018.

FONTES VIRTUAIS

ALVES, Jaqueline. **Embates no Licenciamento Ambiental da Belo Sun Maior Empreendimento de Mineração de Ouro a Céu Aberto do País**, 2016. Disponível em - http://www.naturezabelavida.com.br/embates-processo-licenciamento-ambiental-belo-sun-empreendimento-mineracao-ouro-ceu-aberto-pais/ - acesso em 23 de março de 2017.

ANJOS, Anna Beatriz. **Proibido discutir Belo Sun – Em entrevista, a professora Rosa Acevedo Marin conta como foi a agressão do prefeito de José Porfírio (PA) aos pesquisadores que debatiam Belo Sun no campus da UFPA,** 2017. Disponível em https://apublica.org/2017/12/proibido-discutir-belo-sun/. Acesso em: fevereiro de 2018.

BARCELOS, Iuri e BARROS, Ciro. **Dos porões às agências de segurança privada: Documentos dos órgãos de inteligência da ditadura mostram violações de direitos humanos cometidas pelas empresas regulamentadas em 1969 e compostas por membros do aparato repressivo do regime militar,** 2017. Disponível em https://apublica.org/2017/03/dos-poroes-as-agencias-de-seguranca-privada/. Acesso em janeiro de 2018.

BBC BRASIL, **Mapa inédito coloca o Brasil em 3º lugar em conflitos ambientais,** 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140321_disputas_ambientais_mdb. Acesso em janeiro de 2017.

Belo Sun - Ouro do Brasil vai para o Canadá Fonte: IHU On-Line/EcoAgência, entrevista com Rogério Almeida 05.01.2014. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/526730-exploracao-de-minerio-o-surgimento-de-um-novo-carajazao-entrevista-especial-com-rogerio-almeida. Acesso em: abril de 2017.

BELO SUN, 2016. Belo-Sun-mining-corp-corporate-presentation-april 2016. Disponível em: http://belosun.com/volta_grande/feasibility_study_results/ Acesso em: 14/06/2016 ás 15:58h

BLOG ANAPU EM FOCO. **Município aprova criação de unidades de conservação no Tabuleiro do Embaubal,** 2013. Disponível em http://anapuemfoco.blogspot.com/2013/12/municipio-aprova-criacao-de-unidades-de.html. Acesso em maio 2017.

BORGES, André. **Garimpeiros e mineradora canadense travam disputa por ouro de Belo Monte,** 2015. Disponível em:

https://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,garimpeiros-e-mineradora-canadense-travam-disputa-por-ouro-de-belo-monte,1663636. Acesso em abril de 2017.

BRUM, Eliane. **O pescador sem rio e sem letras. 2015.** Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html. Acesso 23 de dezembro de 2017.

BRUM, Eliane. **Senador José Porfírio, Pará, Amazônia: altíssimo risco, 2017.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/opinion/1512997340_266770.html. Acesso em abril de 2017.

BRUM, Eliane. **Senador José Porfírio, Pará, Amazônia: altíssimo risco. 2017.** Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/opinion/1512997340_266770.html. Acesso em: 23 de dezembro de 2017.

CAETANO, Rodrigo. **O ouro do rio Xingu,** 2017. Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/o-ouro-rio-xingu/. Acesso em janeiro de 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – IBRAM. **Informações sobre a economia mineral brasileira 2015**. Disponível em http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005836.pdf. Acesso em abril de 2017.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Exploração de minério: o surgimento de um novo Carajazão. Entrevista especial com Rogério Almeida,** 2013. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/526730-exploracao-de-minerio-o-surgimento-de-um-novo-carajazao-entrevista-especial-com-rogerio-almeida. Acesso em: Acesso em abril de 2017.

JALOWITZKI, Marise. **Ouro do Brasil vai para o Canadá Maior Projeto de Exploração acontece no sigilo Belo Monte e Belo Sun.** Porto Alegre – RS 01/10/2016 publicado em http://compromissoconsciente.blogspot.com.br/2012/09/ourodiamanteeenergiaeletricabelo. Acesso em abril de 2017.

LEITE, E. **Belo Sun oferece treinamento aos moradores de Senador José Porfirio**, 2014. Disponível em: https://edeleite.wordpress.com/2014/06/03/belo-sun-oferece-treinamento-aos-moradores-de-senador-jose-porfirio. Acesso em abril de 2017.

Meio Ambiente Cultura Mix. **Vila da Ressaca: O Garimpo no Brasil.** Disponível em: http://meioambiente.culturamix.com/noticias/viladaressacaogarimponobrasil. Acesso em julho de 2016.

MILANEZ, Felipe. **Violência e intimidação impedem debate sobre mineração no Pará,** 2017. Disponível em https://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-e-intimidacao-impedem-debate-sobre-mineracao-no-para. Acesso em janeiro de 2018.

MONTEIRO, Telma. **Belo Monte é a forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas** publicado em 11 de Setembro de 2012. Disponível em http://www.correiocidadania.com.br/index.php?view=article&catid=34%3Amanchete&id=76

08%3Amanchete110912&tmpl=component&print=1&layout=default&page=&option=com_content#. Acesso maio de 2017.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Um prefeito, Belo Sun e as veias arrebentadas da Volta Grande do Xingu,** 2017. Disponível em http://www.xinguvivo.org.br/2017/11/30/um-prefeito-belo-sun-e-as-veias-arrebentadas-da-volta-grande-do-xingu/. Acesso em maio de 2018.

NASCIMENTO, Matheus Tavares. **Mineradora canadense quer roubar toneladas de ouro do Xingu**, 2016. Disponível em http://averdade.org.br/2016/08/150-toneladas-de-ouro-no-rio-xingu-podem-ser-espoliadas-por-mineradora-canadense/. Acesso em novembro 2017

NASCIMENTO, Matheus Tavares. **Toneladas de ouro no rio Xingu podem ser espoliadas por mineradora canadense.** Publicado em Averdade.org.br. Belém 2016/08/15. Acesso em agosto de 2016.

Observatório da Indústria Extrativa**. Impactos**. 201?. iBASE. Disponível em http://industriaextrativa.ibase.br/resistencias2/. Acesso em 27 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, Elizabeth. **A outra "Belo" que está se instalando à beira do rio Xingu,** 2013. Disponível em: http://www.oeco.org.br/reportagens/27119-a-outra-belo-que-esta-se-instalando-a-beira-do-rio-xingu/. Acesso em maio de 2016.

PINTO, Luís Flavio. **Belo Sun: uma miragem**, 2017. Disponível em: https://apublica.org/2017/12/proibido-discutir-belo-sun/. Acesso em janeiro de 2018.

Projeto Volta Grande. **Ilha da Fazenda recebe energia elétrica.** 2017. Disponível em http://www.blogprojetovoltagrande.com.br/blog/detalhe/id/52. Acesso em janeiro de 2018.

RAMOS, Marco Antônio Imbassahy de Carvalho. **Muito Ouro e Diamantes na Volta Grande do Xingu**, 2012. Disponível em: https://garimpeirosamadores.blogspot.com/2012/11/muito-ouro-e-diamantes-na-volta-grande.html. Acesso em Acesso em maio de 2016.

SANSON, Cesar. **Mineração na Volta Grande do Xingu: Novo megaprojeto ronda a Amazônia**, 2012. Disponível em https://www.ecodebate.com.br/2012/09/27/mineracao-na-volta-grande-do-xingu-novo-megaprojeto-ronda-a-amazonia-artigo-de-cesar-sanson/. Acesso em maio de 2016.

SOUZA, Oswaldo Braga de; HARARI, Isabel. **Avança destruição do Rio Xingu,** 2017. Disponível em https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/avanca-destruicao-do-rio-xingu. Acesso em janeiro de 2018.

VORCARO, Francisco. **Em busca da mineradora canadense Belo Sun: Repórteres viajam ao rio Xingu para conhecer projeto de extração de ouro,** 2014. Disponível em https://apublica.org/2014/08/em-busca-da-belo-sun/. Acesso em maio de 2016.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Ação Civil Pública de nº 0005149-44.2013.8.14.0005. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/140356503/processo-n-0005149-4420138140005-do-tjpa. Acesso em abril de 2018.

ALMEIDA, Rogerio (org.). **Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais.** Fórum Carajás: São Luís/MA, 2010

ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e filhas do beiradão – a formação sócio histórica dos ribeirinhos da Amazônia.** Santarém: Faculdades Integradas do Tapajós – FIT, 2000, 89 p.

ARRUDA, Rinaldo. **"Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. 1997. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07. Acesso em: dezembro de 2016.

BARBOSA, Luiz Alexandre da Silva; PORTEL, Vera Lúcia Mendes. In: BELO SUN MINERAÇAO. Estudos arqueológicos e educação patrimonial no Projeto Volta Grande. Belo Horizonte: Veredas, 2014, 152 p.: il. Color.

BARRETO, A. M. **Apropriação ilícita de terras públicas na Amazônia: o caso Gleba Ituna, no estado do Pará**. Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, Belém: Banco da Amazônia, v. 3, n. 5, jul./dez. 2007.

BAXTER, M. **Garimpeiros de Poxoréo**. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1988.

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** 2001. Disponível em http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8377beckeb_amazonia_contempobynea_pdf.pdf. Acesso em: janeiro de 2017.

BELO SUN MINERAÇÃO LTDA. **Projeto Volta Grande do Xingu: nota técnica de esclarecimento das principais questões abordadas na audiência pública de Senador José Porfírio.** Senador José Porfírio – PA, 2012. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/Nota%20Tecnica%20PVG(1).pdf. Acesso em: abril de 2016.

BELO SUN MINERAÇÃO LTDA. **Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Volta Grande de Mineração**. Pará: Sema, 2012. Disponível em: <http://www.sema.pa.gov.br/download/2BSML001-1-EA-RIM-0002_RIMA_REVISADO.pdf>. Acesso em: abril de 2016.

BELO SUN MINERAÇÃO. **Estudos arqueológicos e educação patrimonial no Projeto Volta Grande.** Belo Horizonte: Veredas, 2014, 152 p.

BELO SUN MINERAÇÃO. **Relatório de Impacto Ambiental: Projeto Volta Grande,** 2012. Disponível em: http://www.sema.pa.gov.br/download/2BSML001-1-EA-RIM-0002_RIMA_REVISADO.pdf. Acesso em: 06 de junho de 2017

BENATTI, J. H. **Posse agroecológica e manejo florestal**. Curitiba: Juruá, 2003. 235 p.

BOSSI, Dário. **Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão.** In: ALMEIDA, Rogerio (org.). **Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais.** Fórum Carajás: São Luís/MA, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208p

BRAGA, Rozinele Maria Lopes et. al. **Ilha da Fazenda e Ressaca.** Fecampo. Unifesspa. Marabá, 2003.

BRASIL. **LEI Nº 11.685, DE 2 JUNHO DE 2008.** Estatuto do Garimpeiro. Brasília-DF Jun. 2008;

CALAZANS, Marcelo. **Territórios de utopia.** In. BARROS, Joana Barros, GUTTERRES, Anelise e SILVA, Evanildo Barbosa (orgs). Territórios de Utopia: resistências aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Brasil, 2015. Disponível em https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/11/caderno6_web.pdf. Acesso em abril de 2017.

CANTO, Otavio do. **Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental.** Tese de doutorado – UFRS. Belém: NUMA/UFPA, 2016. 366 pág.
CARDOSO, Maria do Socorro Conceição. **DOSSIÊ: Belo Sun Mineração Ltda.** Altamira-PA. PNCSA-UFPA, 2017.

CHAMBOULEYRON, R. **O sertão dos Taconhapés: cravo, índios e guerras no Xingu seiscentista.** *In*: SOUZA, C-M.; CARDOZO, A. (Org.). **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII–XXI). Belém: EDUFPA, 2008.

CHAVES, Kena Azevedo. **Volta Grande do Xingu: entre a barragem e o ouro,** 2017. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/35251/20612. Acesso em janeiro de 2018

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado.** Editorial iGuana, Marabá-PA, 2015.

DE FRANCESCO, Ana A. **HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO DO BEIRADÃO NO MÉDIO RIO XINGU**. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa e CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte Relatório da SBPC.** São Paulo: SBPC, 2017.

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL. SEÇÃO 11 ANO XLI - N• 03 CAPITAL FEDERAL QUINTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE I986. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD06MAR1986.pdf. Acesso em maio 2018.

DOS PASSOS, Messias Modesto. **MUNDO DO GARIMPO**. Disponível em http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Procesosambientales/Geomorfologia/02.pdf. Acesso em 18 de abril de 2017.

EMERIQUE, R.M.T. **Soldado da Borracha: um herói no anonimato**. 1ª ed. Belém Pará. Ponto Gráfico, 2009. 68 pág.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Marcel. **As veias abertas da Volta Grande do Xingu Análise dos impactos da mineradora Belo Sun sobre a região afetada por Belo Monte**, 2017. Disponível em: https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2017/10/ponto_debate_16_web2.pdf. Acesso em dezembro de 2017.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira [et al.]. **Médio Xingu.** In: ALVES, Fábio (org.). A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia. – Brasília: Ipea, 2016.

GONÇALVES, R, J. de A. F. **A vida pode mudar com a virada da peneira:** (re)organização do território e do trabalho no município de Coromandel-MG. 2012. 274 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFG, Catalão-GO, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HENCHEN, Mário José; LIMA, Carla Silva; RODRIGUES, Edivan de Medeiros**. Migrantes, camponeses, garimpeiros e mateiros: trajetórias, memórias e identidades sociais do campesinato no Sudeste Paraense**. Revista Margens Interdisciplinar, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 209-224, maio 2016. ISSN 1982-5374. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2985>. Acesso em: abril de 2017.

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARÁ. **Relatório Socioeconômico de Senador José Porfírio**. Belém: Idesp, 2013.

JORNAL DO BRASIL S A. 1986 Rio de Janeiro — Domingo, 16 de fevereiro de 1986 Ano XCV — N° 310. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1986_00352.pdf. Acesso em abril de 2017.

KRAUTLER, E. Mensagem de abertura. In: SEVA FILHO, A. O., (org); SWITKES, G. (editor). (Org.). **Tenotã Mõ.** Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 1 ed. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 09-12.

KRAUTLER, Erwin. **Servo de Cristo Jesus: memórias de luta e esperança.** Paulo Suess (org.) – São Paulo: Paulinas, 2009 – (Coleção memória)

KRAUTLER, Eurico. **Sangue nas pedras** – São Paulo: Edições Paulinas.1979.

LACERDA, Paulo (Org.). **Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e por educação.** 1ª ed. Rio de Janeiro, 2014.

LEITE, Maria Aparecida Caetano. **Memórias da Vila da Ressaca.** In. ALVES, Osvando do Santos; SANTOS JR, Walter Oliveira; OLIVEIRA, Chaisiellen Anne da Silva. [Orgs.] Saberes e fazeres do Xingu – Reflexões e práticas pedagógicas de professores**.** INTERCELERI, 2016

LEROY, Jean Pierre e MALERBA, Juliana (orgs). **IIRSA, energia e mineração: AMEAÇAS E CONFLITOS PARA AS TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**. 1a edição de 2010. FASE, Rio de Janeiro. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/10/IIRSA.pdf. Acesso em janeiro 2018.

LIMA, D.M.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45-76, Maio-Ago. 2005.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas. **Resistência e expropriação de famílias na Volta Grande do Xingu: o caso de duas áreas atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil.** Dissertação (mestrado) orientador, Gutemberg Armando Diniz Guerra – Universidade

Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, Marcos Lobato. **A arte de fabricar motins: os marcos regulatórios da mineração diamantífera em perspectiva histórica**, 2008. Disponível em: http://general.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/16_2_69_77_Martins.pdf. Acesso em abril de 2017.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Orientador: Antônio Thomaz Júnior. Presidente Prudente: 2006.

NORMAND, A. M. K..A força da água – para onde, para quem vai? In: HEBETTE, Jean. (Org.). **O cerco está se fechando.** O impacto do grande capital na Amazônia. RIO DE JANEIRO: Vozes/FASE/NAEA/UFPA, 1991, v. 01, p. 163-175.

NUNES, André Costa. **A batalha do Riozinho do Anfrísio – uma história de índios, seringueiros e outros brasileiros.** Belém: Halley Gráfica e Editora, 2003.

PARÁ. **Diagnóstico ambiental, socioeconômico e fundiário para criação de Unidades de Conservação de proteção integral e uso sustentável "Tabuleiro do Embaubal" – Município de Senador José Porfírio, Pará.** 2v Belém: SEMA-PA, 2013. p. 305.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional-SIER. **Atlas de Integração Regional do Estado do Pará, 2010**. Disponível em: <http://www.sedurd.pa.gov.br/downloads/atlas/atlas_final.pdf>. Acesso em dezembro de 2016.

PEREIRA, Airton dos Reis; AFONSO, José Batista Gonçalves; CRUZ NETO, Raimundo Gomes. **A exploração mineral e suas consequências na Amazônia brasileira.** In: ALMEIDA, Rogerio (org.). Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais**.** Fórum Carajás: São Luís/MA, 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis; AFONSO, José Batista Gonçalves; CRUZ NETO, Raimundo Gomes. **A exploração mineral e suas consequências na Amazônia brasileira.** In.: Fórum Carajás. Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais. São Luis-MA, 2010.

PINASSI, Mª Orlanda; CRUZ NETO, Raimundo Gomes. **A mineração e a lógica da produção destrutiva na Amazônia.** Marabá-PA: Editorial iGuana, 2015.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização.** Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em abril de 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.
PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. In. Revista Brasiliense, nº. 28, 1960.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde (scenas e scenários do Amazonas).** 4. ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIOS, FÁBIO; "Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo". In: **Revista Intratextos**, 2013, vol 5, no1, p. 1-22. Disponível em http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102.

ROCHA, Gilberto de Miranda. **POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E NOVAS BARRAGENS NA AMAZÔNIA: A dinâmica territorial da Volta Grande do Xingu e o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte.** Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), da Universidade Federal do Pará.

SACHER, William. **El modelo minero canadiense: saqueo e impunidad institucionalizados**. Acta Sociológica núm. 54, enero-abril de 2010, pp. 49-67.

SAMPAIO, Paulo. **Soldado da borracha: um herói esquecido.** 1ª ed. Belém-PA, 2007.

SANTA BRÍGIDA, Gilvandro Ferreira. **Itupanema em meio ao projeto Albras – Alunorte: o desencanto do mundo.** In: ALMEIDA, Rogerio (org.). Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais**.** Fórum Carajás: São Luís/MA, 2010.

SEMAT. **Boletim Informativo - Observatório Ambiental de Senador José Porfírio – OASJP.** Ano III. Ed. nº 3. Senador José Porfirio, 2016.

SEMED. **Projeto: "Resgatando nossa história".** Programa: Mais Cultura nas Escolas. Senador José Porfirio, 2015.

SENA, Edilberto. **Energia limpa na ponta e desgraça na fonte, resultado de mega hidrelétricas na Amazônia.** In: ALMEIDA, Rogerio (org.). Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais. Fórum Carajás: São Luís/MA, 2010.

SILVA, Alberto Teixeira da. **Amazônia na agenda global.** Belém: NUMA/UFPA, 2015. 265p.

SILVA, Elielson Pereira da. **Dossiê fundiário sobre a mineração da Belo Sun no PA Ressaca.** Belém-PA. NAEA/UFPA, 2018.

SILVA, Idelma Santiago da. et. al. **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental.** 1 ed. – Belém, PA: Paka Tatu, 2017. 365 p.

SILVA, H.; ROLKOUSKI, E.. **Thompson e Joutard: Duas vozes sobre as vozes do passado**. 2006. Disponível em http://arquivo.sepq.org.br/II-SIPEQ/Anais/pdf/gt5/09.pdf. Acesso em maio de 2016.

SILVA, Robson Leocádio. **O municipio de Senador José Porfírio: elementos para compreensão da sua formação territorial. Trabalho de Conclusão de Curso**. Altamira/Pa: UFPA, 2006.

PARÁ. **Termo de Referência do Projeto Volta Grande.** SEMAS, Belém-PA, 2013.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. **Recompondo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias**. Projeto História. São Paulo, v.15, p. 51-84, 1997.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal: Estudos diagnósticos setoriais – PDSA 2005-2008.** Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Organização dos Estados Americanos. – Belém: ADA, 2006. 9v. il.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Bogea. **Altamira e sua história.** – 4. Ed. – Belém: Porto Press, 2012, 382 p.

UMBUZEIRO, U.M.; CASTRO, J. de. **Altamira e sua história.** 3. ed. Altamira: Crucalt, 1999. 134 p.

Wanderley. L. **Geografia do Ouro na Amazônia Brasileira: uma análise a partir da porção regional**. 2015. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WELCH. Clifford Andrew. Org. [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.